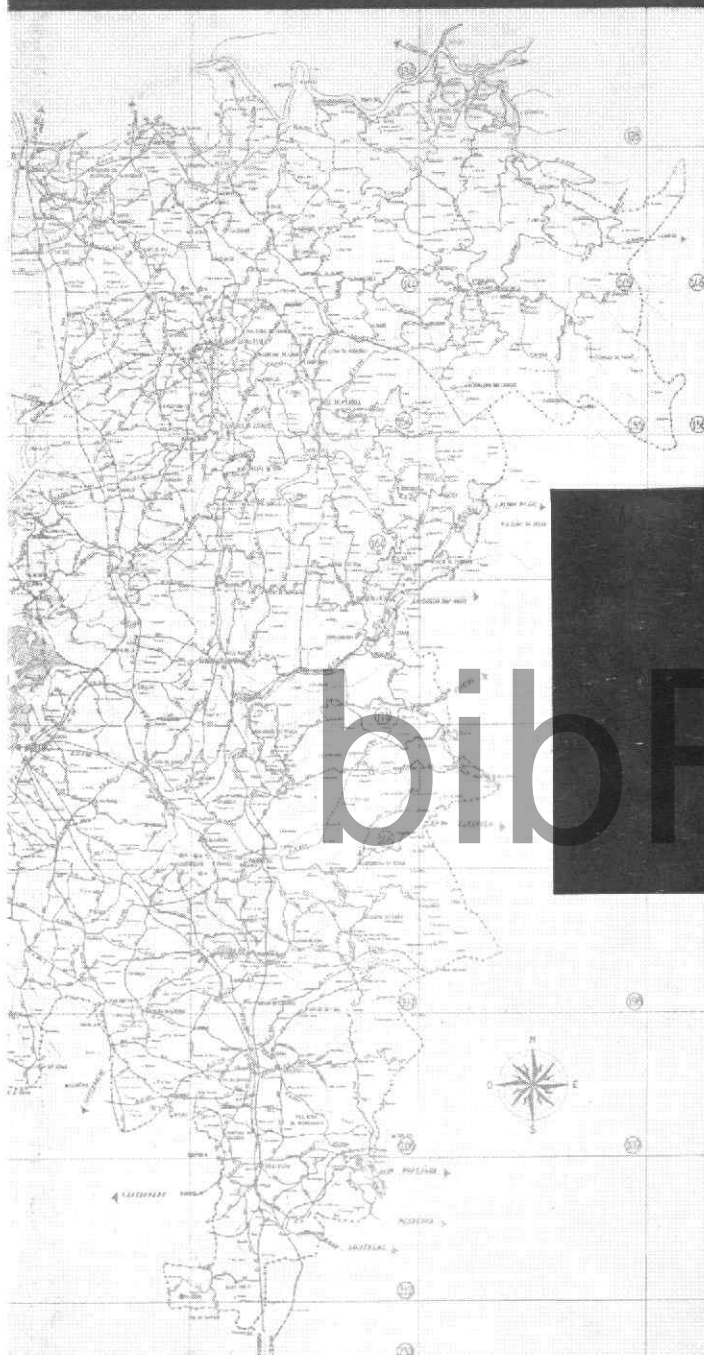




biblioteca

AVEIRO E O SEU DISTRITO



AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*



bibRIA



ARMAS — De prata com uma banda ondada de azul com três peixes do campo entre um pinheiro e uma laranjeira, ambos de verde, com troncos e raízes de negro, e frutados de ouro. Coroa mural de prata, de quatro torres. Listel branco com a legenda «SEVER DO VOUGA».

BANDEIRA — De azul, com as armas no centro; cordões e borlas de prata e azul. Haste e lança douradas.

SELO — Circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes; em volta, dentro dos círculos concêntricos, os dizeres «CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA».

(Aprovado por portaria de 27-11-1953 — D. G. n.º 283, II Série, de 4-12-1953).

bibRIA



GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Amadurecido por longos anos de vida militar sob o sol dos trópicos, o General António de Spínola impôs-se à consciência dos portugueses pela sua intrepidez e coragem e é motivo de orgulho para a Nação, porque é um herói, a juntar a tantos outros que por feitos valerosos se distinguiram nas plagas africanas.

Na histórica alvorada do dia 25 de Abril, as Forças Armadas Portuguesas não esqueceram o herói que logo foi incumbido de assumir a Presidência da Junta de Salvação Nacional e depois o altíssimo cargo de Presidente da República.

Ele é hoje o maior aval da nacionalidade da Pátria Portuguesa: é no seu amor ao torrão natal, no seu espírito intrépido, na sua inteligência lúcida que se apoia a tranquilidade de milhões de portugueses.

Saibamos também, nós todos, portugueses, reconhecer o seu abnegado esforço e patriotismo e cooperar em pleno e sem reservas nas suas intenções de governante, para que, efectivamente, Portugal venha a ser um País livre, democrático e justo.

Sever do Vouga — Um pouco da sua história

Por Fernando Soares Ramos

I

«Se nada mais souberdes, conheci ao menos a história da vossa terra...», escreveu Victor Hugo, esse monstro sagrado do pensamento francês, cuja obra, através da beleza ímpar da sua poesia e do estilo vigoroso e inconfundível dos seus romances, continuará a projectar-se ao longo dos séculos, subtraindo-o à implacável lei da morte.

Na verdade, conhecer um pouco da história do cantinho onde se nasceu; estudar a linhagem altissonante das gentes de antanho que nos precederam e pisaram, em épocas mais ou menos recuadas, o mesmo solo; descobrir pacientemente através de velhos pergaminhos os fastos memoráveis de todos quantos, de qualquer modo, se empenharam em talhar e engrandecer este rincão de beleza; olhar extasiados o património artístico que os nossos antepassados nos legaram, pese embora a sua pequenez, é algo que nos consola o espírito, nos transporta a um passado distante que também nos pertence, sem contudo o termos vivido.

Entretanto, como é difícil transpor essa selva densa, em busca de seguras veredas que nos conduzam ao seu inteiro conhecimento; Quantas vezes nos quedámos, impávidos, perdidos na longínqua obscuridade do tempo ante o silêncio, melhor, a míngua de documentos que nos priva da réstea de luz esclarecedora, ocultando a nudez do facto em toda a sua extensão.

A imperdoável incúria dos homens fez desaparecer grande parte da documentação que hoje seria um rico manancial de informações para um completo estudo sobre a história deste concelho.

O presente trabalho, modesto e despretensioso, sem dúvida, vem a lume apenas com o fim de prestar uma insignificante contribuição para um conhecimento parcial dessa história, que remonta, quase exclusiva-

mente, aos primórdios da nacionalidade. Limita-se, por isso, ao ordenamento de alguns factos segundo uma ordem mais ou menos cronológica, recolhidos de várias publicações, incluindo até algumas informações que a tradição popular conservou, naturalmente dúbias ou desgastadas pela corrosão do tempo.

Dentro deste contexto, o autor do presente escrito, tendo em mente a publicação de um estudo de maior amplitude numa possível oportunidade, não considera, apesar de tudo, esgotadas todas as fontes de informação, a seu tempo cuidadosamente consultadas para atingir o fim que se propõe, contribuindo de algum modo para uma maior divulgação da terra que adoptou.

Ditas estas primeiras palavras, à guisa de prefácio, vamos procurar enquadrar dentro das actuais freguesias que compõem a circunscrição municipal, as referências que nos pareceram dignas de registo.

II

O território das oito freguesias que constituem esta circunscrição municipal, com uma superfície de 131,52 Km², é limitado pelos concelhos de Vale de Cambra, Oliveira de Frades, Águeda, Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis, respectivamente a norte, nascente, sul e poente. Sete das freguesias pertencem à comarca de Albergaria-a-Velha e a oitava, Talhadas, à de Águeda, sendo um dos dezanove concelhos do Distrito de Aveiro enquadrado na Província da Beira Litoral. Dista 35 Km. de Aveiro, 65 de Viseu e 63 do Porto, tendo ligações com estas cidades através de boas estradas nacionais. Administrativamente é um concelho rural de 3.ª ordem e pertence à Relação de Coimbra.

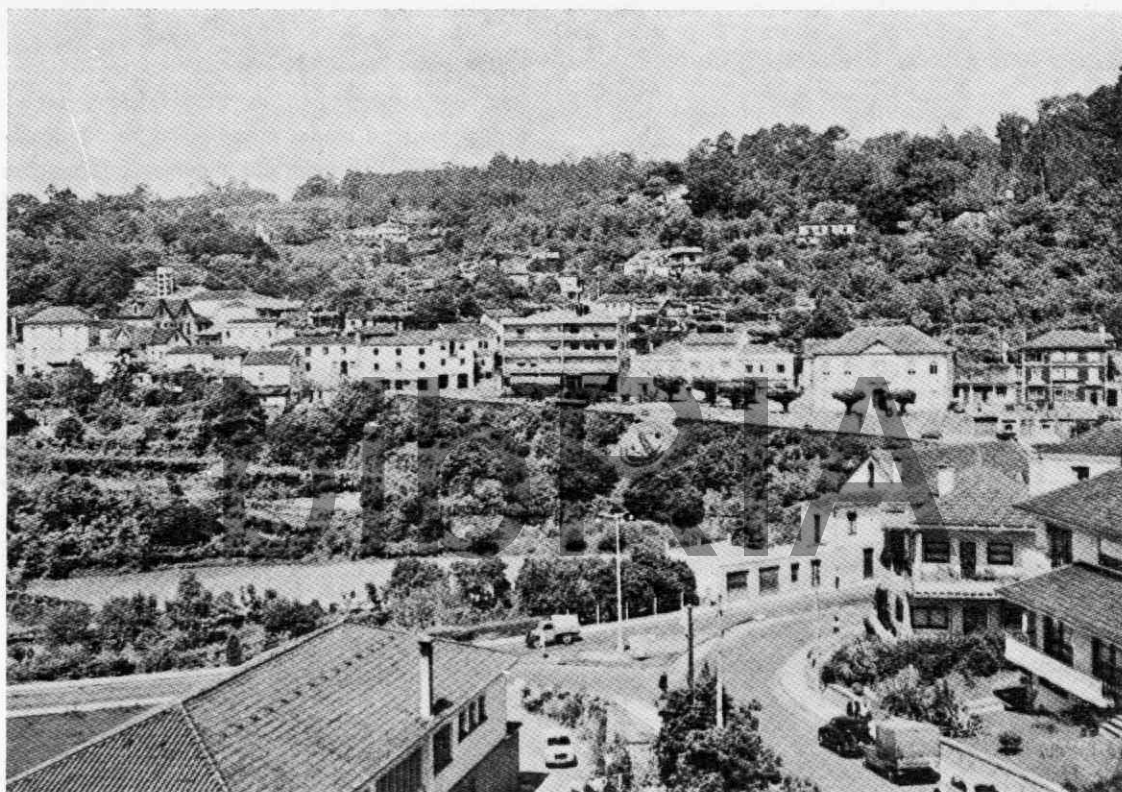
O movimento demográfico da população conhecia até ao último recenseamento, pode esquematizar-se no seguinte quadro:

1755 —	3 521 habitantes
1890 —	8 443 »
1900 —	9 042 »
1911 —	9 807 »
1920 —	10 328 »
1930 —	11 640 »
1940 —	12 629 »
1960 —	14 111 »
1970 —	12 577 »

Sem receio de desmentido podemos afirmar que o concelho foi habitado há milénios por povos pré-históricos que aqui deixaram sinais indeléveis da sua

alguns objetos encontrados aqui e além, tais como machados, pedaços de mós, instrumentos de sílex e fragmentos de cerâmica, outras provas irrefutáveis da estada dessas gentes que pertenceram às idades primitivas.

Como a Lusitânia se estendia aproximadamente até às regiões do Vouga, também os Lusitanos por aqui calcuriaram montes e vales, numa luta constante pela sua sobrevivência. Resquícios de castrejos espalhados pelo concelho denunciam a presença deste povo. Mais tarde, já sob o domínio de Roma, estes monumentos foram melhorados e aproveitados, servindo de abrigo às povoações que à sua volta se acolhiam.



SEVER DO VOUGA — Vista parcial

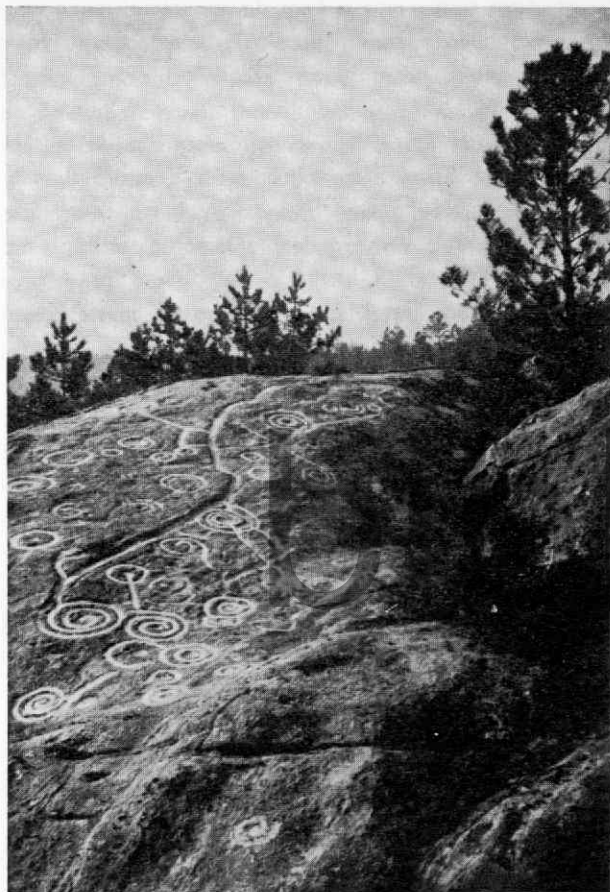
passagem. A pedra insculturada denominada Forno dos Moiros, descoberta pelo eminente arqueólogo Dr. Alberto Souto, de saudosa memória, integrada na chamada «arte rupestre» do noroeste peninsular, existente na aba ocidental e a meio da encosta da serra do Arestal; o «dolmen» da Cerqueira, plantado na vertente oriental da mesma serra; outros «dolmens» incompletos, na margem esquerda do Vouga (Santo Adrião e Chão Redondo), bem como o aparecimento de «mámoas» em vários locais, são monumentos que assinalam a permanência desses povos antiquíssimos, que no silencioso desfiar dos séculos se foram sucedendo uns aos outros, conforme a força dominante do invasor. Comprovam e justificam ainda tal opinião

Não há dúvida de que as riquezas minerais atraíram a cobiça dos romanos e foram o móbil da conquista da Península Ibérica. Estrabão referiu-se às riquezas minerais que existiam em quantidade na Lusitânia.

Também aqui, em Sever, mais propriamente nas imediações do Braçal, se recolheram provas evidentes da permanência dos romanos nestas paragens. Nos meados do século XIX, descobriram-se as minas da Malhada e do Coval da Mó (de chumbo argentífero), em cujos trabalhos de limpeza se encontraram, entre outros objectos, uma trança de chicote de couro, que provavelmente terá servido para castigar escravos que ali trabalharam, um utensílio semelhante a um balde destinado, certamente, a extracção de minério, um pe-

daço de candeia de barro, bem como madeiramentos quase metamorfoseados em lenhite.

Estes notáveis achados foram devidamente assinalados no Relatório elaborado por Carlos Ribeiro em 1853, a propósito dessas minas. Mas a prova mais cabal e indiscutível foi encontrada em 1943—quase um século depois—ao fazer-se o reconhecimento de uma nova galeria na já referida mina da Malhada. Duas lucernas romanas, uma delas intacta, regressaram de uma prolongada noite de séculos à luz do dia, desfazendo dúvidas, se porventura existiam nos espí-



Forno dos Moiros (Arestal)

ritos mais cépticos. Tais objectos foram classificados como sendo do século I ou II da nossa era.

Sabe-se, assim, que a avançada civilização romana pairou também nestas redondezas.

E os séculos foram rolando, outros povos se estabeleceram, e no dealbar do século VI os visigodos comandados por Teodorico II venceram e aniquilaram os suevos. Então um seu irmão, notável e destemido guerreiro que em tais lutas tomara parte, o Conde Sevéri, aqui teria talhado para seu domínio uma larga faixa, por volta do ano 510, segundo determinado estudioso da genealogia de tão ilustre prócer.

Por largos anos e à maneira de dinastia aqui se conservou a sua descendência, usando sempre o mesmo título que viria a dar o nome ao que hoje se chama Sever.

Em 711, porém, os árabes avançaram do norte de África, invadiram este território e os naturais tiveram em bater em retirada, deixando os seus domínios na posse dos intrusos, bem adestrados no manejo das armas. Contudo supõe-se que vieram a conceder-lhes de novo a posse dos seus avultados bens, mediante o pagamento de um tributo ao emir de Córdoba. Era então Conde Sevéri D. Gonçalo Martim Gondesindo.

Entretanto esta região ora estava sob o domínio árabe, ora sob o domínio cristão. As crónicas dizem-nos que em 879 o Conde Hermenegildo, mordomo de Afonso III, rei de Leão, conquistou Coimbra aos árabes e povoou-a de cristãos. Todavia, em 987, Coimbra cai de novo em poder dos árabes, sob o comando de Almançor e, nos dez anos imediatos, o domínio mourisco estendia-se até ao Douro, provocando a fuga da maior parte dos ricos senhores para além deste rio, entre os quais se conta Egas Erotis, abastado proprietário. Um documento de Sever datado de 1019, presta-nos, sobre o assunto, a seguinte informação: «...e naquele tempo levantaram-se os esmaelitas, filhos da perdição, e apoderaram-se da terra em que estava o mosteiro (neste caso o de Sever) e de toda desde o Douro até Córdoba». Bem elucidativo, sem dúvida, este documento que nos dá conta das devastações ocasionadas durante as incursões desse chefe árabe.

Mas a reconquista cristã foi renascendo desses escombros e à medida que as terras foram retomadas (Coimbra foi conquistada definitivamente pelo rei Fernando Magno, em 1064) formaram-se zonas a que se convencionou chamar territórios. Entre o Douro e o Mondego surgem dois: o de Santa Maria e o de Coimbra, divididos em parte pelo rio Vouga, citados descriminadamente em documentos da época, especialmente dos séculos XI e XII. É assim que nos aparece Sever mencionado no primeiro e a constituir o seu termo.

Como atrás se disse, esta terra permaneceu, à maneira de dinastia, na posse das sucessivas gerações dos Condes Sevéri, não obstante as vicissitudes por que passaram. E na arrancada vitoriosa que teve o seu início no Castelo da Feira e permitiu a Afonso Henriques, em S. Mamede, tornar um pequeno condado num país livre e independente, encontrava-se a seu lado, como dos principais obreiros da grande façanha, D. Ermígio Muniz de Figueiredo, 1.º Conde das Terras de Santa Maria e XXII Conde Sevéri.

Não resta pois dúvida alguma sobre a alta antiguidade de Sever do Vouga, cujo nome deriva de



Dolmen da Cerqueira

Sevéri, pela queda do *i* e junção do vocábulo Vouga, em virtude deste rio aqui passar.

Um documento datado de 897 dá-nos conta da existência de um ilustre varão de nome D. Soeiro Gondesindes, de alta linhagem, pelo qual faz importante doação de terras ao mosteiro de S. Salvador da Lavra, nela se compreendendo Rigas (que ninguém sabe localizar), Esmoriz, Várzea de Carvoeiro e Sever em Riba Vouga.

Descendia directamente do «dux» D. Mem Guterres, possuidor de grossos haveres nesta região, o qual teve uma filha, D. Enderquina Mendes («Pala», de cognome), herdeira das terras de Sever, que veio a casar com o Conde Gondesindo Eres. Pois foi precisamente deste casamento que nasceu D. Soeiro Gondesindes, o cavaleiro de origem goda que a tradição lançou até aos nossos dias, de estirpe tão poderosa que basta lembrar a sua ligação à família real leonesa, pois a esposa desse «dux» era cunhada do rei de Leão Ordonho I. Mais: uma tia paterna de D. Soeiro, de nome Elduara Eres, foi a mãe do célebre S. Rosendo, bispo de Dume.

Por sua vez, D. Soeiro Gondesindes casou com D. Goldregodo, da qual teve dois filhos, respectivamente Gondesindo e Sandino Soares.

Antes de 950, D. Soeiro e sua mulher doaram a «villa» de Sévéri e seu mosteiro, dedicado a Santo André e S. Cristóvão, ao abade Jacob, para que ele aí vivesse monasticamente. Alguns anos mais tarde este mesmo abade restituiu os bens aos filhos legítimos dos seus benfeitores. Como se deduz do documento acima mencionado datado de 1019, os árabes saquearam a «villa» e devastaram o mosteiro. Os dois irmãos, Sandino e Gondesindo, remediaram essas destruições de modo que, em 964, fazem de tudo doação a um diácono de nome Sandino e ao presbítero Gudesteu, incluindo a quarta parte da «villa» de Espindelo, vizinha de Sever, na outra parte do Vouga, entre as «villas» Ceterini e Idolo (hoje Cedrim e Ribeiradio).

Retomando o estudo das gerações de tão ilustres fidalguias — as dos Condes Sévéri — conclui-se que Sandino Soares foi casado com D. Ximena, havendo deste casamento dois filhos, Soeiro Sandines e Fernando Sandines.

O primeiro casou com D. Enderquina Pala (não confundir com Enderquina Mendes «Pala», que viveu um século atrás) que em 961 era já viúva, facto que se deduz da doação de bens que faz para sufrágio da alma do marido. Um documento datado de 982 mostra que os dois esposos não tiveram filhos e informa do destino de parte dos seus haveres, que não eram em Sever, para obras pias a bem da sua alma, tendo seu irmão Fernando cumprido escrupulosamente a sua vontade, doando-os ao mosteiro de Lorrão.

Retomando a história desta terra, sabe-se por documento exarado em 1005 que nova incursão de muçulmanos se verificou, nesta altura com o apoio de um conde cristão, Froila Gonçalves, o qual, mancomunado com os árabes, governava de Montemor o território de Coimbra. Nesta data havia já falecido o presbítero Gudesteu, e Sandino Dias, o diácono do mosteiro de Sever, talvez compelido, vende-lhe ilegalmente o cenóbio com as suas casarias, pomares, sotos, terras lavradas e maninhos, apesar de existirem outros legítimos possuidores. No entanto, Mendo Lucidez acaba por subjugar o conde traidor, expropria-lhe todos esses bens restituindo-os aos seus donos, Nuno e seus irmãos, filhos de Fernando Soares, os quais os doam em 1019 ao mosteiro da Vacariça, terminando a existência do mosteiro de Sever em 1094 com a sua integração na Sé de Coimbra.

Sever não teve foral velho, pelo menos conhecido, embora houvesse quem tenha acreditado que D. Soeiro Gondesindes lhe dera um. Todavia isto não passa de mera hipótese, por não ser conhecido pergaminho que a tal se refira. Crê-se também que um dos seus sucessores, séculos depois, Soeiro Martins de Figueiredo, dera foral a Sever no reinado de D. Afonso III, supondo-se que veio a instituir o morgadio do Paço da Vala, no lugar da Senhorinha, cujo topónimo se tem mantido através do tempo e que proveio do nome de sua mulher — Senhorinha.

A paróquia de Santa Maria de Sever se referem as Inquirições de D. Afonso III (1258), tendo informado o juiz João Afonso que aqui possuía a Sé de Viseu treze casais, além de dois na «villa» de Senhorinha. Nesta «villa» ainda possuía então dois o bispo e Sé de Coimbra, e um o mosteiro de Grijó, além dos dois em Paço, que pagavam também certos foros à coroa.

Cedrim — A base deste topónimo é latina, derivando de Cetarini. É citado em diversos documentos antigos:

em 1050 aparecem as formas Cedarim e Zedarim; em 1284 Cedari, 1747 Cedrim e 1768 Sedrim.

Em 1017 aqui existia um mosteiro da ordem beneditina, doado em 1050 ao de Pedroso (Vila N.ª de Gaia), por D. Gonçalo Mendes, filho dos Condes D. Mendo Lucis e de D. Flâmula. D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, visitou este convento quando aqui passou a caminho das Caldas de Lafões.

Também em outro documento e referente a uma doação ao diácono Sandino e ao presbítero Gudesteu se diz: «...est ipsa villa inter villa de Ceterini et villa de Idolo...» (isto é, junto a Cedrim e Io — hoje Ribeiradio).

Nos meados do século XIII pertenceu à paróquia de S. Miguel da Ribeira (Ribeiradio), juntamente com Couto de Esteves. Por esse motivo era curato anual da apresentação do vigário da referida paróquia.

As «villas» de Cedrim e Paçô eram de fidalgos por avoenga, isto é, por honra antiga e pertencerem a D. Urraca Vasques, não pagando qualquer foro à coroa. Nas inquirições de 1258, o Juiz de Sever, João Afonso, declarava que tais villas não eram couto, mas honra.

Do inquérito paroquial de 1732 (que juntamente com o de Sever e Silva Escura, actualmente existentes na Torre do Tombo, são os únicos do Distrito que escaparam dos escombros do terramoto de 1755) conclui-se das informações prestadas pelo pároco Francisco Soares que a freguesia pertencia ao Bispado de Viseu, comarca de Esgueira, termo da Vila de Sever e possuía 131 fogos. Era donatário o marquês de Fontes, estando

o respectivo pároco sujeito ao reitor de Ribeiradio, pelo que a freguesia lhe era anexa. Possuía alguns privilégios pertencentes à Sagrada Religião de Malta de que era senhor D. Sancho Manuel de Vilhena.

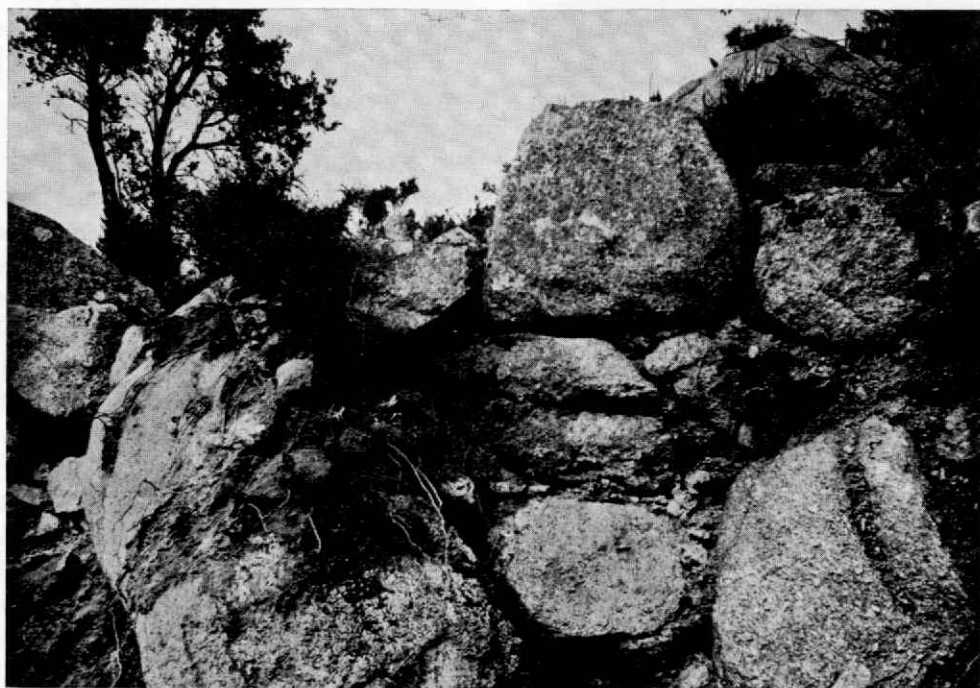
Convém frisar ainda que em 1732 são indicados como pertencendo a esta freguesia os lugares de Silveira e Arcas, hoje da de Talhadas, Alagoa e Paredes, actualmente pertencentes a outro concelho.

Couto de Esteves — Nas Inquirições de 1258 aparecem as formas Stevai e Stevay; em 1284, Couto de Steuã; em 1527, Estevem. A partir desta data o vocábulo Esteve encontra-se nos séculos XVII e XVIII, acabando por se adoptar a forma corrente de Couto de Esteves. Entretanto o vocábulo usado na época medieval revela alta antiguidade, talvez derivante de uma «villa» Stephani.

Povoação antiquíssima, pertenceu em 1067 ao convento de Lervão. Em 1128 D. Teresa e seu filho coutaram esta terra, concedendo-lhe vastos privilégios que perduraram por muitos anos.

A tradição aponta-nos, nesses recuados tempos, a existência de um ilustre varão, senhor de barão e cutelo, fundador de uma capela que hoje serve de altar-mor na igreja matriz, no ano de 1139 da nossa era, reinando então Afonso I de Portugal.

Como se disse já, fez parte da paróquia de S. Miguel da Ribeira com as suas seis villas de Catives, Cerqueira, Estêvem (Esteves depois), Lijó, Sanfins e Sapeiros. Revela-se aqui a mesma composição de 1180, resultante da intervenção do nosso primeiro rei na célebre



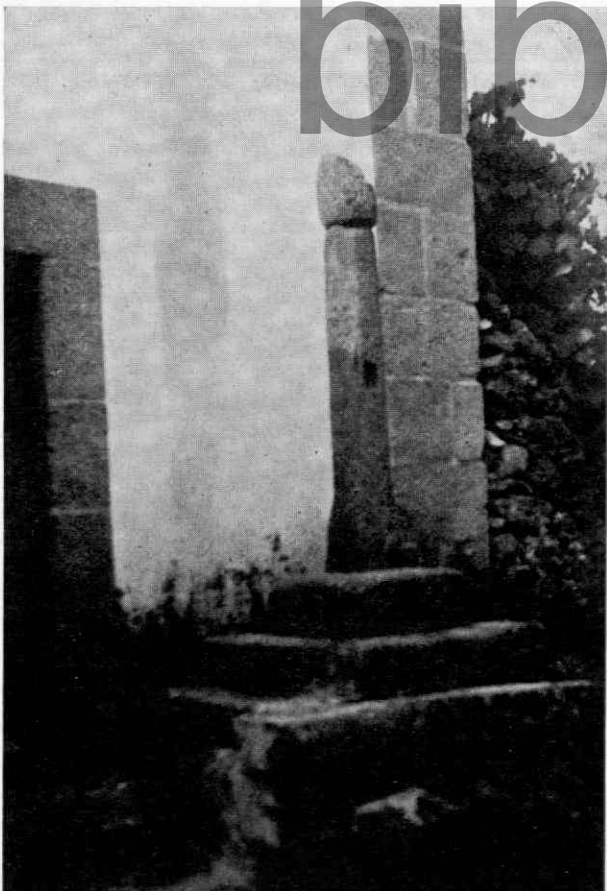
Vestígios das Muralhas do Castelo

questão de Rocas, que havia de dar origem ao Couto de Esteves dos séculos posteriores.

Em resultado das anteriores prerrogativas concedidas, tais villas eram pertença de cavaleiros-fidalgos e não faziam à coroa o mais simples foro, por ser «couto por padrões», isto é, tinham termo próprio que se situava entre os de Cambra, Sever e Lafões. Tal independência assim proclamada não tinha semelhança no país, dado que até os comissários régios de 1258 se mostraram surpreendidos, chamando-lhe «tanta e tão grande jurisdição» e anotando ainda que «sempre a tiveram de uso.»

Por esta altura não tinha juiz próprio, escolhendo o povo dois ou três vizinhos para resolverem as suas causas ou questões.

No final do século XIII o referido couto estava repartido em dois: um, de cabeça em Lijó, que havia pertencido ao filho de algo João «Barvudo»; outro, encabeçado em Sanfins que fora de Fernão Rodrigues Pacheco, o leal alcaide-mor de Celorico. A razão de este couto lhe ter pertencido, deve-se ao facto do seu casamento com D. Constança Afonso, viúva de um rico-homem de Lafões e parece que também de Sever, filha de D. Afonso Anes «de Cambra» e de D. Urraca Peres, que por sua vez o herdara, ou parte dele, de



Pelourinho de Couto de Esteves

D. Pedro Nunes «Pestanas de Cão». Foi sucessor dos bens do valoroso alcaide seu filho João Fernandes Pacheco.

Este D. Pedro Nunes «Pestanas de Cão» era neto de D. Álvaro Rabaldes, sendo este, por sua vez, irmão daquele que foi bispo do Porto, D. Pedro Rabaldes, muito provavelmente aqui nascido.

No documento da descrição da Provedoria de Esqueira, datado de 1689, inclui-se o Couto de Esteves como vila, com juiz ordinário do cível e crime, dois vereadores, dois tabeliães, juiz dos órfãos e escrivão, dele fazendo parte os lugares de Couto de Baixo, Irijó, Sanfins e Catives e algumas póvoas que hoje correspondem a vários lugares de todas as freguesias do concelho. Em 1760, com a elevação da Vila de Aveiro a cidade, por carta de D. José datada de 4 de Fevereiro, a qual passou a ser cabeça de comarca, determinou-se que a vila de Couto de Esteves fizesse parte da comarca e correição desta cidade. Mais tarde, com a fundação do Distrito pelo decreto de 18 de Julho de 1835, entre os 53 concelhos que o constituíam, figuravam os de Couto de Esteves e Sever. Nesta altura, como concelho, possuía juiz ordinário, escrivão, oficiais de diligências, administrador-provedor e câmara com cinco vereadores.

O decreto de 6 de Novembro de 1836, suprimindo 25 dos 53 concelhos apontados, liquida definitivamente o de Couto de Esteves que ficou incorporado no de Sever, até ao presente, como freguesia.

No final destas notas, que nos seja permitido introduzir aqui um parêntese que constitui um incontido grito de revolta com ressaibos de protesto: como pôde a estupidez dos homens deixar perder ou inutilizar toda a documentação que hoje seria um maravilhoso repositório para o estudo completo da história desta terra durante uma longa época?

Paradela — A memória paroquial de 1732 indicou Paradela como um dos lugares da freguesia de Pessegueiro, surgindo, contudo, já com autonomia paroquial na «memória» de 1758, isto é, decorridos 26 anos. Esta autonomia foi-lhe conferida por despacho do Juízo Eclesiástico com data de 30 de Maio de 1740.

Em documento existente no Livro do Tombo da referida freguesia, datado de 29 de Maio de 1747, consta que «Fação a nova Igreja... em o lugar da dita cappella da Senhora da Ouvida...». E mais adiante, em 15 de Janeiro de 1748, impunha-se: «O Rd.º Abb.º procederá à eleição de duas pessoas que lhe parecerem capazes, a votos dos freguezes da Banda dalem do Rio, que servirão de eleitos para correrem com as obras do corpo da Igreja, que se há-de fazer no lugar de Paradela, desta freguesia...» (Livro I das Visitas, pág. 134 e vo). E a seguir(a páginas 143 v.º e 144:

«q ha de ser anecha desta Abbadia de S. Mart.º de Pessegr.º...» e «ficando lhe o poder apresentar elle cura, pagando lhe a congrua costumada, ficando lhe tambem reservados todos os direitos que lhe pertence-rem como Abbade da Matriz.»

A nova freguesia ficava, deste modo e como se verifica, anexa à de Pessegueiro, pelo que, constituindo um curato, o abade da principal pagava o soldo ao cura e recebia para si todos os rendimentos da recém-criada.

A licença para a benção da nova igreja foi dada em 16 de Janeiro de 1750, tendo, nessa altura, o reverendo Belchior Machado, abade da freguesia de São Martinho de Pessegueiro, informado os superiores «que eles têm executado a ordem de V. Ex.ª em fazer, no mesmo sitio e lugar onde estava a antiga capela de Nossa Senhora da Ouvida, a nova igreja de Nossa Senhora do Loreto.» Comunicava também o padre Feliz José Ribeiro de Sande, abade de Reigoso: — «Fui ao lugar de Paradela onde está situada a nova igreja de Nossa Senhora do Loreto, a qual quanto ao material está toda feita de novo, assim de paredes como de madeiramentos e telhado, caiada e pincelada por dentro e por fora.»

Consta ainda o Livro de Tombo da freguesia de Pessegueiro, páginas 102 v.º a 103 v.º, que numa quinta-feira, dia 29 de Janeiro de 1750, se benzeu essa nova igreja e o adro pelo reverendo reitor de Ribeiradio, Álvaro Nogueira de Matos, e no mesmo dia o pároco Belchior Machado nela disse Missa, acolitado pelos tonsurados presentes ao acto, tendo a cruz saído em procissão, pela primeira vez, em 2 de Julho de 1753, dia da Visitação de Santa Isabel.

Entretanto, também Paradela é citada em documentos antigos. Assim:

No século X, Gonçalo Viegas, filho de Egas Erotis, por alcunha o lala, herdou de seu pai terras que se estendiam desde Sever à Bairrada, mencionando-se entre elas, Cedrim e Paradela. Egas Erotis, inimigo figadal de Froila Gonçalves, foi obrigado a refugiar-se no território situado entre Douro e Minho, quando este, a soldo dos árabes, dominava a região.

No inventário dos bens de D. Gonçalo e D. Flâmula, datado de 1050, são mencionadas no documento várias «villas», todas referidas ao Vouga (in riba uauga) e entre elas «Cedarim e Paratela.

Também em documento medieval existente na Torre do Tombo, um individuo de nome Múmio Ferreiro compromete-se, perante o bispo de Coimbra e enquanto for vivo, a agricultural-lhe as terras sob o seu senhorio, que possivelmente lhe foram confiscadas, para reparação de violências ou crimes cometidos nas villas de Sever e Paradela.

D. Sancho I fez doação de Paradela, por carta e foro de montaria, a Pedro Eitaz, que mais tarde, já na

primeira metade do século XIII, veio a pertencer a D. Vasco Gil e sua mulher D. Froilhe Fernandes, a qual veio a ser a única herdeira destes bens e honras no ano de 1277, por morte de seu filho D. Gil Vasques.

Pessegueiro — No documento datado de 950 pelo qual D. Soeiro e D. Goldregodo cedem bens ao abade Jacob, incluindo o mosteiro, situados na vila de Sever (então Sevéri), consignava-se que eles partiam com as «villas de S. Martinho e Paçõ, ao sul...»

Paredes, Nogueira e Sóligo, actuais lugares da freguesia, citam-se em documentos firmados nos séculos X e XI. A «villa» de Sóligo, por exemplo (então Solago), era metade de fidalgos e metade do rei, vindo D. Sancho I a doá-la por carta e foro de montaria a Gonçalo Eitaz, por serviços prestados, e os monteiros eram tão privilegiados como os ditos fidalgos, pois uns e outros à parte os respectivos foros de cavalaria e montaria só davam a «vida» ao mordomo e a galinha do «souto», ou pelos soutos, por ano, além do serviço na «hoste-e-anúduva».

Em 1023 S. Martinho aparece também indicado como termo de Sever, num documento de venda de terras efectuado por um Citello iben Alazade e sua mulher, para resgate de seus filhos, prisioneiros de mouros.

É de supor que a paróquia de S. Martinho de Sever existia já nos meados do século XIII, compreendendo nessa altura as actuais freguesias de Pessegueiro, Paradela e até talvez Talhadas, surgindo-nos, no final do mencionado século, sob a designação de Santa Maria de Pessegueiros, a qual, segundo referem as Inquirições mandadas fazer por D. Dinis, andava «por honra com toda a aldeia.»

Anos antes, ainda no reinado de D. Afonso II, muitas destas terras passaram à posse, por escambo (troca), de D. Fernão Anes (dito «Cheira» segundo os nobiliários medievais e «de Cambra» segundo as Inquirições), e que eram do mosteiro de S. Cruz de Coimbra.

Quando a paróquia se designava por S. Martinho de Sever, nos meados do século XIII, metade da igreja pertencia ao padroado da coroa, e a outra metade, ao Juiz de Sever João Afonso, descendente de D. Maria Garcia. Interpelado pelos inquiridores de D. Afonso III declarou este juiz que «de todos estes herdamentos dos cavaleiros-fidalgos, no termo de Sever, deve dar-se ao rei, de cada, uma galinha de souto e dez ovos, se a galinha não puser ovos, e se puser ovos, deve dar-se com a galinha cinco ovos, a «vida» ao mordomo (dar comida) e a «portagem»; e ainda «que de todas as lampreias que se matarem no Vouga... dá-se ao rei a terça parte e a «primidiva»; e se se matarem sáveis em caneiro, dá-se ao rei a terça parte das sáveis e a «primidiva».

Nogueira foi cabeça de concelho, o qual nessa altura confrontava com os do Préstimo, Lafões, Esteves e Cambra. Refere Batista de Lima na sua obra «Terras Portuguesas» que, segundo o Cadastro da Beira do ano de 1527, o concelho de Sever tinha 213 moradores, sendo 9 no lugar de Nogueira, que era cabeça dele...

A existência ali perto de locais designados por Cabeço da Força e Fundo de Vila é argumento que se não deve desprezar, atestando, sem dúvida, a importância que a povoação teve em épocas afastadas.

Na verdade possuiu também a categoria de Vila, como no-lo atestam vários documentos citados nos Livros de Visitas da freguesia. Assim: no Livro do Tombo, páginas 26, com data de 23 de Março de 1723, ao fazer-se a delimitação de determinado «prazo», menciona-se entre outros bens haver «um pardieiro velho da parte de fora das casas em que vive, que vai até a estrada que vem da vila de Nogueira para esta igreja...». No livro I das Visitas, páginas 144, com data de 24 de Outubro de 1749, afirma-se: «Somos informados que, de não haver regos para se encaminharem as águas nas ruas da vila de Nogueira, do lugar de Cogulo...». Em 10 de Dezembro de 1760, a páginas 180 do mesmo Livro, vota-se ainda a propósito da mesma água que se achava «por satisfazer o que se determinou na visita de 1753, a respeito das águas que vão da serra da Medinha de Nogueira para a mesma Vila».

Na memória paroquial de 12 de Abril de 1758, informa o cura Jeronymo Roiz que Nogueira fora Vila e ainda era designada como tal; que existia uma força antiga, situada ao norte de Pessegueiro, em um outeiro agudo e levantado, chamado vulgarmente a Forquinha, a qual era formada por duas pirâmides de pedra, ou melhor, de dois balaústres de pedra; que junto à capela da Snr.^a do Rosário se acha ainda o Pelourinho e os alicerces da cadeia antiga «o que tudo se passou para Sever, que hoje é Vila».

Em quaisquer documentos anteriores a 1723 e posteriores a 1760, Nogueira jamais aparece com a designação de vila, indicando-se apenas o nome da povoação, o que nos leva a supor que só gozou dessa prerrogativa no espaço de tempo que mediou entre os mencionados anos.

Supõe-se também que a antiga igreja matriz da freguesia se situava no âmbito da dita vila de Nogueira. Próximo da capela da Snr.^a do Rosário ainda existe a chamada fonte dos carris, onde em tempos passados se ia buscar água para certos actos do culto. Tal facto pode deduzir-se do documento registado no Livro do Tombo, página 104, que relata ser de tradição para «baptizados, comunhões e mais admenistrações de Sacramentos, por ser costume antiquissimo hirse procurar para semelhantes officios a sua antigua fonte chamada

à dos Carris, sitio em q. antigamt.º esteve a m.^a lgr.^a»

Ainda segundo a Memória de 1758, foram donatários destas terras os condes de Penaguião e na data em que foi feita era já donatária a senhora Duquesa de Abrantes. No mesmo documento lê-se ainda que «entre o lugar ou vila de Nogueira e o rio Vouga, se acham uma antiguidades de uns passos, que foram dos condes de Penaguião que hoje se chama, o Paço do Marquês de Abrantes e Fontes, onde estava um castelo ou casa forte, que há pouco se demoliu para se edificar um celeiro onde se acham e ajuntam as rendas dos sobreditos senhores.»

Rocas—Embora esteja também comprovada a sua antiguidade, escassos são os documentos históricos, como de resto em relação a todo o concelho.

Segundo nos relata a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a toponímia da freguesia é mais que milenária, especialmente Irigo, que terá derivado do nome pessoal de origem germânica Ariaricus, indivíduo possuidor de propriedade local.

Antes do século XI aqui fundaram um mosteiro o presbítero Godestev e os diáconos Sandino e Guandino, que eram irmãos. Em 1034 os presbíteros Froila e Vermudo fazem perante o abade da Vacariça, Tudeildo, um «prazo» de habitação do mosteiro de Rocas, que é confirmado por Sandino Gonçalves, talvez filho de D. Gonçalo Viegas e de D. Châmoa Onorigues, da estirpe de D. Soeiro Gondesindes. Em 1002, tendo já falecido o presbítero Godestev, os irmãos diáconos, confessando-se fundadores do dito mosteiro, doam-no ao da Vacariça.

Em 1180 surge a célebre demanda entre o bispo D. João, da Sé Viseense, e os herdeiros da «villa» de Rocas. O conflito ficou solucionado com a intervenção do nosso primeiro rei, que por sentença adjudicou à referida Sé seis casais e outros tantos ao mosteiro de Sever e a outras pessoas (heredes).

Os intervenientes nesta divisão foram: pela Sé, frei Afonso, monge do mosteiro de Silva Escura, e frei Soeiro, monge do mosteiro de Santiago de Sever; pela outra parte, Salvador Peres, Pedro Vermudes, Gonçalo Mendes e Nuno Gomes, pessoas de influência na região, sendo este último mandante de Sever pelo rei, filho de D. Gomes Mendes «Guedeão» e de D. Maior Pais «da Corveira», e que veio parar a Sever pelo seu casamento com D. Maria Álvares, sobrinha do Bispo do Porto, D. Pedro Rabaldes.

Esta mais uma razão que nos leva a apontar que o referido prelado teve por berço esta terra de Sever.

A paróquia de S. João de Rocas nasceu do século XII para o século XIII. Segundo as Inquirições de 1258, metade da igreja era reguenga (do rei) e a outra metade de Pedro Vicente, que interveio larga-

mente nessas devassas. O próprio monarca possuía ainda quatro casais «de villa ad sursum» (da vila para cima), recebendo metade dos frutos e dos foros.

Pedro Vicente declarou aos inquiridores que na villa de Rocas existia igreja de longo tempo, e dela fora metade do rei e a outra metade era dele e daqueles que descenderam da sua avoenga; e segundo ouvira a seus avós e a seu pai, essa igreja tivera paróquia sobre si e «prelado», mas foi empobrecendo e decaindo de tal modo que ao bispo de Viseu não foi difícil apoderar-se dela e uni-la à sua «câmara» de Santa Maria de Sever, de que ficou sufragânea. Ajuntou ainda Pedro Vicente que ele próprio tinha livros e cálices que haviam sido dessa igreja, do tempo em que ela fora monástica. Até o abade de S. Martinho de Sever, João Anes, afirmou que vira homens bons velhos dar testemunho ao meirinho Martim Anes de que a meia igreja de Rocas era do rei.

Posteriormente ao século XIII, em data que se não pode precisar, voltou a ser paróquia própria.

Os casais que a Sé de Viseu aqui possuía pagavam o seguinte foro anual à coroa: cada casal, uma galinha e dez ovos, portagem, «vida» ao mordomo de Sever, voz-e-coima (casos de crime) e hoste-e-anúduva (serviço militar); e por uns reguengos anexos, os casais davam o total de seis quarteiros e sexta de pão, metade milho e metade centeio, quer cultivassem esses reguengos, quer não.

A igreja desta freguesia foi reedificada antes de 1748, pois data de 29 de Março desse ano a licença para a sua bênção, não obstante não se encontrar concluído completamente o edifício, como se deduz do pedido e informação, do seguinte teor: «Os eleitos, o juiz da Igreja e o povo da freguesia de S. João Batista, do lugar de Rocas, reedificaram a sua Igreja «sem que estivesse feita a capela-mor. Pela grande consternação em que se achava a dita freguesia por irem ouvir missa a uma capela (na qual apenas) cabiam quinze ou vinte pessoas, ficando todo o mais povo à inclemência do tempo, recorreram a pedir licença para se benzer o corpo da igreja, não obstante não estar ainda a dita igreja com a capela-mor, para com maior comodidade poderem assistir ao santo sacrifício da missa e ofícios divinos, e com efeito se lhe mandou passar a dita licença que com esta juntam; e porque a capela-mor da dita igreja está acabada e perfeita e eles suplicantes não têm aonde comodamente possam armar o Sepulcro para a Semana Santa senão na dita capela-mor, onde se pode estar com decência, e requerendo eles ao seu Abade benzesse a dita Capela, por virtude da dita licença já concedida, e ele o não quer fazer sem novo despacho...», pediam licença para a bênção da Capela-mor. Informação do cura João da Silva:— «A Capela-mor de que se trata na petição está acabada e

decentemente ornada para nela se poder celebrar missa e ofícios divinos, esta foi feita a fundamentis para poder condizer com o corpo da igreja, também o mais alegado na petição é verdade que pela grande necessidade que o povo desta freguesia tinha de que se benzesse só o corpo da igreja para nele poderem dizer missa com comodidade, pois enquanto duraram as principais obras estava o sacrário e se diziam as missas conventuais em uma capela da freguesia, de S. Miguel do Portelo, em a qual cabiam muito poucas pessoas, e todo o restante da freguesia que é muito populosa estavam experimentando as inclemências do tempo, e por este motivo se recorreu a pedir licença para se benzer o corpo da igreja, sem embargo de não estar finda a capela-mor...».

Segundo a memória paroquial de 1753, a freguesia pertencia ao bispado de Viseu, comarca de Egueira, sendo termo de Sever, cabeça de concelho. Era donatária da terra a Duquesa camareira-mor.

Silva Escura—Este topónimo deriva do latim *silva*, designando um local coberto por sombria e cerrada selva, ao tempo do seu povoamento, que se considera também mais que milenário. Na verdade, no documento de doação de bens feito por D. Gondesindo Soares ao mosteiro, em 964, exara-se como ponto de referência para efeitos de confrontações: «et dividet hec villa... cum villa de Silva Scura».

Surge no primeiro período da monarquia, pelo menos em grande parte, como propriedade dos grandes senhores de Sever, fundadores de mosteiros em alguns locais, como se aludiu já. Referimos também que para a solução da célebre questão da villa de Rocas, ocorrida em 1180 com a sé viseense, um dos «partitores» dos bens foi um monge do mosteiro de Silva Escura, «Alfonsus monachus de Silva Scura», como rezam os documentos dessa época.

Dada a falta de documentação é de supor que este mosteiro fosse apenas um simples eremitério, talvez até a origem da paróquia de Sancti Johannis de Silva Scura, assim referida nas Inquirições de 1258, mais tarde tornada simples igreja secular.

Nas referidas Inquirições citam-se como fazendo parte da paróquia, as seguintes «villas»: Boialva (Boialvo), onde a coroa possuía três casais, pagando a oitava de frutos e os foros: casos crimes, serviço militar, etc.; Spieyro (Espinheiro, derivado do latim *Spinariu*), onde havia dois casais reguengos que pagavam por ano a quarta de pão, do vinho e do linho; Felgares (do latim *filicales*), onde o rei tinha um casal, dando a oitava do pão, do vinho e do milho; Presas, onde a coroa possuía três casais, tributários da sexta parte «et suos foros»; Remessal (Romezal), um casal), dando a quarta e «suas directuras»; Silva Scura, cinco casais, dando a quarta de pão, do vinho e do linho; Vila Fria,

com paço destinado a pouso real, três casais. Cavaleiros-fidalgos e mosteiros aqui possuíam a parte restante das terras: a sé do Porto dois casais no Romessal, doados talvez por D. Pedro Rabaldes, no século XII; o mosteiro de Santiago de Sever também possuía um neste lugar e a própria igreja de Silva Escura, dois em Vila Fria; a Ordem do Hospital um (este fazendo à coroa o «foro de galinha e ovos de soute» e pagando portagem); e várias herdades ou casais de fidalgos indiscriminados, todos eles pagando também o seu foro.

De notar que nas Inquirições de D. Dinis efectuadas no ano de 1282, se refere Silva Escura como «aldeia», enquanto que as anteriores, feitas ao tempo do seu antecessor, designam a terra como «vila», indicando aquelas que o rei aqui possuía quatro casais, e estas, cinco. Em documento encontrado no mosteiro de Grijó pode ler-se: «Disserom que na aldeia de Silva Escura há el-rey quatro casaes e devem a dar per Paschoa dous queijos com senhas, fazeduras de manteiga, e com cinco ovos e senhas feixes de lenha para a fogueira.»

No ponto de vista eclesiástico, a história da freguesia também apresenta curiosidades. A paróquia deve ter nascido desse modesto cenóbio, referindo as Inquirições de 1258 o seguinte: «João Afonso, Juiz de Sever, jurado e interrogado sobre o padroado e a igreja de S. João de Silva Escura, disse que a Igreja de Silva Escura foi do rei e fora edificada na própria herdade real, e ajuntou que viu Afonso Gonçalves de Maçada e Afonso Gonçalves de Paço, e João Esteves, juiz da Feira, e Pedro Guterres, tabelião de el-rei da terra de Santa Maria, fazer inquirições sobre esta Igreja por mandado de el-rei, e encontraram por inquirição de homens-bons que a Igreja de Silva Escura foi do rei e teve toda a paróquia sobre si; e Gonçalo Viegas, dito Marranco, cavaleiro-fidalgo, fez a presente Igreja de S. João na sua herdade, por isso que o prelado da igreja do rei não quis atender a esse Gonçalo Viegas para missa e para jantar; e depois o dito Gonçalo Viegas foi-se a el-rei D. Sancho (D. Sancho I) e combinou com ele que dessa igreja que Gonçalo Viegas havia feito se desse ao prestameiro que tivesse do rei a terra de Sever, por três vezes no ano, dois alqueires de cevada e dois alqueires de borra e uma galinha e meio alqueire de pão de trigo e meio alqueire de vinho, e o prestameiro devia comer isto no paço do rei; e que, se por acaso sucedesse passar o rei por terra de Sever, devia fazer-se-lhe dessa igreja como a senhor (dela); e acrescentou esse jurado que esta igreja foi então erecta» (do século XII para o sec. XIII).

Da leitura deste trecho poderá deduzir-se o seguinte: não referindo claramente que esta primeira igreja fosse dedicada a S. João Batista, não restam dúvidas de que a alusão é feita à antiquíssima ermida de Santa Maria, hoje capela de Nossa Senhora da Graça, cons-

truída para o serviço paroquial dos dias santificados; também não faz qualquer referência ao mosteiro, que ainda meio século antes existia no cimo da serra, e dado tratar-se de um «eremitério», tudo leva a crer na sua passagem a igreja paroquial, que a tradição conservou como primeira matriz e sobre a qual o dito D. Gonçalo Viegas se arrogava direitos de padroeiro; de acordo com o soberano, o cavaleiro-fidalgo fez substituir a antiga paroquial por nova igreja construída na sua herdade, razão por que o padroado de S. João de Silva Escura persistiu na posse de particulares, os condes de Penaguião (marqueses de Fontes) e, depois destes, os seus herdeiros marqueses de Abrantes.

Dada a sua vetustez e ruína, procedeu o abade de Silva Escura, Melchior Brito e Robles, à sua reconstrução, desde os alicerces, no ano de 1662, conforme se lê na inscrição existente ao lado da epístola da capela da Senhora da Graça. Em 1837, em cumprimento de disposição testamentária do abade João Cipriano d'Assis e Moraes, os seus herdeiros procederam a nova alteração da capela, que foi alteada com o fim de ali colocarem uma imagem de Cristo com cruz e penha de pau santo, obra do célebre escultor Dias, que o abade lhe doou com mais alguns bens. Jaz sepultado no interior dessa capela.

E quanto à igreja paroquial? Não restam também dúvidas quanto à sua reconstrução, maior ou menor, por volta de 1765. Os mordomos das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e do Santíssimo Nome de Jesus requereram licenças para procederem à colocação de novos retábulos na igreja paroquial, por terem sido demolidos os antigos. O abade da freguesia, José Leandro de Sousa Valadares, informou que os altares estavam completamente acabados «com toda a decência precisa para neles celebrar o santo sacrifício da missa...». Em 16 de Março desse ano foi concedida licença para a bênção.

Talhadas — No cadastro da população do Reino de 1527, a povoação é citada como Pedras Talhadas e bem assim no ano de 1689 (Prontuário, de Meireles). Tal designação provém de dois monólitos gigantes ali existentes, pelo meio dos quais passa a actual E. N. 333 e passou outrora a estrada militar romana que, de Viseu, por Benfeitas e Talhadas, vinha entroncar na de Aeminio a Cale, possivelmente junto ao Marnel.

Os dois enormes blocos são metades de um todo que, rolando encosta abaixo, se cindiu em partes iguais e vieram postar-se a alguns metros de distância. Há uma lenda que afirma que o penedo se partiu quando do terramoto sucedido por ocasião da morte de Cristo, facto que o Padre João Crisóstomo da Veiga perfilha na sua obra — História Universal Sagrada e Profana, Política e Eclesiástica, 1875).

O povoamento da terra pode considerar-se muito anterior ao século XII, por povos até pré-históricos, dada a sua situação que permitia fácil guarida e defesa e ainda pelo aparecimento de achados que bem denotam essa estada. Para aqui se prolongava o termo das vilas rústicas de Ceterini e Idolo (Ribeiradio, de certo modo), e ter sido pertença, certamente, dos grandes fidalgos senhores de Sever e próceres das terras de Riba Vouga — D. Soeiro Gondesindes e toda a sua descendência.

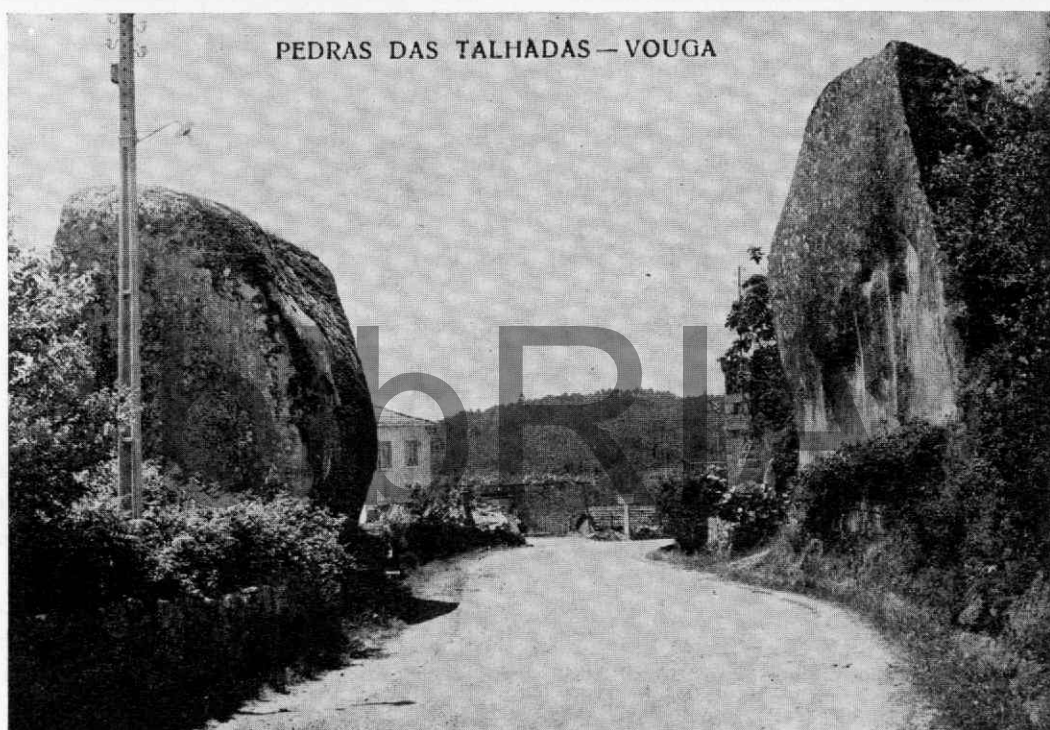
De salientar que primitivamente se denominou freguesia de Doninhas, onde existiu a primeira igreja. O documento mais antigo que se encontra no arquivo da freguesia de Talhadas data de 1674, o qual refere

do Cabido de Coimbra, que assim terminava essa informação: «...nem sei, em q anno foi fundado, nem por quem».

Esta freguesia foi do padroado real e o prior, ainda no século XVIII, tinha uma renda anual de 400 mil réis.

Talhadas pertenceu ao extinto concelho do Préstimo. Foi incorporada no de Sever até 1895, data em que este foi suprimido, pelo que a freguesia foi anexada ao de Águeda até 13 de Janeiro de 1898, voltando novamente ao de Sever Fez parte do julgado do Vouga até 31 de Dezembro de 1853.

Eclesiasticamente, a partir da segunda metade do século XII e durante vários séculos, fez parte do Arce-diago do Vouga, bispado de Coimbra.



Doninhas como cabeça da paróquia, e já tinha, como hoje, S. Mamede como orago ou padroeiro.

1686 é o ano em que se inicia a magna questão da situação da sua nova igreja, que abre luta entre a população de várias localidades, vindo mais tarde a fixar-se definitivamente no «sítio das Vessadas das Talhadas». Em 1700, assente o local, abrem-se os alicerces. Em 1705 o visitador vem a Doninhas, mas jamais aparece qualquer documento paroquial citando esta povoação como freguesia.

Curioso salientar que aqui existiu um hospital, administrado por D. João de Melo e Abreu da Boavista, onde se dava cama e lume aos passageiros pobres. Assim o informava o prior da freguesia, Amaro Duarte Cardoso, em 11 de Maio de 1721, a um interrogatório

Não se sabe a data exacta da constituição do concelho de Sever. D. Manuel I deu-lhe foral em 29 de Abril de 1514. O Cadastro da População do Reino (1527) já se lhe refere, indicando que possuía então 213 moradores, dos quais 9 em Nogueira, então cabeça de concelho. O seu termo estendia-se por meia légua em comprimento por outra em largura, e confrontava com os de Figueiredo e Vouga, da correição da Estremadura, e com os do Préstimo, Lafões, Esteves e Cambra. Quando da criação da comarca de Esgueira, no Século XVI (1533), constituída por 31 vilas, 10 concelhos e um couto, incluiu-se entre os concelhos que a formavam o de Sever.

Em 1708 ainda permanece dentro da referida comarca, surgindo em 1832 integrado na de Estarreja e

quatro anos depois na de Águeda. Por decreto de 21 de Novembro de 1895 foi suprimido, pelo que as suas freguesias passaram para o de Albergaria-a-Velha, à excepção da de Talhadas incorporada no de Águeda. Poucos anos depois, por decreto de 13 de Janeiro de 1898 é restaurado com todas as freguesias que lhe pertenciam à data da extinção.

III

Ao falar-se de mosteiros poderá supor-se, erradamente, que eles possuíram desde logo a grandeza que mais tarde lhes conhecemos, marcando um estilo ou uma época. Pelo contrário. Quase todos nasceram da iniciativa de particulares, e melhor lhes cabia a designação de ermidas, onde habitavam poucos monges ou até um só.

Para explicar tão grande número dizia Viterbo: «Um eremita, mesmo embrenhado na serra, ou só, ou acompanhado com algum ou alguns poucos companheiros, era o que bastava para que se desse o nome de mosteiros à sua brusca e tenebrosa cova, em que o desprezo do mundo reluzia e a comodidade própria se não buscava.» Escreveu também António Caetano do Amaral: «É certo que muitos desses mosteiros mal mereciam esse nome e melhor lhes quadraria o de capelas ou ermidas, segundo a sua origem e destino.» A comprová-lo está o documento datado de 1019, já referenciado, onde claramente se dizia que ele era: um pequeno templo e uma casa de habitação para duas ou três pessoas.

Os mosteiros de Sever, em número de cinco, enquadram-se perfeitamente dentro do âmbito referido e não fugiam às regras enunciadas.

O padre Miguel de Oliveira, no seu livro «As Paróquias Rurais», dá-nos conta da existência de quatro mosteiros no concelho, a saber: o de Cedrim, cuja invocação se desconhece; o de Rocas, dedicado a S. Salvador; e dois em Sever, tendo um como padroeiros, Santo André e S. Cristóvão, e o outro, S. Tiago. Todavia, como dissemos na altura própria, outro houve em Silva Escura, no Cimo da serra, talvez da invocação de S. João, e que teve o destino que já se referiu. Quanto ao de Cedrim já vimos que os seus monges eram beneditinos e foi doado, em 1050, por D. Gonçalo Mendes ao de Pedroso.

Falemos agora um pouco dos de Sever e Rocas.

O Conde Hermenegildo, mordomo do rei de Leão Afonso III, conquistou Coimbra aos árabes em 879, povoando-a de cristãos. Casado com Ermezinda, dela houve quatro filhos: Enderquina Pala, Arias, que foi conde de Coimbra, Guterre e Aldonça. Enderquina casou, por sua vez, com D. Gondesindo Eres, ficando a possuir muitas terras que se estendiam desde o

Douro ao Vouga, e, deste casamento, nasceram Soeiro, Ermezinda, Adozinda e Froilo.

Soeiro consorciou-se com Goldregodo e fundaram, nos fins do século IX, um mosteiro em Sever que dotaram com todos os bens que aqui possuíam, ficando, portanto, este cenóbio de posse de vultosos rendimentos. Confiaram-no ao abade Jacob, que morreu sem descendência — virtude rara nos abades daquele tempo. O mosteiro, abandonado e arruinado durante muitos anos, foi confiado em 964 aos cuidados do diácono Sandino e do presbítero Godesteu, ao tempo em que os árabes, devastando a região, obrigaram os senhores a fugirem para terras de além-Douro. Entretanto, falecido Godesteu, o diácono Sandino compelido por Froila Gonçalves, renegado ao serviço de Almançor, vendeu-lhe o mosteiro em 1005, ilegalmente, não obstante existirem legítimos possuidores.

Este Froila Gonçalves, apesar de tudo, não renegou a sua fé. Provam-no as doações feitas ao mosteiro da Vacariça de todas as herdades e vilas que tinha desde o monte «Zebrario usque in uauga». Receando contudo que estas doações não viessem a ser respeitadas, encarregou sua prima, a condessa D. Toda, viúva do Conde Mendo Gonçalves, sogra de Afonso V, rei de Leão, de confirmar a doação, o que fez em 1018.

No entanto os filhos de Fernando Sandiniz, Nuno Fernandes e Sandino Fernandes, legítimos herdeiros do mosteiro de Sever de que Froila se havia apossado, reclamam e fazem valer os seus direitos, de tal sorte que lhes são reconhecidos, recebendo de Mem Lucídio todos os documentos que de novo lhes restituem a posse dos bens usurpados.

São estes irmãos que em 1037 fazem, por sua vez, doação ao mencionado mosteiro da Vacariça dos referidos bens, conservados até 1094 data em que o Conde D. Henrique deu este convento ao bispo de Coimbra, D. Crescónio. Os bispos que se seguiram desmembraram o seu rico património.

Já em 1002, o diácono Sandino, alegando ser fundador com seu irmão Godesteu do mosteiro de Rocas, doara-o com suas pertenças, alfaias e paramentos, ao da Vacariça, na pessoa do abade Andérias, com a confirmação do abade Benjamim, do mosteiro de Lorvão. Devia pois ser habitado por monges beneditinos.

Tais mosteiros deram origem às actuais freguesias de Sever e Rocas, que hoje ainda conservam os seus antigos limites.

Em 1135, porém, o abade João Cirita, fundou ele próprio um mosteiro em Sever, da invocação de S. Tiago, para eremitas. Este abade era natural de Alafões e bastante conhecido, ao que parece, por sua notória virtude. E tão conhecida era que o abade Claraval

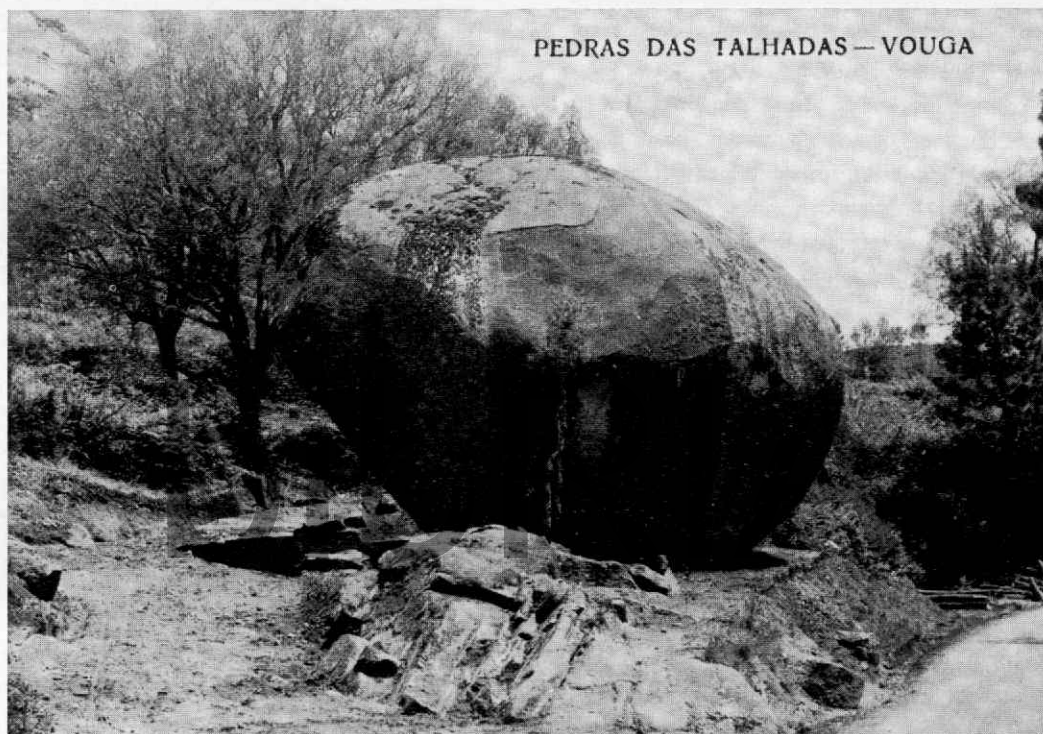
(França) lhe enviou uma carta e oito monges, guiados por Boemundo, recomendando-lhe que construísse um mosteiro em Tarouca, o que fez no ano de 1140.

Por razões que se desconhecem, este mosteiro de S. Tiago uniu-se ao de Tarouca, em 1141, com todas as suas dependências, adoptando os seus monges a regra beneditina. Em Novembro do mesmo ano a igreja foi coutada por D. Afonso Henriques.

Desconhecem-se os locais exactos onde tais mosteiros foram erectos. Todavia supõe-se que um deles terá sido no local onde se situa a actual igreja, por ser de tradição que a povoação de Sever era ali nos seus primórdios. O outro terá existido no lugar da

cesso de liquidação e remissão dos foros. Daqui resultou que, embora lenta mas gradualmente, esses bens territoriais da nobreza foram passando para a posse dos proprietários rurais.

Sever do Vouga também teve o seu morgadio, cujos senhores foram recebendo os rendimentos até à sua integral liquidação. Esse morgadio, que tinha uma parte em Sever do Vouga, outra no concelho de Lafões e o restante no de Castelo de Paiva, compreendia: Pessegueiro, Ribeiradio, Rocas, Talhadas, Cedrim, Silva Escura, etc., recebia dos moradores: em dinheiro — 28\$630; trigo — 32 alqueires e $\frac{1}{8}$; centeio — 166 alqueires e $\frac{3}{8}$; milho — 166 alqueires e $\frac{3}{8}$; milho alvo — 2 alquei-



Exemplar de um monólito em Talhadas

Póvoa, de acordo com certos vestígios lá encontrados, há alguns anos atrás, por alguém que a isso se dedicou.

IV

O morgadio de Sever—Os morgados tiveram a sua origem no cometimento de feitos valorosos, sobretudo militares, e ainda em reconhecidos merecimentos pessoais. Resultava daqui que lhes eram feitas doações ou concessões de privilégios importantes, com vínculo, passando para a posse do herdeiro primogénito, não podendo transmitir-se a outros.

Reinava D. Luís I quando, em 1863, foi decretada a abolição dos morgados, acabando com essas doações ou concessões pelo que se iniciou desde logo o pro-

res e $\frac{1}{2}$; milho meado — 163 e $\frac{1}{8}$; cevada — 9 alqueires; galinhas — 85; frangos — 24; vinho — 31 almudes e $\frac{11}{12}$; ovos — 20; manteiga — 16 quartilhos; palha paúña — 55 dúzias; mãos de linho — 20 e $\frac{1}{2}$; capões — 5 e lampreias — 1.

Foram senhores deste morgadio:

1.º — D. Francisco de Sá e Menezes. Era filho de D. João Rodrigues de Sá e Menezes, 1.º conde de Penaguião, Alcaide-mor e capitão-mor da cidade do Porto, e camareiro-mor dos reis Filipe I e II. Casou com D. Isabel de Mendonça, filha de D. João de Almeida — Alcaide-mor de Abrantes, neta de D. António de Almeida — Alcaide-mor de Abrantes, bisneta de D. Lopo de Almeida, 3.º conde de Abrantes. O dito D. Francisco de Sá e Menezes casou a 21 de Agosto de 1617 com

D. Joana de Castro, falecida a 3 de Setembro de 1624, dama do palácio da Rainha de Espanha — D. Margarida de Áustria.

2.º — D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Era filho do anterior e casou com D. Maria Luísa de Faro, filha de D. Luís de Ataíde e da condessa D. Filipa de Vilhena.

3.º — D. Francisco de Sá e Menezes. Filho do anterior, foi o 1.º Marquês de Fontes por mercê de D. João IV, em 2 de Janeiro de 1659. Casou com D. Joana Luísa de Lencastre, viúva de D. Rui Teles de Menezes e Castro.

4.º — D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Filho do antecedente a quem sucedeu no título e honras. Esteve para casar com D. Isabel de Lorena, que depois foi mulher de seu irmão que se segue.

5.º — D. Rodrigo Eanes de Sá e Menezes. Foi o 3.º marquês de Fontes, cujo título mudou para o de marquês de Abrantes, que lhe foi dado por D. João V, com o tratamento de Sobrinho.

6.º — D. João Maria da Piedade. Este era filho do anterior e 8.º conde de Penaguião e, portanto, seu sucessor no título de marquês de Abrantes. Foi também agraciado por D. João V com o título de Marquês de Fontes.

7.º — D. José Maria da Piedade e Lencastre. Foi o último marquês de Abrantes, e seu único e universal herdeiro seu filho que segue. Faleceu em 1872.

8.º — D. João de Lencastre e Távora. Nasceu em 1864. Casou com D. Maria Carlota de Sá e Menezes, filha da marquesa de Oldoini e faleceu a 18 de Dezembro de 1917. Depois da morte do último marquês de Abrantes, começaram a ser liquidados e a ser remidos os foros deste morgadio.

Casa da Fonte — Esta casa, hoje completamente arruinada e que ainda se pode ver no lugar de Couto de Baixo, da freguesia de Couto de Esteves, foi de Manuel Coutinho, casado com D. Maria Cardoso, filha de Diogo de Andrade Cardoso, neta de Fernão Tavares da Fonseca, que serviu el-rei em África e viveu em Fontes Chãs, na era de 1580. Descendia da Casa chamada do Cardoso, em S. Martinho de Mouros, e era bisneta de Martim Tavares da Fonseca, da Quinta e Casa do Barral, de Oliveira de Azeméis.

Tiveram Bernardo Coutinho Cardoso, capitão-mor de Sever e Couto de Esteves, casado com D. Isabel Martins. Deste casamento nasceu D. Francisca Bernarda Coutinho Cardoso, que veio a casar com Jacinto Quadros Teixeira, de Arouca, e tiveram D. Antónia Luísa de Quadros, que casou com seu primo em 5.º grau Francisco Tavares da Silva, capitão-mor da vila de Couto de Esteves, Cavaleiro Professor da Ordem de

Cristo, Familiar do Santo Offício; e o Dr. Manuel Tavares da Silva Coutinho, que foi lente de prima da Universidade de Coimbra, Deputado da Mesa da Fazenda, Cônego Donatário da Sé de Lamego e Colegial do Real Colégio de S. Paulo, Deputado do Santo Offício.

Do casamento de D. Antónia com seu primo Francisco Tavares da Silva, nasceram dois filhos e cinco filhas. Um dos filhos, Dr. Manuel Tavares Coutinho da Silva, foi Bispo de Portalegre (1778-1798); o outro, Francisco Tavares da Silva Coutinho, foi lente da Universidade de Coimbra. As cinco irmãs professaram, três em Arouca e duas no convento de Lorvão.

Francisco Tavares da Silva Coutinho teve uma filha adoptiva, que era da Cerqueira a qual veio a casar com o Dr. José de Sequeira Seixas Cardoso e foram os pais do último morgado desta Casa, António Cardoso de Barros Loureiro Sequeira e Quadros.

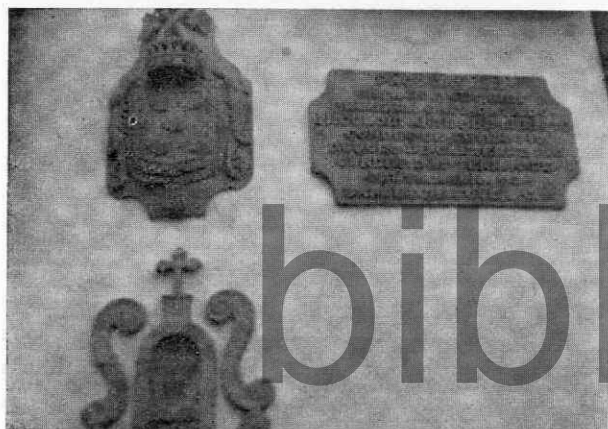
Nasceu no ano de 1811 e morreu a 14 de Março de 1864. Foi o presidente da Comissão Promotora da Navegação dos Distritos de Aveiro e Viseu e grande entusiasta do projecto de tornar navegável o Rio Vouga até alturas de S. Pedro do Sul, que infelizmente não concretizou. Homem com bastante ilustração, honrado e bondoso, morrendo solteiro e sem filhos, impôs à sua herdeira a obrigação de vestir anualmente cinco pobres da freguesia. A herdeira, sua irmã D. Maria Benedita Sequeira de Quadros foi casada com o Dr. Alexandre Soares Gomes Feijão. Esta senhora cumpriu sempre com o maior escrupulo todas as obrigações que lhe foram impostas por virtude dessa legação testamentária e forneceu durante toda a sua vida uma sopa aos pobres que ali se apresentavam.

Seu marido, bacharel em direito e natural de Ribeiradio, onde exerceu por espaço de onze anos o cargo de administrador de Oliveira de Frades, foi depois juiz do julgado municipal de Sever do Vouga. Por carta régia possuía o Hábito de Cavaleiro da Ordem de N. S. Jesus Cristo, por serviços de mérito prestados. Faleceu a 6 de Janeiro de 1894. Nesse mesmo ano, a viúva fez disposição de todos os seus bens a favor de seu sobrinho por afinidade Dr. Alexandre Soares Gomes Feijão de Almeida Aragão, bacharel formado em direito e natural da Quinta da Água Levada, freguesia de S. Vicente, do concelho de Oliveira de Frades. Exerceu o cargo de Delegado do Procurador Régio na ilha de Santa Maria, nos Açores, e mais tarde na Comarca de Albergaria-a-Velha. Faleceu em 8 de Fevereiro de 1903. Por sua morte seus bens passaram a seu irmão padre Cristóvão Aragão que, por fim, testou a favor do sr. Daniel Martins de Bastos, ex-chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Sever do Vouga, casado com uma segunda prima do referido padre.

O Paço da Vala—Da autoria do padre Alfredo Júlio Soares P. Coutinho Almas, cederam-nos um opúsculo intitulado «Figueiredos e Terras de Santa Maria» que trata largamente da genealogia desta família.

Antes do mais é nosso desejo informar qualquer leitor menos avisado de que não somos um historiador nato e, valha a verdade, não perdemos tempo a estudar os calhamaços dos Nobiliários. Quere-nos parecer, no entanto, que o estudo publicado pelo padre Almas se encontra eivado de erros, pelo menos no que concerne à parte que vai até aos primórdios da nacionalidade portuguesa.

No frontespício do Solar, reconstruído há poucos anos, pode ler-se a seguinte inscrição gravada no granito: «Paço da Vala—Casa dos Césares—Primeira Casa datado século III antes de Cristo—Condes de Sever 510—Duques de Guterre 880—Condes das Terras de Santa Maria 1124—Barões de Sever 1290».



Brasão da Casa do Paço da Vala

Desconhecemos inteiramente as fontes onde o autor teria recolhido todo o material para uma base sólida e firme do seu trabalho e permitimo-nos, modestamente, duvidar da sua autenticidade. É que a construção da História tem de assentar em documentos autênticos e iniludíveis para, a partir daí, se ajustarem os factos, coadunando-os no espaço e no tempo.

Na verdade, de uma mera análise do texto, facilmente se pode verificar a inconformidade e inconsistência do estudo apresentado. E isto ressalta precisamente de documentos datados do final do século IX, que nos dão conta da existência de um ilustre varão de nome Soeiro Gondesindes, que viveu na região e fez importante doação de terras, conforme atrás referimos. Ora no estudo apresentado pelo padre Almas, tal personalidade aparece-nos no início do século VI e a encabeçar a genealogia dos Figueiredos, o que de modo algum é verosímil, a menos que outro Soeiro Gondesindes tivesse vivido nessa época, o que não é

crível, nem há documentos que no-lo atestem. Pelo menos assim o pensamos até que alguma prova irrefutável surja em contrário.

Entretanto, e apesar de tudo, não fugimos à tentação de apresentar à curiosidade do leitor a genealogia dessa Família tal como consta do mencionado opúsculo, que com a devida vénia transcrevemos:

1.º—D. Soeiro Gondesindo, conde Severi, que se fixou no território, visigodo, tendo dado o nome à terra, em 510. Era irmão mais velho de Teodorico II;

2.º—D. Teodósio Gondesindo, também conde Severi, título que todos os descendentes usaram e que mais tarde, no tempo de D. Afonso III, foi considerado de Juro e Herdade, usado, portanto, por direito próprio.

3.º—D. Lucílio Gondesindo;

4.º—D. Mumio Gondesindo;

5.º—D. Lucílio Martim Gondesindo;

6.º—D. Martim Afonso Gondesindo;

7.º—D. Teodósio Egas Gondesindo;

8.º—D. Gonçalo Martim Gondesindo, que governava estas terras quando da invasão dos árabes, e que tendo-se defendido com valentia, estes lhe propuseram a paz mediante o pagamento de um tributo de cem donzelas ao emir de Córdova.

9.º—D. Godofredo Afonso Garcia Gondesindo, que sustentou várias lutas com os árabes para se libertar do pagamento desse tributo;

10.º—D. Gaesto Gondesindo Ero de Figueiredo Ansur, que continuou essas lutas que acabaram com a derrota dos árabes na batalha de Clariiga, no ano de 882. Foi a partir desta batalha, que parece ter-se dado num campo de figueiras, que foi acrescentado ao seu nome o apelido Figueiredo, determinando que os seus descendentes não mais deixassem de o usar.

11.º—D. Ordonho Soeiro de Figueiredo;

12.º—D. Mem de Figueiredo, duque de Guterre;

13.º—D. Formariges Soeiro de Figueiredo;;

14.º—D. Gilberto Muniz de Figueiredo;

15.º—D. Teodomiro Gaspar Muniz de Figueiredo;

16.º—D. Ero Gondesindo de Figueiredo;

17.º—D. Gurdesindo Egas Eris de Figueiredo;

18.º—D. Mem Lucilio de Figueiredo;

19.º—D. Mumio Viegas de Figueiredo;

20.º—D. Ermígio Viegas de Figueiredo;

21.º—D. Mumio Ermigues Viegas de Figueiredo;

22.º—D. Ermígio Muniz de Figueiredo. Foi este que, juntamente com D. Afonso Henriques e partindo do Castelo da Feira, forçou D. Teresa a uma derrota no Campo de S. Mamede.

23.º—D. Eanes Muniz de Figueiredo. Contribuiu para o alargamento do território, ajudando os dois primeiros reis na luta cerrada contra os sarracenos, tomando também parte na batalha de Navas de Tolosa.

24.º — D. Fernão Rodrigues Pacheco de Figueiredo, senhor do Couto de S. Fins, e valente alcaide-mor de Celorico.

25.º — D. Sueiro Martim de Figueiredo, que ajudou a conquistar definitivamente o Algarve. Foi este fidalgo o 1.º barão de Sever, cujo baronato foi instituído no reinado de D. Dinis, e o fundador dos morgados do Paço da Vala e de Figueiredo, no lugar da Senhorinha.

26.º — D. Ruy Vasco Esteves Sueiro Martim de Figueiredo. Tomou parte na batalha do Salado;

27.º — D. Semeão Pacheco de Figueiredo;

28.º — D. Gonçalo Garcia de Figueiredo;

29.º — D. Gonçalo Garcia de Figueiredo, do qual descenderam três filhos, que tomaram o partido do Mestre de Aviz;

30.º — D. Ayres de Ataíde Gonçalves de Figueiredo, que tomou parte nas guerras com Castela;

31.º — D. Gil Eanes Pacheco de Figueiredo. Dobrou o Cabo Bojador;

32.º — D. Diogo Afonso Coutinho Pereira de Figueiredo;

33.º — D. Duarte Pacheco Pereira de Figueiredo, último alcaide do Castelo da Feira;

34.º — D. Vasco Esteves Lobo de Figueiredo;

35.º — D. Simão de Figueiredo. Bateu-se no cerco de Dio;

36.º — D. Cipriano de Figueiredo. Com um pequeno exército salvou a praça de Mazagão. Foi Governador dos Açores, seguindo o partido do Prior do Crato.

37.º — D. António Eanes de Figueiredo. Defendeu os nossos domínios em terras do Oriente, e ficou sepultado no mar em resultado de um acto de bravura;

38.º — D. Soeiro Martim de Melo de Figueiredo Lobo e Silva. Bateu-se na Índia e no Brasil;

39.º — D. Diogo Lobo de Figueiredo. Tomou parte nas batalhas da Restauração onde se notabilizou.

40.º — D. Vasco Eanes Soares de Figueiredo. Tomou parte com seu pai na batalha de Montijo, apenas com 16 anos;

41.º — D. César Máximo de Figueiredo Lobo e Silva Pacheco de Moscoso Ataíde Pereira. Tomou parte, com seu pai, na triunfal entrada em Madrid, em 1706;

42.º — D. César Máximo de Figueiredo Lobo e Silva. Tomou parte na vitória da batalha de Matapan, em 1716;

43.º — D. José Manuel César Máximo Martim de Figueiredo Lobo e Silva. Ajudou a sufocar a revolta de Minas Gerais, com a idade de 78 anos;

44.º — D. Manuel José César Máximo de Figueiredo Lobo e Silva. Tomou parte em todas as lutas durante as invasões francesas. Partidário de D. Miguel, exilou-se no estrangeiro;

45.º — D. José César Máximo de Figueiredo Lobo e Silva. Partidário de D. Miguel, atingiu em 1834, apenas

com 26 anos de idade, o posto de coronel de cavalaria;

46.º — D. César Máximo de Figueiredo Lobo e Silva.

47.º — O Dr. Silvério César Máximo de Figueiredo Lobo e Silva, falecido há poucos anos.

(Nota: o autor do presente trabalho dispensou-se de transcrever todos os feitos desta ilustre Casa, por entender que os relatados chegam e sobrem para a equiparar às mais altas linhagens destes Reinos).

Em síntese, vejamos agora quais as armas usadas nos brasões das três casas apontadas:

As dos **Barros**: Em campo de púrpura, três bandas de prata e sobre o campo nove estrelas de ouro, uma na cabeça do campo, seis no meio e duas no fim. Timbre uma aspa de púrpura com cinco estrelas de prata.

As dos **Cardosos**: Em campo de púrpura, dois cardos verdes, floridos, com flor e raízes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes armados de púrpura. Timbre uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe pela boca um cardo como o das armas.

As dos **Coutinhos**: Em campo de ouro, cinco estrelas de púrpura, de cinco pontas cada uma, em aspa. Timbre um leopardo de púrpura, com uma estrela de ouro na espádua, armado de púrpura.

As dos **Loureiros**: Escudo esquartelado, no 1.º, de púrpura, um torreão de prata e arrimada a ele uma escada de ouro; no 2.º e 3.º, de púrpura, cinco folhas de figueira verdes perfiladas de ouro (que são as dos Figueiredos, com quem os Loureiros se aliaram); o 4.º, dividido em pala, na 1.ª de ouro, bandeira de púrpura, de duas pontas, na 2.ª, de púrpura, bandeira de prata também de duas pontas, e ambas com ferros da sua cor e ásteas de ouro. Elmo de aço aberto e por timbre o dos Loureiros, que são dois braços de leão, de púrpura, em aspa, e uma folha de figueira das armas, em cada garra, e no meio um meio corpo de homem, tendo as mãos atadas com uma corda de ouro.

Estas armas foram assim construídas (acrescentadas às dos Figueiredos por ordem do rei D. João III, a favor de Luís de Loureiro, adail-mor do reino e do seu concelho). A carta régia que mandou usar destas armas a Luís de Loureiro foi passada a 6 de Julho de 1551.

As dos **Quadros**: Escudo esquartelado de prata e azul, de três peças em faixa e três em pala. Timbre meio leopardo de azul nas mãos. Outros Quadros fizeram algumas variantes nas suas armas.

As dos **Sequeiras**: Em campo azul, cinco vieiras de ouro em aspa realçada de negro. Elmo de aço aberto e timbre quatro plumas azuis, guarnecidas de ouro, com uma das vieiras no meio. Outros Sequeiras aumentaram

as suas armas, quando se ligaram a outras famílias que as tinham.

As dos **Tavares**: Em campo de ouro, cinco estrelas de púrpura de seis pontas. Elmo de aço aberto, e por timbre, meio cavalo de púrpura, selado, com peitoral, cascaveis e freio de ouro.

As dos **Gomes**: Em campo de púrpura, um pelicano, ferindo com o bico o peito, e dando a seus filhos o sangue que dele corre.

As dos **Soares**: Em campo de púrpura duas albarradas (vasos de prata) de duas asas cada uma, cheias de açucenas da sua própria cor, abertas entre uma banda real, de ouro. Elmo de aço aberto e por timbre uma das albarradas das armas. Outros Soares têm por armas, em campo de púrpura, uma torre de prata lavrada de negro. Outros do mesmo apelido, trazem por armas, em campo de ouro tronco verde, com pontas de prata e sobre ele um leão azul, lampassado de púrpura. Todos estes têm elmo de aço aberto e por timbre o leão das últimas armas.

V

Infelizmente não há em Sever do Vouga qualquer individualidade que se tivesse notabilizado nas letras, cultivando qualquer dos estilos literários de maneira a que o seu nome passasse à posteridade através da sua obra. Apenas temos conhecimento da existência de um vate popular, supomos que completamente desconhecido no concelho, mas que no seu tempo adquiriu algum merecimento, não obstante se saber nunca ter dado ao prelo alguma publicação.

Chamava-se Aleixo Casalinho e nasceu em Sever do Vouga, em 16 de Março de 1770. Era filho de Armando Casalinho, modesto proprietário, tendo revelado propensão para a música, canto, e poesia, com bastante precocidade. Estudou em Coimbra, foi guitarrista, e dedicou alguns versos à sua terra e à mulher que amou.

São de sua autoria as quadras que se dão à estampa:

Eu sou vizinho do Vouga,
a minha terra é Sever.
Nela chorei no meu berço,
também lá quero morrer.

Meu coração se prendeu
à menina que eu namoro.
Tenho seus olhos nos meus
quando canto e quando choro.

Ela vive tão pertinho
da habitação de meus pais,
que pode ouvir o meu canto,
meus suspiros e meus ais.

Mas há-de um dia morar
inda mais perto de mim,
quando ficarmos unidos
num amor que não tem fim.

Esta mulher chamava-se Salomé Pernadas Ruivo, também natural de Sever do Vouga, e pelos vistos não amava o poeta tanto quanto ele o desejava. De facto, a instâncias de seus pais, que nessa altura entendiam já que o amor e uma cabana estavam fora de moda, retirou-se para Penafiel onde veio a casar com o filho de um bom proprietário.

O estudante, ao saber que a sua amada aceitara docilmente o despotismo do pai calculista, procurou esquecer na embriaguez, de mistura com fadinhos e guitarradas, o amor que dedicava a essa mulher, e cantava:

Eu me quero embriagar
p'ra cair no esquecimento,
mas eu nunca poderei
esquecê-la um só momento..

Muda e queda, Salomé permaneceu insensível às lamúrias do seu apaixonado, feliz e satisfeita por ver cumpridos, com o dinheiro do marido, os desejos da sua vaidade feminina. E o pobre poeta, perante os factos consumados, largou para Lisboa, onde casou com Sara Milhentos, já viúva e dona da pensão que frequentava. Ali possuiu um estabelecimento conhecido por «Café Labrego», onde eram assíduos alguns intelectuais e patriotas. Isto passava-se nos começos do século XIX, altura em que o domínio napoleónico imperava no País.

VI

Não sendo muito famoso o património arqueológico ou artístico do concelho, sem constituir mesmo um permanente regalo à contemplação dos homens, alguma coisa há todavia que suscita a nossa atenção e merece que lhe dediquemos algumas breves palavras, porque através desse pouco encontramos uma manifestação da arte de civilizações passadas, de gerações mais ou menos próximas e até da própria Natureza, que é a maior dos artistas.

Comecemos por evocar esse magestoso penedo denominado «Forno dos Moiros», existente a meio da encosta da serra do Arestal, próximo da Fonte da

Urgeira e que muito bons severenses até nem sabem localizar.

Monumento que atesta a passagem do homem primitivo, foi descoberto pelo eminente arqueólogo Dr. Alberto Souto, já falecido, que disso fez uma importante comunicação no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em Coimbra, no ano de 1930. Disse ele:

«A pedra do Arestal é notável por apresentar a espiral e o círculo concêntrico em várias combinações, sinais estes que se encontram no Mediterrâneo, Galiza, Bretanha, Irlanda, Escócia e Escandinávia. A pedra do Arestal é o monumento mais meridional dessa arte, no ciclo das espirais e dos círculos concêntricos e diferente de todas as outras ao sul do Douro. Deve tratar-se, possivelmente, de um monumento ou de um santuário ao ar livre da idade de bronze, ou do princípio da idade de ferro.»

Também o distinto arqueólogo Padre Celso Tavares da Silva, vice-reitor do Seminário Maior de Viseu, cujos estudos sobre arqueologia, já publicados, são bem conhecidos e apreciados pelos profundos conhecimentos que neste campo revelam, teve a gentileza de nos informar o seguinte:

«Estes petróglifos fazem parte integrante da chamada «arte rupestre» do Noroeste peninsular que tem por centro de maior densidade o território à volta das rias baixas da Galiza e daí irradia, através de uma vasta área, cujos limites não se encontram ainda bem determinados, dividida em três zonas, conforme a incidência de figuras que lhes são peculiares: zoomórficas, cruciformes e de combinações circulares. A partir do norte, a zona das combinações circulares desce ao longo de uma larga faixa paralela ao mar e são precisamente os penedos dos «Fornos dos Moiros» e da «Pedra Escrita» de Serrazes (S. Pedro do Sul) que marcam o termo da sua expansão para sul.»

De resto, encontram-se disseminados por todo o concelho vestígios que asseguram a passagem do homem neolítico, ou da idade dos metais. O aparecimento, aqui e além, de objectos como machados, pedaços de mós, testos, cacos grosseiros, instrumentos de sílex, fragmentos de cerâmica, justificam plenamente essa opinião e representam reliquias da indústria humana dessas remotas épocas. Seria até muito possível que se determinados locais fossem convenientemente explorados, outros objectos do maior interesse voltariam à luz do dia e explicariam factos até hoje ignorados.

As serras de Talhadas e do Arestal possuem cívênticos monumentos megalíticos, que espantam o visitante, não podendo duvidar-se que aí viveram seres humanos muitos séculos antes de Cristo. São dolmens, ma-

moas, castros, citânias, castêlos e cristelos, o que tudo serviu para criar na mente do povo as mais fantásticas lendas, que nem os séculos conseguiram apagar.

Nas eminências construíram esses povos os seus castêlos ou castros, como em Cedrim, sobranceiro ao Vouga, no Espinheiro, Pena e Rocas, onde viviam, arroteando os vales adjacentes, ou se acoitavam quando atacados; em chãs solitárias inumavam os seus mortos, construindo dolmens ou mamoaas.

São ainda do Padre Celso Tavares da Silva as palavras que reproduzimos:

«Descendo a vertente oriental do Arestal, a caminho de Couto de Esteves, junto à povoação do Coval, encontra-se o «dolmen» mais importante do concelho, com a sua imponente estrutura megalítica completa e a galeria voltada a nascente. Este «dolmen» foi descoberto e explorado por Amorim Girão, mas o seu espólio, contra a expectativa do investigador, revelou-se muito escasso.»

«Passando à margem esquerda do Vouga, assinallamos a presença de um «dolmen» a pouco mais de cento e cinquenta metros a leste da povoação de Santo Adrião de Cedrim e já nos limites da freguesia de Ribeiradio, ainda bastante completo, embora sem a pedra da cobertura. Finalmente, um pouco além das Talhadas, no chamado Chão Redondo, encontra-se outro «dolmen» que tem a peculiaridade de apresentar em seus esteios curiosas gravuras, descobertas há anos por ocasião das escavações aí efectuadas. O esteio da cabeceira ostenta uma grande figura palmiforme, com linhas obliquamente ascendentes na parte superior e descendentes na parte inferior. Os restantes esteios mostram covinhas e linhas sinuosas. A interpretação destas gravuras apresenta-se muito enigmática.»

Sobre o «Castêlo» de Cedrim, diz-nos ele:

«Sabemos que estas lendas, associadas a determinados locais, assinalam geralmente a presença de monumentos ou vestígios arqueológicos. De facto, em tempos remotíssimos, existiu no «Castêlo» um pequeno castro. O pedregulho que rodeia o cabeço resultou de desmoronamento das muralhas e permite-nos, ainda hoje, determinar a área do povoado, sem dúvida, muito reduzida. Não se constatarem superficialmente vestígios das habitações e toda a sua feição é acentuadamente arcaizante.

Num dos penedos cimeiros, descobrimos uma curiosa figura gravada, constituída por três quadriláteros rectangulares, inscritos dentro uns dos outros, e alguns sulcos abertos nos rochedos deverão ter sido também obra do homem.

Consta-nos terem sido encontrados casualmente no local, há relativamente pouco tempo, um pequeno vaso de cerâmica e um machado de pedra, cujo destino

ignoramos. Fazemos votos por que se não percam, pois o seu estudo poderá contribuir para a determinação da cronologia do velho «castro», que certamente remontará a vários séculos antes de Cristo.»

Os pelourinhos de Couto de Esteves e de Sever do Vouga, este último transformado em chafariz, foram classificados como imóveis de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 23-122, de 11 de Outubro de 1933. No preâmbulo deste Decreto friza-se que os pelourinhos «são mais símbolos de autonomia regional do que locais de tortura».

Tal afirmação representa, para nós, apenas a meia verdade. Se na época contemporânea se converteu na coluna simbólica da autonomia local, representando os privilégios e a jurisdição própria concedidos aos antigos concelhos, não é menos verdade que eles foram locais infamantes de torturas atrozes infligidas a pobres vítimas, para mais ainda expostas ao escárnio dos passantes.

Quanto ao de Sever, transformado em chafariz e implantado junto ao posto da GNR, não se conhecendo a sua história, supomos tratar-se daquele a que o cura Jeronymo Roiz, de Pessegueiro, alude na «memória» de 1758, quando afirma «que tudo se passou para Sever, que hoje é Vila».

Quanto ao do Couto, porém, algo mais se sabe de concreto. Este instrumento de tortura não ocupa actualmente o lugar que primitivamente lhe fora dado, o qual era junto ao edifício que fora Paços do Concelho, agora propriedade da Câmara Municipal. A mudança foi operada em resultado da abertura de um caminho.

Trata-se de um rude instrumento penal, típico da época medieval, hoje bastante danificado pela acção corrosiva do tempo. Compõe-se de três degraus de acesso com uma base mal definida, de secção quadrada; sobre essa base assenta uma coluna facetada, quase cilíndrica, lisa. A rematar, um corpo granítico, como todo o conjunto, a lembrar um capitel mal trabalhado.

Ainda há poucos anos ali existiam outros instrumentos de tortura, para completar aquele, como um cutelo, correntes, mordanças, embutes (para o suplício da água), e outros objectos cuja aplicação se ignora. Cremos que alguns destes objectos se devem encontrar na Universidade de Coimbra.

Ali próximo, no sítio de Ramilo, existiu outrora também uma força de pedra para suplício dos sentenciados.

Um dos monumentos que mais agradavelmente surpreende o visitante é o cruzeiro implantado junto à igreja matriz de Sever do Vouga. Composto de uma só peça de granito, mede 28 palmos de altura, coluna em forma de espiral encimada por um

grupo de anjos, sobre a qual se ergue uma cruz, sabiamente burilada. Desconhece-se o nome do mestre que o executou. De qualquer modo ali transparece o génio do artista que tão habilmente transformou o granito informe num verdadeiro monumento, que embevece quem o contempla, pela perfeição da sua execução.

Até há pouco tempo encontrava-se ladeado por dois ciprestes, quase seculares, embelezando todo o conjunto e apontando, como ele, o céu. Desapareceram por determinação sádica de um arboricida e foram aquecer-lhe a casa, certamente, nas frias noites de algum passado inverno. Eram dignos de melhor sorte!

Outro cruzeiro que nos merece também um olhar demorado é o que se encontra no lugar de Couto de Cima, no largo em frente à igreja paroquial. Todo ele de granito, compõe-se de quatro degraus, com plinto onde assenta um fuste cilíndrico que termina por um capitel, encimado por uma cruz. Constitui um conjunto elegante e bem trabalhado, belo monumento, embora sem o valor arquitectónico do primeiro.

Não podemos deixar de fazer referência à tão conhecida Ponte do Poço de Santiago notável obra de arte de que o concelho se orgulha de possuir, levantado sobre o rio Vouga, em local verdadeiramente paradisíaco, e sobre a qual se arrastava, até há pouco tempo, o torturante e incendiário comboio do Vale do Vouga.

São do Dr. António Henriques Tavares as palavras que transcrevemos recolhidas da sua «Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra:

«Impressiona pela sua altura, de quase 28,5 m.

«A sua construção, que se arrastou por uns 3-4 anos, ficou concluída em 1913, conforme se depreende da inscrição gravada na parte superior do arco sob o qual passa a E.N. 16: FM 1913.

«Estas letras — F M — serão provavelmente as iniciais do nome de engenheiro francês F. Mercier (Ferdinand, François; ou qualquer outro primeiro nome), que dirigiu a construção da ponte, que é projecto do também engenheiro Sejourné, da mesma nacionalidade.

«Há quem defenda ser esta a mais alta ponte do País em pedra, opinião que seguimos nós também. De quantas conhecemos nenhuma se lhe assemelha, muito menos a superioriza.

«É uma construção indubitavelmente arrojada, com um comprimento de 165 metros e possuindo 12 arcos. O maior, de forma parabólica, vencendo toda a largura do rio, tem de altura 27 metros e de vão (comprimento na base) 53 metros. O fecho deste arco, o central, apresenta somente 90 cm de espessura.

Dos restantes 11 arcos, dois pequenos, estão totalmente assentes sobre o arco maior e outros dois, um em

cada lado, têm uma das bases comum a cada uma do arco central.»

A cruz processional da igreja de Rocas, verdadeira obra de arte finamente trabalhada, figurou nas exposições distritais de 1882 e 1895. Desconhece-se a sua proveniência oficial, tendo sido classificada como obra do primeiro terço do século XVII. É uma das mais nobres peças da arte religiosa do Distrito, não se encontrando similar em colecções de Arte Sacra.

A. G. da Rocha Madahil, na Revista «Arquivo do Distrito de Aveiro», n.º 19, de 1939, faz a seguinte descrição:

«Construída, como é de uso nas cruzes processionais de grande vulto, por duas partes — a lâmina cruciforme propriamente dita, e a base cilíndrica (evolução do nó que estilos anteriores empregavam) com prolongamento inferior destinado a receber a vara de suporte — a cruz de Rocas mede, em conjunto, 1,125 m. de altura por 0,43 m. de haste transversal.

«A lâmina, de 49 mm de largo, toda burilada de ornato característico de século XVII, muito fino, recebeu em volta, a perfilar, uma delicadíssima guirlanda do mesmo metal, renda graciosíssima, da maior distinção e bom gosto; nas três extremidades livres, da cruz, rematam bem, e aligeiram muito o efeito da peça, ornatos de castela, camafeus e CC burilados, muito usados na ourivesaria seiscentista, reflexo da decoração arquitectónica da época.

Cristo de boa modelação, medindo 190 x 170 mm, acusando já repetidas soldagens; três cravos o aparafusam à cruz; o resplendor, cravado, apresenta na parte anterior da cruz uma moeda de D. Pedro V, de 1861, a segurar o cravo, restauração provinciana que urge eliminar quanto antes.

A decoração estende-se à base, sempre no mesmo gosto, mas atingindo aqui grande relevo; graciosíssimo friso de meios óvulos, corre na parte superior do cilindro; quatro robustos e grandes SS, cinzelados, donde pendem tintinábulo, ladeiam esse corpo inferior da notável jóia, de que a nossa gravura não consegue dar suficiente ideia, tal é a delicadeza do trabalho de buril que por toda ela se encontra distribuído profusamente e a notabiliza.»

Na igreja de Cedrim existe também uma custódia de prata dourada. É um objecto de grande valor e arte,

trabalhada com toda a delicadeza que a minúcia da arte impõe, e que figurou também em exposições distritais. Pena é que não tenha ainda merecido também um estudo pormenorizado por parte de conhecedores devidamente credenciados.

Finalmente, importa também dizer uma palavra sobre esses gigantescos monólitos com que a natureza dotou especialmente a freguesia de Talhadas. Ao olhá-los, qualquer visitante fica perplexo, extasiado perante tamanha grandiosidade e proliferação, alguns dos quais bem mereciam a classificação de monumentos nacionais, preservando-os de alguns atentados de vandalismo já ensaiados.

Muitos deles têm designações especiais, de sabor popular ou lendário. Destacamos o Penedo dos Cucos, do Trigo, os Dois Irmãos, a Lapa da Fazenda, o do Vinagreiro, situados nos cabeços da Gralheira e da Rangela.

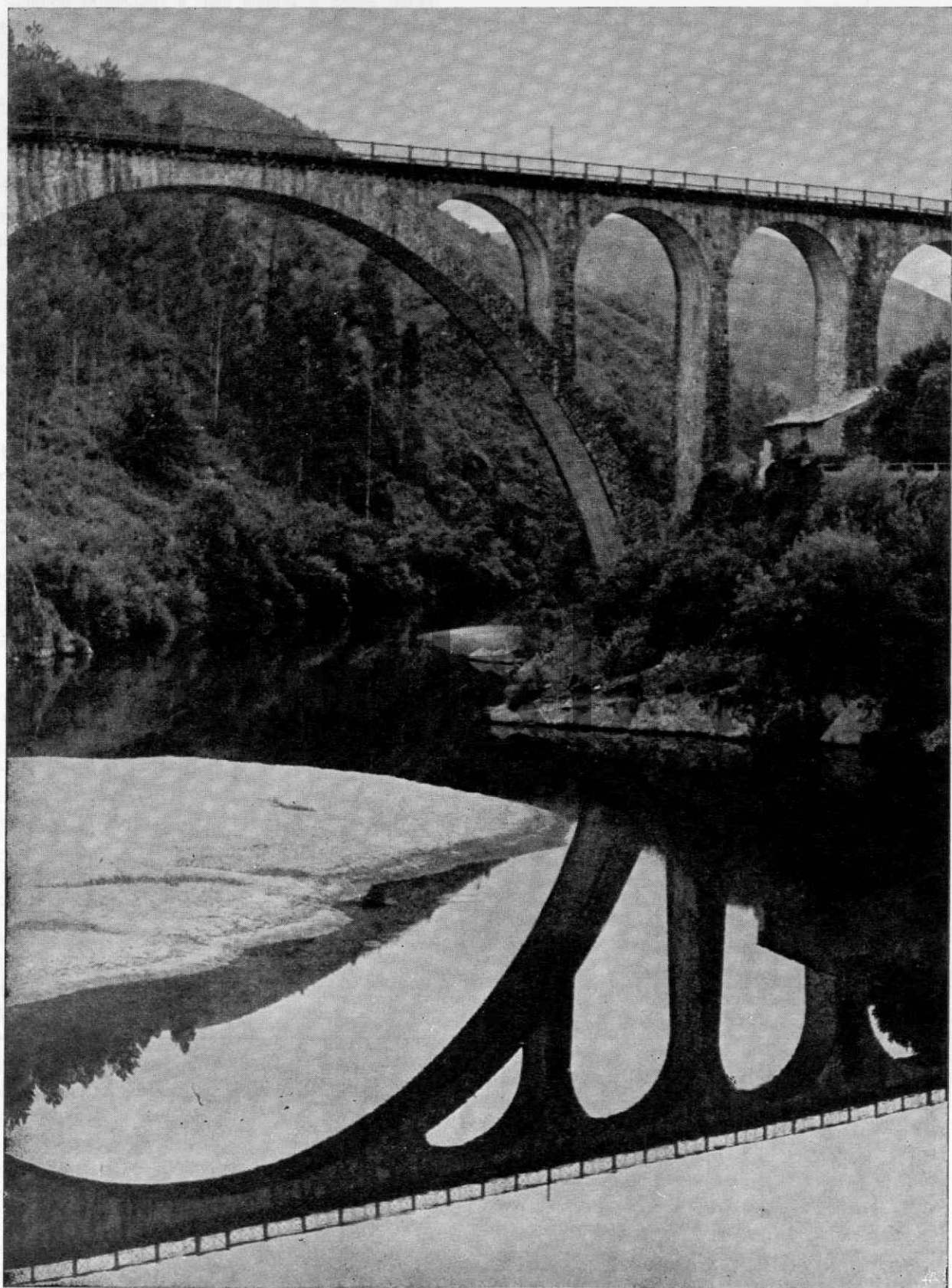
O Penedo dos Cucos tem 20 m. de comprimento, 15 de largura e 18 de altura; o do alto da Rangela, 68 m. de circunferência (26 na dimensão norte-sul, e mais 13 na perpendicular) e 12 de altura descoberto. A Lapa da Fazenda conta 230 palmos de circunferência, 83 do nascente ao poente e 62 de norte a sul. O do Trigo, que se separa da Lapa da Fazenda e dela dista poucos metros, mede 273 palmos de circunferência e 115 de altura.

Outros têm dimensões próximas destas, incluindo os dois que se crêem terem sido um só e que, sendo-o, se avantajavam enormemente aos outros.

Sever do Vouga, 5 de Julho de 1974.

BIBLIOGRAFIA

- Cever do Vouga — Monografia do padre José Luciano de Figueiredo Lobo e Silva — edição de 1903.
O Domingo Ilustrado — Vol. I, 1897.
Memórias Paroquiais do Concelho — 1732 e 1758.
Figueiredos e Terras de Santa Maria — Edição do padre Alfredo Júlio Soares P. Almas.
Livros das Visitações da Freguesia de Talhadas.
Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular — De Américo Costa, 28.º Vol.
Grande Enciclopédia P. e Brasileira.
Revista «Beira Alta» — Fascículos II, dos Vol. XXVII e XXX.
Revista «Arquivo do Distrito de Aveiro» — Publicação trimestral.
Subsídios para a História da freguesia de São Martinho do Pessegueiro do Vouga — 1682-1855 — Edição do Dr. António Henriques Tavares — Tese de licenciatura.



Ponte do Caminho de Ferro, em Pessegueiro do Vouga

Demografia Vareira

Pelo Dr. Lamy Laranjeira

Aí, por volta do séc. XII, os vareiros não eram em grande número. Não deviam exceder uma mancha, se bem que muito atestada. Mas, apesar de reduzidos em quantitativo, as mulheres, de ventre fecundo, botavam filhos cá para fora que era um não mais acabar, apesar das agruras da vida.

Passaram muitos invernos e não obstante todas as dificuldades do dia a dia, a miudagem medrava segundo os altos designios de Deus.

Em 1572, o «Piedoso» Senhor D. João III mandou proceder ao arrolamento de toda a população do reino, tendo-se obtido para a vila de Ovar 640 habitantes a que corresponderam 153 fogos.

Porém, em 1623, e segundo o catálogo dos Bispos do Porto, o número de habitantes era de 1368, pertencendo 1091 a freguezes de comunhão e 277 a catraia menor.

Segundo as constituições sinodais do bispado do Porto, publicadas em 1690, a população de Ovar atingia 4792 habitantes e Válega 2074 habitantes.

Depois temos notícia da nossa população e referente ao já distante ano de 1758, conforme memórias paroquiais. Nesse ano, muito próximo do célebre terramoto, a nossa gente não excedia 7500 habitantes a que correspondiam 2393 fogos.

Os casais continuavam a cumprir o preceito bíblico de «crescei e multiplicai-vos» e daí o grande número de nascimentos que os nossos avoengos acusavam. Bem verdade que, nos primeiros meses, a criança morria em grande número, indo engrossar, lá no céu, as legiões dos anjinhos.

Não havia cuidados com a alimentação, nas primeiras idades. As mães desconheciam toda a dietética racional, e se o filho gritava, só havia um único cuidado: era alimentá-lo até à saciedade.

Chegava a época das uvas ou dos figos, e a filha-rada bem ou mal alimentada, como Deus era servido, sofria forte desinteria. Os miúdos começavam a ficar

chupadinhos e mais chupados, e não havia nada, mesmo nada, que conseguisse parar semelhante retaliação.

As mulheres de virtude procuradas para pôr cobro ao mal presente, metiam benzedura e tudo o mais necessário. Mas o mal muitas das vezes era de morte, e nada havia a fazer. Aguardava-se o dia de S. Crisóstomo para dar ao doente um pouco de rosca doce e virar a doença. E se o santo nada conseguia, a criança dos vizinhos, de ranho limpo e um pouco mais esmerada que o costume, acompanhava o inocentezinho na sua viagem sem regresso, até à igreja do Sr. Abade.

Se o cachopo se mostrava fortemente esfomeado e a não largar o seio túrgido da mãe senão em alta grita, como quem o quer matar, então devia ter chegado a ocasião do desquite. A mãe preparava pão com vinho, adoçado com um pouco de açúcar, e algumas das vezes, para o filho ficar forte como um homem alentado, acrescentava um trago de aguardente. Para entreter, amarrava-lhe a mão a um bocado de pão rijo, para o filho ir esmoendo vagarosamente, enquanto preso a um chaile traçado nas costas, ia tratando da vidinha de todos os dias.

Se o catraio atingia o ano de idade, podíamos quase afirmar que então tínhamos homem. Estava passado o cabo das Tormentas. Fazia-se a selecção natural, venciam os mais robustos e ficavam pelo caminho os enfezadinhos. E não havia para aí doutor, por mais fino que aparentasse ser, que fosse capaz de lhe descobrir qualquer doença na arca do peito. Bem podia o facultativo virá-lo do avesso, que não encontrava qualquer mal.

Então o catraio passava ao rebanho dos irmãos, que o levavam de porta em porta, a mendigar alguma côdea ou algum vintém.

E assim crescia o rapazio até à idade adulta.

Uma camada espessa de sujidade, desde os pés à cabeça, acompanha-o durante largos anos. Serve-lhe de camada protectora e nem mesmo a chuva persistente dos invernos consegue imprimir-lhe alguma higiene.

As mães não têm tempo para luxos. Os filhos são legião e, apesar do poço, no fundo do quintal, não há tempo para tratar da limpeza da numerosa prole.

E, quando o Verão aparece, era vê-los como o Senhor os pôs no mundo, com larga e desenfafiada publicidade das coisas mais secretas, de barriga bem empinada, como mulher grávida de uns poucos de meses, a bater às portas da vila a mendigar algum conduto para o bandulho.

O cabelo é eriçado e, por vezes, infestado de forte representação duma fauna de animalescos a correr-lhe pela cabeça, em todos os sentidos. No lábio superior, com cisco fossilizado, há por vezes pequenas feridas que os mais pequenos mordiscam enquanto não chega a esmola tardia.

E assim, ou quase assim, medraram os nossos vareiros.

Em 1864, o censo realizado acusa 10 374 vareiros, para 2796 fogos. O censo refere-se, também, a Arada com 1530 habitantes e 403 fogos, Pereira Jusã com 1243 pessoas e 259 fogos e Válega com um total de 4020 pessoas e 1113 fogos.

EM 1878, procedeu-se a novo recenseamento da população, obtendo-se os números seguintes:

Ovar com 10 447 varões e fêmeas, Arada com 1701 habitantes e 419 fogos, S. Vicente com 1175 pessoas a que corresponderam 303 fogos e Válega com 4 182 habitantes e 1 137 fogos.

Representa o censo, então feito, 17 505 pessoas e 4 543 fogos, na totalidade do concelho.

A república, em 1911, procedeu a um arrolamento da população, obtendo-se para o concelho de Ovar 27 069 habitantes e 6 259 fogos. Era então Ovar, já nessa data, constituída pelas freguesias de Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, S. Vicente, Válega e Ovar S. Cristóvão).

A esta última o censo regista uma população de 11 416 pessoas e 2 694 fogos.

Sucedem-se os censos decenais cujo primeiro foi realizado em 1920. E de 10 em 10 anos, lá temos em casa um papelote a preencher com todo o cuidado. Há que responder com todo o esmero, pois perguntas há que podem bem servir para aumentar a colecta dos impostos. Nada confiar em facilidades. É preciso estar de pé atrás, não vá o demo tecer voltas e mais voltas, e quando uma pessoa se dá conta, está enredada de tal modo que nem uma dúzia de respostas ao S. António será capaz de o livrar da aflição.

De 1920 a 1940, a população do concelho distribuía-se pela forma seguinte:

	1920		1930		1940	
	habits.	fogos	habits.	fogos	habits.	fogos
Arada . . .	2 170	466	2 200	508	2 277	565
Cortegaça .	1 945	434	2 011	486	2 194	677
Esmoriz .	3 456	767	3 796	900	4 240	1 012
Maceda .	2 105	490	2 346	504	2 067	533
Ovar (S. Cristóvão) .	10 482	2 551	12 729	2 963	12 799	4 090
S. Vicente .	1 560	318	1 501	325	1 761	402
Válega . . .	4 707	1 053	4 733	1 143	5 319	1 295
	26 425	6 079	29 317	6 829	30 657	8 574

Relativamente à freguesia de Ovar, de 1920 a 1940 registou-se um aumento populacional de cerca de 2 250 habitantes. Este incremento, embora pouco significativo, foi em grande parte contrabalançado pelo índice de mortalidade e de emigração.

Nos vinte anos, a população do concelho usufruiu de um aumento superior a 4 200 pessoas, o que não deixa de ser importante.

Tomando agora para análise os anos de 1950/1970, a evolução da população processa-se de acordo com os elementos do quadro seguinte:

	1950	1960	1970	
	habits.	habits.	habits.	fogos
Arada	2 356	2 572	2 635	646
Cortegaça . . .	2 577	2 655	3 125	700
Esmoriz	5 341	5 955	7 945	1 581
Maceda	2 515	2 854	2 800	656
Ovar (S. Cristóvão)	13 333	14 128	16 145	3 954
S. Vicente	1 883	2 024	2 255	468
Válega	5 343	5 132	5 060	1 286
	33 348	35 320	39 965	9 291

Ovar (S. Cristóvão) mostra um incremento na sua população que passa de 13 333 pessoas para 16 145, em 1970.

Este aumento, embora atenuado pelo fenómeno emigratório, deve-se em grande parte ao incremento operado na industrialização e expansão da vila.

O número de fogos fixou-se em 3 954, número inferior ao registado em 1940. A estatística denomina fogos,

como «todo o local apropriado à habitação de uma só pessoa ou convivência».

No entanto, a população do concelho passou de 33 348 habitantes, em 1940, para 39 965, em 1970.

Verifica-se que, apesar da emigração, o número de habitantes tem aumentado se bem que em número pouco significativo, fazendo excepção à regra Maceda e Válega, freguesias predominantemente rurais, que acusam diminuição da sua população, no último censo.

Relativamente a Cortegaça, a evolução da população tem-se feito no sentido ascendente. Esta freguesia deixou de pertencer ao concelho da Feira, em conformidade com o decreto de 21-6-1879. Da mesma forma, e pelo mesmo decreto, a freguesia de Esmoriz passou do concelho da Feira para o de Ovar. Mais tarde foi incorporada no concelho de Espinho, mas o decreto n.º 15395, de 14-4-1928, novamente incorpora esta freguesia no nosso concelho. Em 29-3-1955, esta povoação foi elevada à categoria de vila. De 1960 a 1970, a

vila de Esmoriz regista um aumento populacional de cerca de 2 000 habitantes.

Maceda acusa, no último censo de 1970, uma diminuição nos seus habitantes, cujo último número é de 2 800 indivíduos, contra 2 854, em 1960.

Também pelo mesmo decreto de 21-6-1879, a freguesia deixa de pertencer ao concelho da Feira, para se integrar no concelho de Ovar, a que tem pertencido até à presente data.

É curioso notar que S. Vicente Pereira, ainda no censo de 1864, figura com a denominação de Pereira Jusã.

E são estas as pequenas considerações sobre a demografia vareira, desde o primeiro censo da população até 1970.

Em artigo próprio será estudada em pormenor a evolução da nossa população: causas da emigração, natalidade, mortalidade e mais factores relacionados. Mas tudo isto será matéria basta, que dependerá das nossas forças e pachorra para levarmos em frente semelhante empreitada.

bibRIA

ANTOLOGIA AVEIRENSE

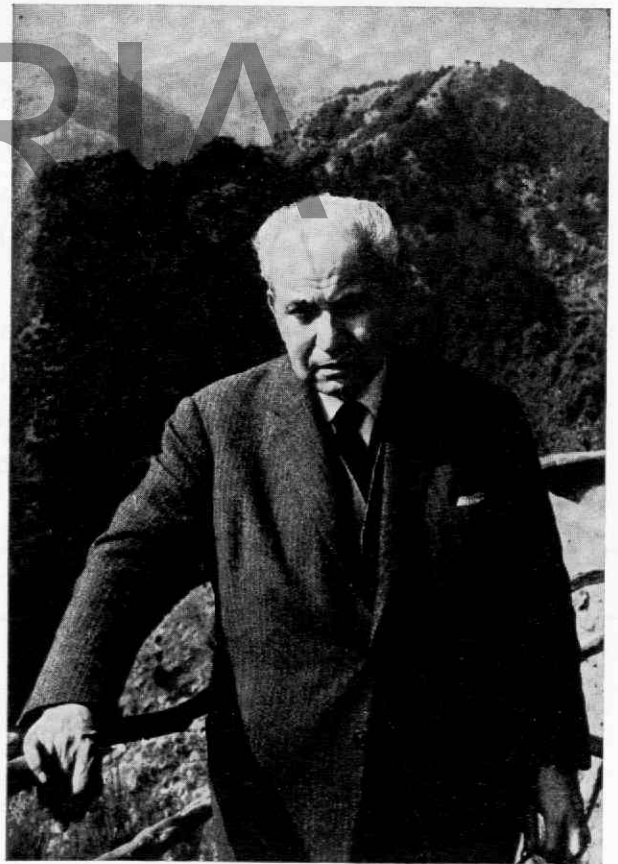
Três destacados vultos, todos filhos dos mais queridos do nosso Distrito, já incluídos na ANTOLOGIA AVEIRENSE, a ela voltam em sentida homenagem desta Revista.

Ferreira de Castro, que deixou recentemente o número dos vivos; Egas Moniz e Lima Vidal cujo centenário de nascimento este ano se celebra.

bibRRIA

«A morte deixou de me preocupar: tenho a certeza de que deixo um mundo melhor e que a Sociedade justa há-de ser conquistada».

(Palavras proferidas pelo autor de a Selva, em 24 de Maio de 1973, dia do 75.º aniversário natalício).



Ferreira de Castro

«É bem certo que conduzimos ao longo da vida muitos cadáveres de nós próprios. Não somos hoje o total que fomos ontem, nem teremos amanhã, integralmente, o nosso mundo de agora. Eu sinto isto muitas vezes, num apelo ao meu **eu** de outrora, numa busca minuciosa entre os escombros do que fui e os pilares que ficaram de pé, a sustentar o que sou. Mas só a memória responde. Com ela, agora e logo, ressuscita também um longínquo estado da sensibilidade, um pormenor que não teve valia momentânea, mas que ficou em relevo, com a sua luz própria e o seu verdadeiro aspecto.

Quando um final de infância agitado me levou ao Amazonas, a minha aldeia nativa, aqui, em Portugal, de tão distante e envolta em nostalgia, parecia-me uma ilusão. Só os carimbos das cartas recebidas me traziam a certeza de que não fora apenas um sonho a minha vida até esse momento — de que o berço existia, florido, atraente, para lá da selva, para além do Atlântico.

Hoje dá-se o inverso. Muitas vezes, ao evocar a minha estadia na plaga ardente, pergunto, duvidoso, a mim próprio:

— Mas eu de facto, estive lá?

Está nítido na minha retina o panorama soberbo, está nítida no meu espírito a vida miserável, mas tudo isso me parece visto e vivido numa outra encarnação. Não é, porém, assim. Estão aqui, amarelecidos pelo tempo, os papéis onde tracei as minhas impressões de adolescente — as minhas primeiras impressões ante o mundo novo, bárbaro e assombroso, que se me revelava.

Sim fui eu...»

FERREIRA DE CASTRO

(Do **PÓRTICO** de a SELVA)



Egas Moniz

bibRIA

«As grandes escolas de artes plásticas são os museus. Quisera uma em cada cidade, em cada vila, em cada aldeia, para que o Povo se elevasse na comunhão com o Belo».

(Legenda extraída da conferência proferida pelo nosso Prémio Nobel, no Museu de Aveiro, em 1916, que está gravada à entrada da Casa do Marinheiro).

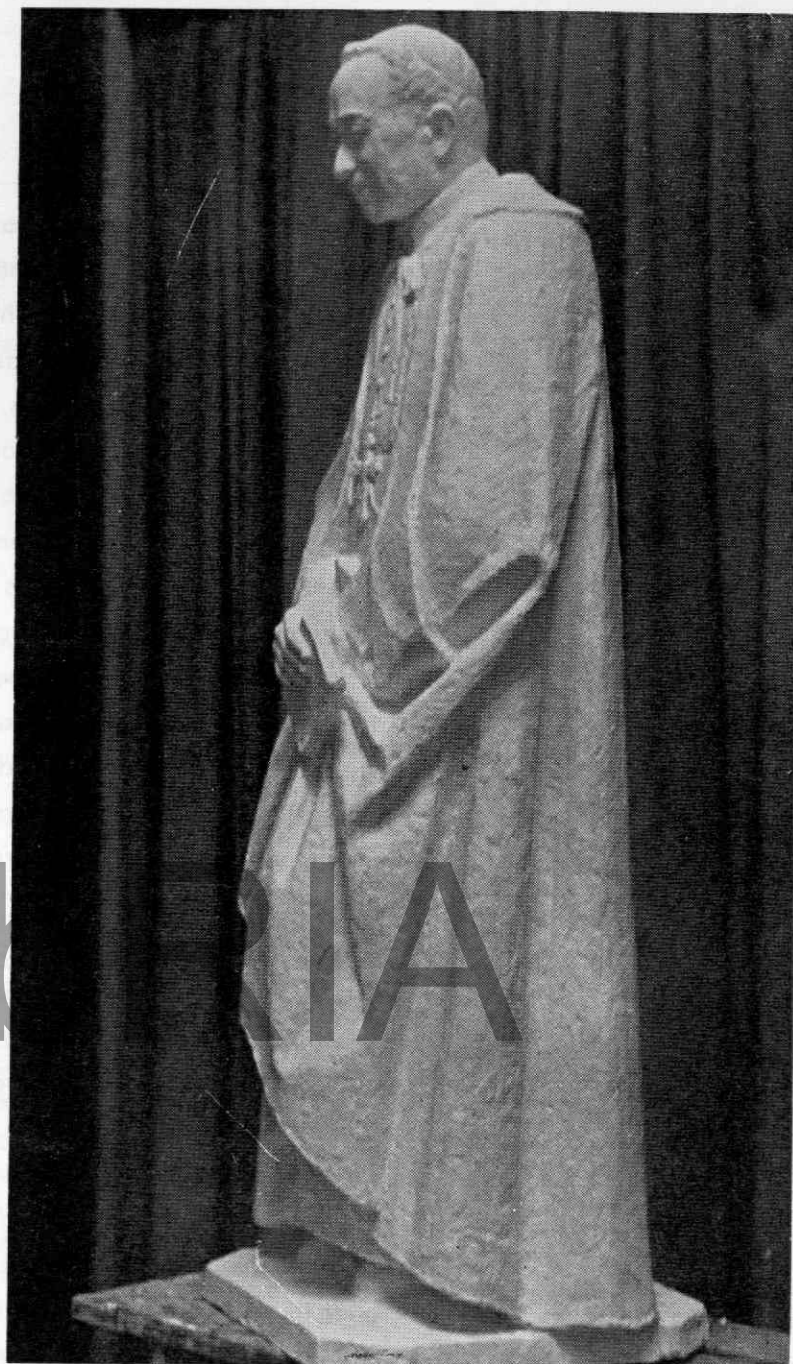
«A separação do Estado da Igreja era uma aspiração de muitos liberais portugueses; mas não o era menos de uma grande parte dos católicos, sobretudo daqueles que, pensando pouco em interesses, aspiravam à sublimação das doutrinas cristãs. Daqui se conclui que uma lei que marcasse a diferenciação dos departamentos do Estado e da Igreja devia agradar à maior parte da população portuguesa. Bastava que fosse estabelecida em bases honradas e não houvesse o propósito de vexar fosse quem fosse. Todos se devem respeitar e, mais ainda do que os homens, se devem respeitar as crenças de cada um. Por isso, uma lei que houvesse de fazer-se em assunto de tanta monta, visto jogar com milhões de consciências portuguesas, tinha de ser ponderada e sem propósitos agressivos. Ora a **Lei da Separação** que foi publicada, embora fundamentalmente consignasse um princípio justo, vinha cheia de pequeninas agressões contra o clero, classe que merece ser respeitada como qualquer outra.

E foi pena que assim sucedesse, porque imediatamente o meio eclesiástico se manifestou contrário às disposições que o vexavam e a população católica do País não viu com bons olhos os exageros da lei.»

EGAS MONIZ

(De UM ANO DE POLITICA)

biblioteca



Eu venho para ser só de Aveiro...
Para sentir todas as suas palpações...
Para sentir correr nas minhas veias o seu sangue...
Para me fazer uma encarnação viva da nossa terra.

(Palavras proferidas pelo nosso saudoso
Bispo, em 1938).

«Quando eu soltar o meu voo desta terra de incertezas e de ansiedades para a outra lá de cima, onde já não há crepúsculos, nem noites, nem poentes, nem flores murchas, nem folhas mortas, estou certo de que levarei para o Céu, bem pregadas ao coração, eternamente frescas e perfumadas, dominando as outras, duas grandes saudades:

A saudade do meu pobre lar, a mais antiga, a mais penetrante talvez. Não porque fossem de ouro ou de prata ou de ricas porcelanas as telhas que o cobriam; que foram antes do mais tosco barro que nos fornos de Eixo se fabricava. Mas elas cantam ainda hoje, revestidas dos musgos das gerações, a alegria do pequenino predestinado, quando saltava, debaixo do doce abrigo, para os braços e para os beijos de sua mãe, quando se iam gravando na alma, ainda página imaculada da vida humana, as fortes e austeras virtudes do pai. Não as trocaria eu, essas quatro desmoronadas paredes, para todas mortas só para mim tão vivas, por nenhum desses palácios de mármore que se espelham orgulhosamente nas águas de cristal de Veneza!

A saudade da minha terra, do ninho pátrio onde nasci, das árvores amigas que abrigaram os meus primeiros sonhos, duma estranha e única composição de sol, de ar e de luz, que não encontro senão em Aveiro, dos murmúrios misteriosos do Vouga que nos embalam à noite quando estamos para adormecer, como se fossem aos nossos ouvidos a canção duma mãe. E, quando eu penso que um insondável destino me preparou para ser um dia, no ocaso da vida, o pai espiritual dos meus próprios irmãos de sangue, o pastor mais velho da nossa grei, ainda mais a paixão da terra de Aveiro se acendeu em mim, ainda mais levarei nos olhos, como um doce viático, como um suave descanso no túmulo, as saudades do que tanto amei. Deixem-me então dormir, todo envolvido no meu calmo sonho.

D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL

(De LIMA VIDAL NO SEU TEMPO - 3.º Vol.)

Crepúsculo de Pangloss

Revista de costumes aveirenses, parte original e parte adaptada, dos professores José Tavares e Álvaro Sampaio, representada por alunos do Liceu de Aveiro em 23 e 24 de Maio de 1930. Música, parte original e parte adaptada, do professor de Canto Coral — P.^o António Estêvão.

PRÓLOGO

(Logo após a sinfonia, aparece um estudante, em frente do pano de boca, faz a vénia aos espectadores e declama)

Senhoras, Senhores!

De novo ides assistir a uma récita de estudantes do Liceu da nossa terra. Depois do «Pangloss em Aveiro», representado há seis anos, tereis a paciência de ver e ouvir o «Crepúsculo de Pangloss», continuação e comentário daquela revista.

Esta peça, escrita por professores e interpretada por estudantes, não tem — nem podia ter — palavras ásperas ou crítica verrinosa que vos fira. Como a outra, como a de 1924, só contém ligeiras e amigas referências a pessoas, benévolos piparotes a factos da actualidade, em suma: riso bonacheirão para pessoas e coisas de Aveiro. Tranquilizai-vos, pois, Senhoras e Senhores: componde-vos em vossos lugares e prestai-nos atenção.

Dispensáveis, sem dúvida estas palavras preambulares; nós não ficaríamos, porém, satisfeitos sem vos dizer, antes de iniciar a nossa pobre representação, que agora, como os estudantes de há seis anos, também contamos com a vossa generosa benevolência. O trabalho é árduo e minguadas as nossas forças de actores improvisados. Contamos com o vosso auxílio.

Que vos daremos em troca de aplausos? A expressão sincera do nosso entranhado carinho, do nosso amor sem limites por esta linda terra de Aveiro, cujo progresso vivamente desejamos.

Atenção, meus Senhores! Nós estudantes de hoje e homens de amanhã, vos enviamos, como os autores da peça, — muito saudar! (Faz vénia e retira-se. Sobe imediatamente o pano).

ACTO I

Espaçosa sala de hotel, armada em sala de recepções. Ao lado direito, cadeira de espaldar. Janelas ao fundo. Portas laterais. — Mobiliário onde convier. Flores. Ao fundo, na parede, em letras bem visíveis, o dístico — «Aveiro, Terra de Encantos». — Entre as janelas do fundo, algumas malas empilhadas.

ZÉ — (Acaba de arrumar as malas, aborrecido e tristonho. Nota-se que alguma coisa o preocupa. De repente, dispõe-se a sair, mas logo pára, como tomado por súbita resolução. Fica pensativo no meio da sala. Entra Tainha.)

TAINHHA — Estão prontas as malas?

ZÉ — (Triste) — Agora mesmo acabei o trabalho Sr. Tainha.

TAINHHA — Que tens? Estás Triste? São saudades?

ZÉ — Quem as não há-de ter, meu Senhor? Habitei-me à convivência com o Dr. Pangloss, e a sua partida enche-me a alma dum desgosto tão profundo, sinto o coração tão pequenino e mísero, que — talvez seja pieguice, mas é verdade! — o meu desejo seria ir à ponte dos Arcos e atirar-me à água, de cabeça para baixo. Pobre amigo!

TAINHHA — Tens razão, Zé! Também é com grande tristeza que vejo retirar-se de Aveiro o nosso hóspede. Mas ele tem razão, não só para nos abandonar, como também para nos desprezar.

ZÉ — Ninguém o compreendeu! Ninguém quis perceber a sua filosofia redentora! Veio pregar o optimismo, levantando-o como lábaro, e — raça de ingratos que nós somos! — tudo tapou os ouvidos! (Pausa) Pobre amigo!

TAINHHA — Sim! Nós não somos dignos dele. Às suas ideias, cheias de generosidade, contrapusemos os dissídios, as questiúnculas, os personalismos, inimigos fígados do mais rudimentar progresso. O seu lema é con-

córdia e paz, e nós preferimos a divisão e a desarmonia!

ZÉ — Infeliz e desditoso amigo!

TAINHA — Desditoso, sim! (**Pequena pausa**) Em má hora aqui entrou o pobre Pangloss! Recordemos. Chegou a Aveiro em 1924, e logo teve a infelicidade de se apaixonar pela Política. Casa com ela, dedica-se de alma e coração; e, passados dois anos, vem o 28 de Maio, com os seus **princípios, meios e fins**, e mata-lhe a mulher. Golpe tremendo a cujos estragos só a sua admirável constituição poderia resistir. E assim, dentro do lapso de seis anos, sem esposa, nem filosofia: veio solteiro e vai viúvo; veio optimista e vai desiludido! (**Fica triste e pensativo**).

ZÉ — (**Como que tendo uma luminosa ideia**) — A que horas é o comboio?

TAINHA — (**Puxando do relógio**) — Às sete e doze. Faltam apenas vinte minutos. O automóvel do Salgado deve estar aí a chegar.

ZÉ — (**Entusiasmado**) — Tive uma ideia!

TAINHA — Qual?

ZÉ — Vou fazer com que o Dr. Pangloss perca o comboio!

TAINHA — Como?

ZÉ — Muito simplesmente: alongando um bocadito a sessão de despedida. O resto é cá comigo! (**Esfrega as mãos e passeia satisfeito**).

TAINHA — Bem, bem! Faze o que entenderes. (**Sai**)

ZÉ — (**Indo à porta**) — Zêfinha! Ó Zêfinha!

JOSEFA — Que quer?

ZÉ — (**Dançando diante de Josefa, muito satisfeito**) — Vou pregar uma partida ao Dr. Pangloss.

JOSEFA — (**Agastada**) — Você pensa que não tenho mais que fazer?

ZÉ — (**Bonacheirão**) — Não se zangue. Bem sei que anda muito atarefada; mas agora tenha paciência, preciso de si!

JOSEFA — Não percebo essa música. Tenho mais que fazer — Adeus! Adeus! (**Vai a sair**)

ZÉ — Venha cá. Você saiu-me uma criada muito arisca! (**Noutro tom**) Nós também precisamos de descansar. Ora vai ouvir. (**Canta**)

Descansa a bota de tação,
e no chão!

Descansa o caixeiro ao balcão,
o maganão!

Também descansa o estudante,
— que tonante! —

em cima dos livros de estudo,
que canudo!

O mesmo faz ali no Brito
muito tipo!

E o mesmo em casa do Moreira
— que melgueiral! —

Descansa à banca o empregado
— pobre Estado —

'Té o padeiro quis descanso
— que entalção!

Descansa o próprio marnoto
— que maroto! —

e descansa o Zé 'stafado
— que criado!

Descansa o próprio marnoto
— pobre e roto —
e este vosso criado.

JOSEFA — Muito bem! Então o que é que quer de mim?

ZÉ — Já vê a Zêfinha que também tenho direito à vida. (**Senta-se**)

JOSEFA — Ó homem, diga lá o que quer! Vá, avie-se!

ZÉ — Venha cá. Não se zangue, que não vale a pena. Sente-se aqui. (**Indica uma cadeira. Noutro tom**) É preciso que o Dr. Pangloss perca o comboio.

JOSEFA (**Levantando-se de repelão**) — Quero lá saber do Dr. Pangloss! Quer-se ir embora, que vá. Não faz falta nenhuma.

ZÉ (**Levantando-se**) — Não seja má. Tenha dó do velhote, coitado! Não vê que o homem anda triste e se quer ir embora porque Aveiro não progride, não sai da **cepa torta**?

JOSEFA — Aveiro não progrediu?! Ora o velho! Então não se mudaram os nomes às ruas? Não há aqui no teatro uma **peixinola**, quero dizer — grafonola? Você não vê dois postes de telegrafia sem fios ali no Largo de José Estêvão? E não é tudo molhorre? Que mais quer o velho?

ZÉ — Já vejo que a Zêfinha não percebe nada disto. Só pensa nos guarda-republicanos ou nos polícias.

JOSEFA — E você tem alguma coisa coa minha vida? (**Tainha entra**)

TAINHA — Então que discussão é essa? Ninguém responde?!

JOSEFA — Saiba o patrão que o Zé pediu-me que cantasse uns versos que eu sei, e...

TAINHA — E então? Pois vai cantar!

JOSEFA — O patrão manda... (**Canta**)

Sou a Josefa, pura e singela,
flor a mais bela
cá deste prado!
Namoro à noite, mas aí que delícia,
quer um polícia,
quer um soldado!

Sempre a fardinha foi meu encanto;
mas, no entanto,
por distração,
se me aparece algum janotinha,
também doidinha
lhe dou atenção.

Tic-tic-tac, tic-tic-tão
cá dentro me faz o meu coração.

TODOS — Tic-tic-tac, tic-tic-tão, etc.

Das criadas eu sou a rainha
e amiguinha
cá do patrão!
Altos mistérios, altos favores:
em casos de amores,
não digo que não!

Sou mui prudente nesta façanha;
tudo com manha
sei conseguir;
mas se a fardinha logo aparece,
tudo me esquece
para logo sentir

tic-tic-tac, tic-tic-tão,
cá dentro me faz o meu coração.

TODOS — Tic-tic-tac, tic-tic-tão, etc.

TAINHHA — Não lhe conhecia essa prenda!

JOSEFA (**Envergonhada**). O patrão pediu...

TAINHHA — Bem, bem! Vou chamar o Dr. Pangloss,
mas previno-os de que não quero aqui discussões. (**Sai**)

*

ZÉ — Está zangada comigo?

JOSEFA — Nada. Hoje em dia, as criadas são todas
assim: umas telhudas! E a propósito de **telhudas**! Você
não imagina o sonho que tive a noite passada! Ai!
Muito me ri, quando acordei!

ZÉ — Conte lá! Diga!

JOSEFA — Sonhei que se tinham mudado e mistu-
rado umas com as outras muitas ruas e casas de
Aveiro. A casa do Dr. Peixinho ficava rés-vés com a

do Dr. Jaime; a do Dr. Soares estava ligada com o
quartel da Cavalaria e com a casa do Asilo; o con-
sultório do Pompeu Cardoso estava ali no Brito; a
casa do Padre Vieira ficava na loja da Conceiçãozi-
nha da Costeira; o jardim tinha mudado para a
Avenida Central...

ZÉ — Avenida Central?

JOSEFA — Não conhece você outra coisa! Aquela
Avenida em que, durante o dia, ora se leva terra para
cima, ora se traz terra para baixo.

ZÉ — Ah! Já sei! Adiante!

JOSEFA — O Liceu tinha passado para os Arcos!
os Bancos estavam... Espere... Deixe ver se me lem-
bro. Ah! Já sei. O Regional estava no Areal de S. Ja-
cinto; o **Ultra**, mesmo pegado ao Colégio de N. Se-
nhora de Fátima; o de Portugal, no Clube de Mário
Duarte; você não imagina o que eu ri, quando acordei!

ZÉ — Imagino! A gente às vezes, sonha coisas, como
se estivesse acordado, a vê-las. (**Entra Tainha**)

*

TAINHHA — Então ainda não veio o Dr. Pangloss?!

ZÉ — Não, Senhor.

TAINHHA — Estão aí fora os Concelhos, que se que-
rem despedir, e não sei como descalçar esta bota!

JOSEFA — Se o patrão der licença, mando-os entrar,
e eles que esperem...

TAINHHA — Está bem. Manda entrar essa gente.

(**Josefa sai, introduz os Concelhos e retira-se**)

*

CONCELHOS (**Cantando**)

Ouvi por um instante
nosso canto sem igual,
estrela fulgurante,
estrela sem rival.
Despedir-nos aqui vimos
do grande redentor.
A tristeza que sentimos
é, por certo, a maior.
Perdes, Aveiro, a mascote
da flicidade e grandeza;
Perdes, enfim, tua sorte,
teu valor, tua riqueza.
O seu saber sem igual,
sua sã filosofia
são fértil manancial
de bem-estar e alegria.

TAINHA (*Cantando*)

Minhas Senhoras, meus Senhores,
contente estou aqui de vos ver;
prazer maior não posso ter,
penhorado a tais favores.
Dizei, dizei vossos lamentos,
Vossas mágoas e tormentos,
que Pangloss vai, vai, sim,
esta noite até Berlim.

(*Dirigindo-se a Zé*) — Vai dizer ao Sr. Dr. Pangloss que os Concelhos do Distrito se querem despedir de Sua Excelência.

ZÉ — Dá-me licença Sr. Tainha? (*Para os Concelhos*) Meus Senhores! Chegado que seja o sapientíssimo Pangloss, podem aprestar-lhe as suas reclamações, mas peço-lhes que sejam concisos — nada de discursos de légua e meia! Sua Ex.^a detesta a verborreia nacional. TAINHA (*Que tem ido à porta*) — Ei-lo!

PANGLOSS — (*Vestido de luto, chapéu colonial, binóculo a tiracolo e uma bengala*) — Pangloss não quer demorar-se! Pangloss não quer perder comboio! (*Todos se inclinam, reverentes*).

TAINHA — Está tudo pronto, meu Senhor! Mas estão aqui os meus Concelhos, que querem despedir-se de V. Ex.^a!

PANGLOSS — Não poder ser!

ZÉ — É indispensável, Sr. Doutor! Vieram de propósito para isso! (*Troca olhares com Tainha e pisca-lhe o olho*)

TAINHA — Queira sentar-se, Dr. Pangloss! (*Pangloss senta-se, constrangido*) A mais do que há seis anos, apresento-lhe dois concelhos quase recém-nascidos: a Murtosa, pátria de valentes homens do mar e ali do Dr. Chico Soares, e S. João da Madeira, terra de chapéus, cujo bairrismo o tem feito progredir e engrandecer. O Concelho de Macieira de Cambra, coitado, morreu. Em troca, temos o Vale de Cambra, que anda ameaçado de garrotilho.

S. JOÃO DA MADEIRA (*Para Pangloss*) — Senhor! O Sr. Tainha-Aveiro, a nossa cabeça, acaba de dizer que em mim, nascido na vigência da ditadura, existe o ardente desejo de vida nova e progressiva. Nada mais certo. Por isso, em nome dos meus conterrâneos, e a fim de que V. Ex.^a tenha ocasião de verificar do meu progresso, tenho a honra de lhe oferecer este chapéuzinho, duma das minhas fábricas. (*Dois operários trazem um grande chapéu e colocam-nos sobre a mesa*)

PANGLOSS — Muito obrigada!

S. JOÃO DA MADEIRA (*Para os Concelhos*) — Viva o Dr. Pangloss!

TODOS — Viva!

TAINHA (*Cantando*)

Sem esta filosofia,
não há terra que remoce.
Digam todos, neste dia,
viva, viva Pangloss!

TODOS — Sem esta filosofia, etc.

PANGLOSS — Em prova minha satisfaction, ir cantar cancion que cantar no ano que chegar esta terra, em 1924. Pangloss sentir-se very contente por alguns concelhos terem seguido boa filosofía, yes! (*Canta*)

Very good of Lisbonne,
very good of Aveira;
tem baratos ovos-moles
in England borrachera.

Oh, my dear love!
Nô são patarates!
Só in Gafanha
há bons batates.

Nô mais nô speak,
nô mais be quite,
muito aranzel
mas enfim... all right!

Very good of Lisbonne,
very good of Aveira,
tem barates mexilhões,
in England borrachera.

Mas mi aqui canta
e faz aranzel:
Aveira ser bone!
Yes! Very well! } **bis**

TODOS —

Mas ele aqui canta
e faz aranzel:
Aveira ser bone!
Yes! Very well!

ZÉ (*Para Tainha*) — Isto vai bem! (*Para Pangloss*) — Diante desta alegria e desta fé, Sr. Dr., quem poderá ficar indiferente?

PANGLOSS — Yes! Very contenta! Contenta, mas... mim estar viúva, muito viúva... Póvere Politique!

ZÉ—Deixe lá, Sr. Doutor! A D. Política morreu, mas pode ser que outra, mais alevantada, mais nobre, mais idealista, lhe suceda!

TAINHA (**Para os Concelhos**)—Sentem-se, meus Senhores! O Sr. Dr. Pangloss, alheado, há cerca de um ano, da vida do Distrito, deseja ouvi-los!

PANGLOSS (**Consultando o relógio**)—Mas... ser breves!

ZÉ (**Piscando o olho para Tainha**)—É um instante.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS (**Levantando-se**)—As coisas lá pela minha área, não correm bem! Quis salvar-me com a La Salette; e, afinal, a La Salette só me tem dado amargos de boca! (**Senta-se**)

ILHAVO (**Idem**)—A questão do Farol está de pé! É uma pouca vergonha o que os Srs. Aveirenses nos querem fazer. O farol de Aveiro é de Ilhavo! (**Idem**)

PANGLOSS—Mim não quer saber questões sem importância. Yes!

MURTOSA (**Idem**)—Tem V. Ex.^a muita razão. Só podem ter a palavra os Concelhos que seguiram a filosofia de V. Ex.^a.

S. JOÃO DA MADEIRA—Apoiado! (**Os outros concelhos impacientam-se**).

ESTARREJA—Pois sim! Estás servida! Querias o Arquivo...

MURTOSA—S. João da Madeira e eu fomos os únicos que progredimos. Tem V. Ex.^a nestes dois Concelhos uma casa às ordens.

PANGLOSS—Muito obrigada! (**Relógio**) Ser horas... (**Ergue-se**)

ZÉ—Mais um pouco, Excelência! Pangloss senta-se). (**Zé para Tainha**) Isto vai bem!

*

JOSEFA (**À porta**)—Senhor Tainha! Estão lá fora o Mercado, as Obras, a Viação, o Saneamento, que desejam falar ao Sr. Dr. Pangloss.

TAINHA—Mando-os entrar! (**Josefa sai. Pouco depois, entram os nomeados**)

*

OBRAS (**Cantando**)—

O Presidente cá da terra
mil obras traz por toda a parte;
mas tudo brada e tudo berra:
—Não há dinheiro que o farte!

MERCADO (**Idem**)—

Não há mercado: foi-se à vida;
isto é da lei, lei dos contrastes,
pois já não pode na Avenida
vender a Junta os tomates!

«Ora aqui está como isto caminha
nesta desgraçada terrinha».

Todos por um dizem assim.
deixa andar; corra o marfim!

CORO—

Ora aqui está... etc.

VIAÇÃO (**Idem**)—

Quando a terra está em pó
e os ventos movem moinhos,
isso então é sol e dó
o que lá vai pelos caminhos.

SANEAMENTO—

Se o Verão atinge o cume
e a maré vaza na ria,
temos então um perfume
que se espalha noite e dia.

CORO—

Ora aqui está, etc.

(**Ouve-se uma buzina de automóvel**)

PANGLOSS—Yes! Mim conhecer toda estas coisas
e por isso querer partir imediatamente pra comboia.
(**Ergue-se**)

ZÉ—Suspenda, Sr. Doutor! O comboio foi-se com o
vento fresco! Tenha paciência. Não abandone todos
estes desgraçadinhos. Estão com uma cara de confrangidos!...

TAINHA—Peço-lhe, meu amigo!

ZÉ—Vá, Sr. Doutor! Venha ao menos, comigo,
despedir-se da cidade. Há um ano que V. Ex.^a não a
visita. Pode lá ser! Proponho-lhe um passeio ao Largo
dos Pacatos e ao Jardim dos Prazeres. Se depois dessas
visitas não ficar satisfeito, consentiremos então, embora
com pesar, que V. Ex.^a bata as asas e volte à sua
pátria. Entendido?

PANGLOSS—Yes! Tudo o que suacede no mundo
é pelo melhor. All right! Embora Pangloss esteja muito
fárreto destas coisas, Pangloss consente em dar pas-
seia com Zé.

ZÉ—Viva Pangloss!

TODOS—Viva! (**Apagam-se as luzes, Saem todos,
com excepção de Tainha e Pangloss, que andam às
apalpadelas**)

*

PANGLOSS— D.Eletrique continua a fazer suas
graces!

TAINHA — É a Eléctrica Lindosa. Um dos melhoramentos devidos a V. Ex.^a. (**Entram Eléctrica e Lâmpadas e cantam**)

*

Nossa luz
aqui penetra,
luz de truz,
pois é eléctrica.

Se ela se apaga
um momento,
logo se alaga
o 'scurecimento.

Como é linda!
É do Lindoso;
melhor ainda
pró nosso bolso!

D. ELÉCTRICA —

Nem somente o Sol e mais a Lua,
com seus claros, vivos raios de ouro,
e a sua luz violenta e crua
iluminam o mundo co meu tesouro.

Braxuleando firme, rebrilhando,
quando a chama intensa nos produz,
sente-se a alma quente volitando
em torno, em redor da nossa luz.

As estrelas sidéreas, luminosas
sentem-se mal, de nos ver cintilar,
e cerram apagando, invejosas,
o fulgor que elas têm em seu olhar.

CORO —

As mariposas douradas em redor de nós volitam; e, de luz embriagadas, dentro de mim se precipitam.	}	bis
---	---	-----

PANGLOSS — D. Electricque estar satisfeito?

D. ELÉCTRICA — Muito satisfeita, Sr. Doutor! Mas mais do que eu, os meus consumidores e os meus accionistas!

PANGLOSS — Porquê? Porquê, Senhora?

D. ELÉCTRICA — Os consumidores... porque sim. (**Faz o gesto de pagar**); os accionistas... (**Esfregando um no outro o dedo indicador e o polegar**) porque não! Mas estes não se resignam. Não tardam aí! Andam sempre atrás de mim. Eles aí estão!

PANGLOSS — Oh, que grande Diaba! Aveiro ser terra muito divertida. (**Vai a sair**)

TAINHA — Sossegue, Sr. Doutor! V. Ex.^a é estrangeiro, e o estrangeiro, em minha casa, ainda é, graças a Deus, inviolável. Nada receie! (**Entram Accionistas, e Polícias, cada um com uma acção na mão, e o Zé com um lampeão**)

ACCIONISTAS —

Se acaso aqui vimos,
quais outros D. Quixotes,
creiam bem que aqui sentimos
o coração aos piparotes.

Não é medo nem medinho,
nem susto ou aflição;
é o nosso dinheirinho
que se foi pró alçapão.

Ah, ah, ah, ah!
Ah, ah, ah!
Ah, ah, ah!

Viva a pândega,
Olá, olá!

Viva a pândega
e a folia
o prazer
e a alegria!

Ah, ah, ah!
Ah, ah, ah!
Viva a pândega
e a folia!
Olé, olá!

Vimos todos, accionistas,
a correr, sem matinada,
pra prender os camaristas
que fizeram a embrulhada.

As acções da D. Eléctrica
são bonitas, ficam bem;
já não valem um etc.,
já não valem um vintém!
Ah, ah, ah, ah!, etc.

(Pangloss, Zé e Tainha saem.)

Cai o pano

ACTO II

A cena representa o Largo Municipal. Na frente o edifício da Câmara. Bancos.

Tricanas e estudantes, que entram ao som de música, cantam. Depois, Zé e Pangloss escutam estasiados.

TRICANAS —

Tricanas belas,
lindas e formosas,
santas de capelas,
perfume de rosas;

de corpo gentil,
andar tão airoso
e de ar senhoril,
olhar gracioso.

TODOS —

Tricana
como a de Aveiro não há igual;
tricana
mais linda é de Portugal.

Tricana
é linda flor que embriaga;
tricana
aroma é que não se apaga.

Tricana,
como a de Aveiro não há igual;
tricana
mais linda é de Portugal;

tricana
é linda flor que embriaga;
tricana

como a de aveiro
aroma é que não se apaga.

ESTUDANTE —

Se Aveiro tem
o bom estudante,
é rico também
do leve e tonante.

Em outra cidade,
não há, julgo eu,
dos da qualidade
do nosso Liceu.

TODOS —

'Studentes
de terno olhar ardendo em fé,

'studentes
coa tricaninha, olé, olé!
Dos livros
eles se esquecem muitas vezes;
por elas
suportarão dez mil reveses.
'Studentes
de terno olhar ardendo em fé,
'studentes
coa tricaninha, olé, olé!
Dos livros
eles se esquecem muitas vezes;
por elas,
lindas e belas,
suportarão dez mil reveses. (Saem)

*

ZÉ — (Entrando com Pangloss) — É a mocidade que goza; é o amanhã que dá largas às suas alegrias. Tricanas e estudantes; Que lindos ramalhetes! É divertir! É divertir! Tricaninhas! Anda por aí tanto doutorzinho atrás delas!

PANGLOSS — Yes! Mim partir saudosa desta mocidade. Nela ainda ter alguma esperança.

ZÉ — Tem razão, Sr. Doutor; Os velhos, os homens de hoje estão gastos. Viveu-se muito em pouco tempo. A máquina humana tem experimentado, desde a Grande Guerra, um esforço superior à sua resistência. Estamos velhos, sendo novos; estamos gastos e cansados.

PANGLOSS — Zé parecer um folosofa!

ZÉ — São favores, Excelência! (Ouve-se barulho de vozes. A orquestra começa a preludiar o número de música seguinte).

PANGLOSS — Ser manifestação à Junta?

ZÉ — Vou ver. (Dirige-se para um dos lados. Entram populares e depois o Má-língua)

POPULARES (Cantando)

Vimos todos a suar,
só pra nos manifestar!
Toda a gente anda alarmada:
diz que a Barra está fechada!
O que havemos de fazer
só o Zé há-de dizer.

ZÉ — Que querem vocês?

UM POPULAR — Um porto!

ZÉ — De honra?...

POPULARES — Não é desses!

ZÉ Coçando na cabeça) — Nem sei o que diga!
Só se for por música! (Canta)

Que querem que eu diga,
se a voz se me embaraça?
Não sei se prossiga;
Não sei se tal faça.

Um porto de abrigo,
que coisa medonha!
Se há tanto inimigo
que a tal se oponha!...

TODOS — Ui!

Sejamos unidos
e todos por um;
senão, somos vencidos,
e porto... nenhum!

Há um engenheiro
em cada aveirense;
com este viveiro,
não sei o que pense!

ZÉ — Ui!

Não é pois, comigo,
que aqui nada sou;
mas porto de abrigo
é que não falhou... } **bis**

(**Declamando**) — Ora aqui têm os manifestantes o
que lhes posso dizer. Vão à Junta; juntem os da Junta;
ponham lá outra vez a Junta, e juntem-se à Junta!

POPULARES (**Saindo**) — Viva a Junta!

*

(**Má-língua, que tem acompanhado a cena com
atenção, aproxima-se de Pangloss**)

PANGLOSS — Que people divertida!

MÁ-LÍNGUA — Divertidíssimo! Só se lembram de
Santa Bárbara, quando troveja!

PANGLOSS — Quem ser o senhorre?

MÁ-LÍNGUA (**Cantando**)

Eu sou o curioso
que de tudo maldigo;
de ninguém sou amigo;
sou um ser invejoso.

Tudo enredo, tudo torço,
tudo viro e desfaço;
do alheio, do esforço,
muito rio, nada faço.

(**Desenrolando o projecto do porto**)

Carpinteiro, engenheiro,
mestre de obras, construtor,
arquitecto, empreiteiro,
tudo sou, ó meu Senhor!

ZÉ (**Cantando**)

Curioso,
invejoso,
a ninguém
queres bem!
És serpente
que na gente
mansamente
metes dente! } **bis**

PANGLOSS — Você, com essa sua teoria, não me
parecer cá da terra!

MÁ-LÍNGUA — Pois está o cavalheiro muito enga-
nado. Eu sou daqui, nado e criado em Aveiro. Mas
também sou filósofo e engenheiro, como ouviu, nas
horas vagas. Sou colega do Von Haff e do Dr. Pagode,
que pelo nome não percam!

PANGLOSS — An? An?

ZÉ — Dobre a língua, seu bruto! **Dr. Pangloss!**
Dr. Pangloss, que aqui está presente!

MÁ-LÍNGUA (**Estendendo a mão a Pangloss**) —
Muito gosto em não conhecê-lo! Yes!

MÁ-LÍNGUA (**Cínico**) — Como queira! Estou habi-
tuado a essas delicadezas.

ZÉ — Pois, meu caro amigo, para cá vem você de
carrinho! (**Volta-lhe as costas**).

MÁ-LÍNGUA — Espere! Espere! Ainda não acabei.
(**Zé volta-se**) O meu maior título de glória são as minhas
engenharias. Tenho um projecto para as obras do porto
de Aveiro, que é um primor! (**Desenrola novamente o
papel**) Olhe para esta beleza! Segundo ele, estudado
com todo o escrúpulo...

PANGLOSS — Dites-moi une chose, Senhorre...

MÁ-LÍNGUA — ...Má-Língua.

PANGLOSS — Dites-moi, Senhorre Má-Língua! Que
curso tem usted para confeccionar projectes?

MÁ-LÍNGUA — Curso?! Curso?! Os autênticos enge-
nhheiros não têm curso nenhum! Ai é que está a ciên-
cia: tirar do engenho (**aponta a cabeça**) a engenharia.

(**Sentem-se acordes de música. Voltam-se todos**)
Pois, como ia dizendo, no meu projecto começa-se por
tapar a Barra (**Espanto de Pangloss e Zé**) Não se
espantem! A comunicação com o mar só prejudica o
nosso **desideratum** — O Von Haff caiu no gravíssimo
erro de não tapar a Barra. Como queria ele que a
ria se enchesse de água, mantendo-se-lhe a saída para
o mar? É de cabo de esquadra! É de primeiríssima

ordem! No meu projecto, segundo os meus estudos, a ria fica com água para dar e vender!

ZÉ (**Piscando o olho a Pangloss**) — Ouça lá! E por onde entram e saem as mercadorias?

MÁ-LINGUA — Essa pergunta foi feita para me embarrilar? Pois declaro-lhe que me não embarrila com facilidade. Para trazer e levar mercadorias, temos os aviões, os zepelins e outras que tais bisarmas da aviação aérea.

ZÉ — Aéreo está você, seu Má-Lingua.

MÁ-LINGUA (**Enrolando o projecto**) — Ciência bebida nos livros e adquirida nas escolas profissionais — é falsa. A verdadeira ciência é a ciência inata; é a ciência espontânea. Eu sou o Engenheiro Espontâneo.

ZÉ — Como você há muitos por aí. São todos engenheiros, mestres de obras, electricistas, construtores navais... Pois, seu Espontâneo, seu Curioso, seu Má-Lingua, ponha-se-me espontaneamente a andar! Senão... talvez a biqueira do sapato lhe mostre que em espontaneidade não pode você medir-se com ela! Abandone esta terra e vá prás profundas...

MÁ LINGUA (**Saindo**) — Bem, bem! Não se zangue! Adeus!

PANGLOSS — Adeus! Rai's ta parta! (**Má-Lingua sai**)

PANGLOSS (**Rindo-se**) — Muita curiose esta Curiose.

ZÉ — Ele há cada um! (**Pausa**) Pois, Sr. Doutor, este é o antigo Largo dos Pacatos, hoje conhecido por outra designação. A nossa Câmara sempre genial nas mudanças dos nomes de largos e ruas, decretou, para valer como lei, que este recinto seja denominado, de hoje para o futuro, — **Largo das Garçonas**.

PANGLOSS — Porquê?

ZÉ — Porque as árvores que o circundam usam agora uma cabeleira à moda. Quando vier o cabelo à escovinha, levarão nova tosadela,, e o Largo passará a ser o **Largo dos Carecas**. Espere! Quem serão aqueles tipos? (**Entram S. Gonçalves, Senhora das Febres e S. Sebastião, que logo cantam**)

S. GONÇALINHO — Sou o Gonçalves!

S. SEBASTIÃO — Sebastião!

SENHORA DAS FEBRES — Sou a das Febres!

OS TRES —

Taralão, ião, ião!

Taralão, tã, ião!

Nós somos os três santinhos

papos-secos, trics, trics!

Cá na cidade não há

uns santinhos assim chiques!

Temos festas anuais,
mas não festas de pataco:
Todos juntos somos mais
que o próprio S. Torcato!

Alegria somos
da Beira-Mar!
Festas nós temos
Que não têm par!

TODOS — Alegria somos..., etc., com **bis**.

ZÉ — Aqui tem o Doutor os três milagreiros mais cotados cá da cidade: o casamenteiro dos velhos; o da fome, peste e guerra, e a das Febres!

S. GONÇALINHO — Mas o mais importante sou eu!

S. SEBASTIÃO — Olha que modéstia!

SENHORA DAS FEBRES — Benza-te Deus, Inês!

S. GONÇALINHO — O quê? O quê? Não tive já três festas num ano? Não gastei dez contos? (**Entram dois fiscais do selo**)

FISCAIS (**Cantando**)

Nós fomos chamados
aqui, à porfia,
pra serem pilhados
os santos do dia. } **bis**

Denúncia foi certa;
a tal gente é esta:
ficarão filados
e catrafilados! } **bis**

PANGLOSS — Que pretendem vocês? Quem serem?

FISCAIS (**Cantando**)

Fiéis empregados
nós somos do selo;
de riço trabalho
nós somos modelo.
Selamos isqueiros,
selamos recibos,
selamos padeiros,
selamos os chibos;
selamos quem casa,
selamos quem morre,
selamos quem pára,
selamos quem corre.

PANGLOSS (Cantando)

Ser capazes, ser
de selar a night;
que couse tão feia,
Yes, all righ!

bis

FISCAIS —

Fiéis empregados
Nós somos do selo;
de rijo trabalho
nós somos modelo.
Selamos o vinho,
selamos a isca,
selamos as cartas,
prò jogo da bisca.
Selamos contratos,
selamos bilhetes,
selamos as bombas,
selamos foguetes!

PANGLOSS — Ser capazes, ser... etc.

1.º FISCAL — Procuramos três santinhos, que sem ordem e sem selo saíram das respectivas moradas.

ZÉ — São estes, mas nenhum mal fazem.

2.º FISCAL — Não fazem mal, mas têm de ir ao posto, para lhes ser, por isso, aplicada a respectiva multa. Façam favor de nos acompanhar!

PANGLOSS — Ich bin Pangloss! Verstehen Sie?

1.º FISCAL — (Que tem travado o braço de um dos santos) — O quê?!

PANGLOSS — Versthen Sie Deutsch?

1.º FISCAL — Ó meu amigo, não me fale em Latim, se não quer pagar cinco mil palhaços para a caixa! (Para os santos) Vamos lá par diente!

FISCAIS (Cantando)

A galope é já partir;
é já, é já, é já!
Sem a menor detenção,
Olé, olé, olá!
Fica sem ter que vestir,
é já, é já, é já,
quem cair na nossa mão
Olé, olé, olá!

TODOS —

A galope é já partir,
sem a menor detenção.
Fica sem ter que vestir
quem cair na { nossa }
 { vossa } mão.

(Saem. Entra Sabe-Tudinho)

ZÉ (Para Sabe-Tudinho, que, vestido de estudante, vai a atravessar a cena) — Olá! Donde surgiria este grão de areia? Ouve lá, ó catraio! Quem és tu?

SABE-TUDINHO (Com voz grave, imitando o «Romeiro» do «Frei Luís de Sousa») — Ninguém! (Pausa) Ninguém — é graça, porque eu sou o Sabe-Tudinho, aluno do 1.º ano aqui do Liceu de José Estêvão! Quem não conhece o Sabe-Tudinho, irmão do Sabe-Tudo de 1924? Só você, cuja ignorância é mais do que supina!

PANGLOSS — Ser divertida, yes!

ZÉ — Esperto que nem um alho! (Para Pangloss) Mas vou apertá-lo com umas perguntazinhas. (Para Sabe-Tudinho) Ora dize-me. Quem é o maior taneiro desta cidade?

SABE-TUDINHO — Há seis anos, era o Anselmo das Carmelitas; mas como ele agora já deita automóvel...

ZÉ — Outro assunto... Ora ouve. Baixinho, vago-roso no andar, capa à alentejana...

SABE-TUDINHO — O Dr. Jaime, o Mormente!

ZÉ — Todo se rebolando, peta aqui, peta acolá...

SABE-TUDINHO — Basta! Não diga mais! É o Silvério de Magalhães!

ZÉ — Bravo! (Pausa) Há aí um mocinho que tem sempre tanto calor na cabeça, que nunca traz chapéu. Quem é?

SABE-TUDINHO — Ora! É o Dias, o aspirante!

ZÉ — Quem está sempre a dormir nas sessões solenes?

SABE-TUDINHO — O Dr. Peixinho!

ZÉ — Um Dr. pequenino, direitinho, pautadinho, sempre a pestanejar?

SABE-TUDINHO — O do Registo Civil;

ZÉ — Homem forte, de muitas carnes, que, se um dia quiser ser bispo, há-de sê-lo, e ultimamente tem a mania de emagrecer... para engordar?

SABE-TUDINHO — Sim, Senhor, muito difícil! (De repente) o Dr. Zé Soares!

ZÉ (Para Pangloss) — Não há maneira de o apanhar em falso! (Pausa, pensando) Ora dize lá. Há quantos anos anda a Avenida em construção?

SABE-TUDINHO — Há que tempos! Ainda eu não era nascido!

ZÉ — E quando estará concluída?

SABE-TUDINHO — Quando as galinhas tiverem dentes, e cabelo o Dr. Luís do Vale.

ZÉ — És um perfeito alho!

PANGLOSS — Yes! Exacte! Uma perfeita alha!

ZÉ — Quem é o presidente da Sociedade Protectora dos Animais, cá na terra dos ovos-moles?

SABE-TUDINHO — O Luís da Clarinha!

ZÉ — Porquê?

SABE-TUDINHO — Porque tem carro de cavalos e está sempre a turrar com sono.

ZÉ — Que estudas tu?

SABE-TUDINHO — Tudo: todas as línguas e todas as ciências!

ZÉ — E para que serve isso?

SABE-TUDINHO — Para se avaliar a distância que vai de mim a você.

ZÉ — Fechaste com chave de oiro, rapaz! Venha de lá um abraço! Mas põe-te em pé!

SABE-TUDINHO — Uma pessoa da minha categoria não dá abraços a pelintras. (**Pangloss ri-se de vontade**)

SABE-TUDINHO (**Imitando-o**) — Sabe-Tudinho não ter aulas e vir espairar ao Largo das Garçonas.

ZÉ — E para onde vais?

SABE-TUDINHO (**Cantando**,

Toca a raspar...
toca a brincar!
Viva a folia,
viva a magia!
Que reinação,
que empalmação
em livros dar!
Só sei cabular.
À aula não vou;
madraço eu sou.
Verdade, não minto;
só digo o que sinto:
melhor é brincar
que o estudar.
Viva a folia!
Viva a magia!
Se à aula vou
e se me chamou
o mestre mau,
fico de pau!
Boca fechada,
língua parada;
não sei falar;
só sei cabular!

E no fim, que entalação!
Chegados ao São João,
zás! Zero na caderneta!
E em casa... cacholeta!

(**Declamando**) Até sempre, seu Zé! Até sempre, seu Pangloss! (**Vai a sair**)

PANGLOSS — Conheces-me?

SABE-TUDINHO — Não conheço eu outra coisa!
Não que eu tenho um mano também **sôbolo** baixo, que

sabe Alemão! (**Puxa pelo casaco de Pangloss e sai fazendo fosquinhas**)

*

ZÉ — Levadinho da brega, o tal Sabe-Tudinho! (**Vem de dentro uma bola, direita ao Zé**) Oh! cos diabos! Viva o bolismo nacional! Hoje como ontem, amanhã como hoje, o que reina é a bola! Irra, que é demais! (**Entram dois bolistas devidamente equipados**)

*

1.º BOLISTA — Qual Beira-Mar, qual carapuça! O Beira-Mar, no desafio de ontem, no **Stadium** de S. Domingos, não deu uma prá caixa!

2.º BOLISTA — Ora mete a violinha no saco, anda! Os Galitos, coitados, nem têm centros, nem guarda-redes, nem pontas, nem coisíssima nenhuma! Uma miséria!

PANGLOSS — Dá licence? Senhores acreditar ainda na eficácia do bolismo no apuramento da raça?

BOLISTAS (**Cantando**)

Sem dúvida nenhuma,
é esta a salvação
dum país moribundo,
dum país sem acção!

Com bola ou sem ela,
a correr, a remar,
a rasgar a farpela } **bis**
— tudo é avançar.

Se cá neste país
houvesse uma bola,
não estávamos hoje
a pedir esmola!

Já vêem, pois Senhores,
sem que eu seja carola,
que todo o progresso } **bis**
dimana da bola!

ZÉ — Então donde é a vinda?

1.º BOLISTA — Vimos do Porto, de assistir ao desafio do V Portugal-França. Foi lá meio Aveiro!

ZÉ — Sob a presidência e direcção de quem?

2.º BOLISTA — Dos dois mais entusiásticos aficionados... que nunca deram um pontapé: o Capitão Gamelas e o Augusto Decrook.

1.º BOLISTA — Obrigado (**Aplica um pontapé no Zé**)

2.º BOLISTA — Obrigadinho! (**Idem. Saem, correndo**)

*

ZÉ—Apre que são brutos! (**Pausa**) E aqui está com o que se preocupa Portugal inteiro! Triste sintoma! Fervem telegramas nos **placards**, trabalha a T. S. F., os jornais trazem parangonas de légua e meia e acabou-se. Não saímos disto! (**Entram Populares e a Junta Autónoma**)

POPULARES — Viva a Junta!
PANGLOSS (**Para Zé**) — Que ser?
ZÉ — Outra manifestação.
JUNTA (**Cantando**)

Quer vocês queiram, quer não,
havemos de ter um porto!

POPULARES E JUNTA (**Idem**)
Olaré, sou tua (teu);
não o digas a ninguém! } **bis**
Olaré sou tua (teu),
Ó meu rico bem!

POPULAR —
Engenharias baratas
não passam de mero aborto!

TODOS — Olaré, etc.

POPULAR —
Nesta terrinha de Aveiro,
muita parra pouca uva!

TODOS — Olaré, etc.

POPULAR —
Às vezes fazem-se coisas...
'Stão a pedir muita chuva!

TODOS — Olaré, etc.

ZÉ —
Se a nossa Junta trabalha
Trabalhemos igualmente!

TODOS — Olaré, etc.

ZÉ —
E a cidade de Aveiro
será cidade excelente!

TODOS — Olaré, etc.

(**Dançam todos**)
Cai o pano

ACTO III

NO JARDIM DOS PRAZERES

(**Tipos populares, que passeiam. Juntam-se e cantam**)

POPULAR —

Neste recinto sagrado
todo Aveiro passeia,
quer de dia quer de noite,
quando a Lua está bem cheia } **bis com coro**

Aqui se viu o Peixinho,
o homem que se diz Cristo!
Até o major Meneses
Já aqui esteve, a ver isto! } **Idem**

Com franqueza, meus Senhores,
vale a pena vir aqui!
Neste jardim, há de tudo,
desde a pulga ao saguí. } **bis**

(**Vão-se retirando, ao mesmo tempo que entram Pangloss e Zé**)

ZÉ — Só por causa deste Jardim dos Prazeres, valia a pena viver em Aveiro. Porque teima V. Ex.^a em partir, em deixar atrás de si um mar de saudades?

PANGLOSS (**Triste**) — Alma de Pangloss toda se encher de tristeza! Lembrar-me muito de Politique, minha mulher! Pangloss ter agora coração mais pequena que grão de bica. (**A cena escurece de repente, ouvem-se três pancadas metálicas e surge por um alçapão a Política, vestida de branco**)

POLÍTICA (**Cantando**)

Aqui estou; eis-me aqui.
Sou sempre a mesma Senhora.
Sou eterna; eu não morri;
vivo sempre, a toda a hora!

Sempre a mesma, aqui me vêem
cada vez mais descarada;
por mais voltas que me dêem,
eu não mudo mesmo nada.

Vá de Braga para Lisboa,
ou desta para Benfica,
eu serei — ela é bem boa! —,
eu serei D. Política.

Cá na terra, a minha história
continua em folhetins;
só assim tenho a glória
de alcançar todos os fins.

Se se fala com alguém, }
dizem todos em geral: } **bis**
os da **dita**, — isto vai bem!; }
os da dura, — isto vai mal! } **bis**

TODOS — Se se fala, etc.

ZÉ — Senhora Política! Como apareceu aqui?

POLÍTICA — Para vos dizer que é preciso ter juízo. Foi a vossa intolerância que me feriu; foi a vossa insensatez que me arrebatou; foi a vossa maldade que me desterrou por tantos anos. Não morri! Quero passar estas privações para reabilitarvos e redimir-vos. Precisamos de um só altar — a Pátria; de um só ideal — a Pátria; de um só partido — a Pátria! Só uma grande contrição poderá restituir-me à vida! **(Desaparece ao som de três pancadas metálicas. Silêncio prolongado. Faz-se de novo a luz. Pangloss e Zé esfregam os olhos)**

*

ZÉ (**Assombrado**) — Que será isto? A modos que estive sonhando, Dr. Pangloss!

PANGLOSS — Não ser sonhe! Ser realidade. Portugueses precisar redimir suas culpas e elevar seu país. Mim não ver seguir esta filosofia e por isso querer partir Deutschland. Ninguém querer abdicar suas opiniões; Ninguém querer sacrificar suas ideias, yes! Pangloss quer tomar combóia e deixar vosso Portugal.

ZÉ — Sossegue, Dr. Pangloss! Pode ser que o povo, o bom povo português, aquele povo alegre das nossas festas e romarias, povo tão português e inconfundível, tenha um assomo de virilidade! Ele aí vem! Veja! **(Entram romeiros, com bombo, violas, ferrinhos, caixa de rufo e harmónio)**

CANTADEIRA —

Tudo que há triste no mundo
tomara que fosse meu,
para ver se tudo junto
era mais triste do que eu!

CANTADOR —

Não sei que quer a desgraça,
que atrás de mim corre tanto;
hei-de parar e mostrar-lhe
que de vê-la não me espanto.

CANTADEIRA —

Amor com amor se paga,
já que outra paga não tem;
quem com amor não paga
não diga que paga bem.

CANTADOR —

Amor com amor se paga,
nunca vi coisa tão justa;
paga-me contigo mesma,
meu amor, se te não custa!

(Vozes e ditos vários e saem, cantando)

*

ZÉ — O povo das romarias! Que alegria, que saúde, que vida! **(Pausa)** Olha, olha! Quem ele é! **(Entra o Comerciante, risonho)**

*

COMERCIANTE — Como passam os meus caríssimos amigos? Há um ror de tempo que os não via! As esposas, os filhos, os netinhos? **(Apertos de mão)**

PANGLOSS — Yes! Há muito tempo!

ZÉ — É verdade, meu inolvidável e prezadíssimo amiguinho. Já lá vão seis anos, que me têm parecido séculos! E foi aqui mesmo, tendo por cúpula o mesmo céu e por testemunhas os passarões que geraram os que por cá gorjeiam.

COMERCIANTE — É o que parece, meu amigo, porque eu ando às voltas com uma terrível dispepsia!

PANGLOSS — Não parecer! Ter boas cores, minha amigo!

COMERCIANTE — Sim! No fundo sou o mesmo! **(Canta)**

Sou um honesto
comerciante,
que a meu talante
os preços mudo.
Não há decretos,
nem bons projectos,
nem ratoeira
prá maroteira!

(Declamando) — O público barafusta, berra, arrepe-la-se, mas eu... **(Canta)**

A tudo fujo
com boa arte;
o mesmo sou

em toda a parte!

Sobe o pão,
sobe o café,
sobe o feijão,
olé, olé!
De preçorum
mercadorum
libera nós
e dominé!

(**Declamando**)—É como le cantol! Há um bom ano agrícola? Há muito azeite, trigo, milho e arroz? Não tem dúvida! Nós **tiremos** sempre a mesma percentagem! E tudo isso, porque... (**Canta**)

Nesta vida tudo sobe;
quem não sobe é porque é tolo!
Só não sobe quem não pode,
ou então não tem miolo!

OS TRÊS—Nesta vida... etc.

ZÉ—Vamos a saber, mestre. A como se paga hoje o feijão?

COMERCIANTE—Manteiga, frade, ou?...

ZÉ—Feijão, feijão!

COMERCIANTE—Sendo frade, é mais caro!

ZÉ—Porquê, meu amiguíssimo?

COMERCIANTE—É artigo que está a escassear na praça.

ZÉ—Isso é uma roubalheira! Portugal está hoje cheio desse feijão!

COMERCIANTE—Mas não se lhe chega, meu amigo! Não se lhe chega! (**Despedindo-se**) Com licença, que tenho de ir descontar uma letra. São os ossos do ofício. Porque os Senhores não sabem quanto custa!... Venham para cá prá arte, e depois dirão!

ZÉ—Adeus, meu nobre amigo! Recados à Senhora e aos meninos.

COMERCIANTE—Serão entregues! Serão entregues! (**Sai, às medidas exageradas**).

ZÉ—Quando o Sr. Doutor sair de Aveiro, talvez eu vá pôr um negociozito de secos e molhados. O Dr. já notou que os comerciantes de secos e molhados são quase todos gordos? Preciso de encher estas peles. Trabalha um homem noite e dia... e não tem nada. Se vai ao mar, à pesca, arrisca a vida; no dia seguinte, no mercado, querem-lhe comprar o peixe por uma tuta e meia. Se amassa o pão, durante a noite, para os outros comerem no dia seguinte, comem todos, até os parvos! Olha: aí vêm pescadores! Triste vida

a destes desgraçados! E ainda regateiam o preço dum robalo! (**Entram os pescadores**)

*

ZÉ—Cantai o vosso hino, ó pescadores! O hino da luta do homem com o mar.

PESCADORES—(**Cantando**)

«Pescadores, ó pescadores,
de olhos da cor do sargaço,
que havia de ser da gente,
pescadores, ó pescadores,
se não fosse o vosso braço?»

TODOS—Pescadores, etc.

ZÉ—Então? muita pesca?

PESCADOR—An? Pesca? Nem raça! Os raios das traineiras deram cabo de quanto peixe havia na nossa costa. Ôspoís, os do Governo, lá os de Lisboa, não mandam prender os espanhóis!... Pobres dos pescadores, que estoiram com fome, se a Senhora da Saúde ou a Senhora das Areias lhes não deitarem a mão! (**Para os companheiros**) Vamos lá à vida! (**Saem cantando**)

*

ZÉ—Coitados! Triste e inglória epopeia, a destes obscuros heróis! (**Pausa**) Mas... caluda! Dirigem-se para aqui dois desconhecidos! Atenção! (**Entram a Moda e Papo-Seco**)

*

MODA—Ai, Papo-Seco, você está hoje tão neurasténico, credo!

PAPO-SECO—Ora não seja matias, D. Moda! A minha neura, você bem o sabe, tem uma causa ponderosa. Perdi, numa aposta, a quando do desafio do Beira-Mar com os Galitos, cinquenta paus!

MODA—Que são cinquenta paus?

PAPO-SECO—Cinquenta palhaços!

MODA—Ah!, está bem! Por paus e palhaços, fico percebendo. (**Outro tom**) Então não vem? (**Vai a sair**) Se quer, posso permitir que me acompanhe ao Pompeu. Vou às mercas.

PAPO-SECO—Oh, que chatice!

MODA—Sensaborão! Você venha, que as mercas não **hadem** ser muitas. É só comprar dois pares de meias de seda natural, com «baguette à jour», para a minha tia Francisca; um «robe-kimono» em «maroceio» para a prima Cecília; uma «parure» em «doisette» com «à jours» à mão, para mim; talvez outra «parure» em «opalette»; um avental em «organdi» para a Perpétua...

PAPO-SECO — E mais nada? Veja lá.

MODA (**Concluindo**) — ...e um estojo de «manicure» e baton». Não me demoro. (**De repente**) É verdade! Você já viu o chapéu que agora traz a Georgina?

PAPO-SECO — Ah, ah! O que aí vai de inveja!

MODA — Inveja daquilo?! Fff! Que coisa tão pires! Parece mesmo uma lambisgóia! (**Pausa**) Então não vem? (**Puxa-o**)

PAPO-SECO — Impossível! Eu e o Seabra temos de nos **encontrarmos** aqui.

MODA — Ora não seja de gesso! (**Empurra-o**)

ZÉ (**Tirando o chapéu**) — Dá-me licença, Ex.^{ma} Senhora? Poder-nos-á dizer, a mim e ao Dr. Pangloss, a quem temos a honra de estar admirando?

MODA — Cubra-se e esteja a gosto. Não sabe? Eu lho digo! (**Canta**)

Eu sou a moda, a caprichosa moda,
que o mundo embrulho num chapéu francês;
faço as cabeças desandar à roda,
mudando sempre, ao começar o mês.

Ora me encaixo num vestido estreito,
ora me envolvo em peliças caras;
ora com folhos uma saia enfeito,
ora me adorno de raposas raras.

Alteio os ombros, endireito as pernas,
branqueio o rosto com vária loção;
invento sempre confecções modernas,
postigos, trouxas, saias de balão.

Trago ao pescoço bicharada fera;
ponho à cabeça trapalhadas mil:
gaivotas, ratos, couves, folhas de hera;
dou à cintura forma de funil!

O Mundo vário minha bolha engoda;
sou dos maridos a brutal turquês.
Eu sou a moda, a caprichosa moda,
que o mundo embrulha num chapéu francês!

ZÉ — Então por cá? Com muita demora?

MODA — Pois eu sou a Moda aveirense!

ZÉ — Tão pequenina?!

MODA — Tão pequenina, sim! Mas tenho larga clientela! Os meus principais fregueses são: O major Paixão, a Conceiçãozinha da Costeira e o Chefe da Secretaria da Câmara.

ZÉ — O Chefe?!

MODA — Sim: o Casal Moreira!

ZÉ — O do Registo Civil?

MODA — Não! Você está pílulas. É o Bola de Neve.

PANGLOSS — Pangloss gostar de a ver e conhecer, yes!

MODA — Muito obrigada!

ZÉ — E que novidades nos apresenta?

MODA — Oh! O meu império é absolute! Vou-lhes mostrar a minha influência na divina arte da dança. Eis, neste capítulo, as minhas últimas criações!

*

(**Vão entrando várias danças, segundo as exigências da música, e vão saindo: minuetto, valsa, tango, charleston, fox-trot**)

*

PANGLOSS — Mim não gostar destas danças de agora! Serem dances de pretos!

MODA — Pois tenha paciência, mas atrás do «charleston», há-de vir dança ainda mais esquipática. Mas quer ver até onde vai o meu império? Ouça (**Para Papo-Seco**) Papo-Seco, preciso do seu auxílio. (**Canta**)

Já dizem todos, todos,
todos dizem à porfia...

MODA E PAPO-SECO — Já dizem todos, todos,
todos dizem à porfia:

MODA — Olha a menina, menina,
que tem a sua mania

MODA E PAPO-SECO — Olha a menina, etc.

CORO — Anda o luar
lá pelos céus,
a namorar
os olhos teus! } **bis**

MODA — Olho assim e assim;
assim, assim eu sorrio.

PAPO-SECO — (**Exagerando**)
Ela olha assim, assim;
assim, assim ela sorri.

MODA — Assim, assim eu ando;
assim, assim me desvio!

PAPO-SECO — Assim, assim ela anda;
assim, assim se desvia.

MODA — Assim, assim me abano;
assim, assim eu cortejo.

PAPO-SECO — Assim, assim se abana;
assim, assim ela corteja.

MODA — Assim, assim eu valso;
Assim, assim eu solfeja.

PAPO-SECO — Assim, assim ela valsa;
assim, assim ela solfeja.

MODA — Lábios e faces rosadas

PAPO-SECO — Com carmim!

MODA — Dentes formosos põe o dentista

PAPO-SECO — De marfim!

MODA — Erguem ancas duas arcadas

PAPO-SECO — De balão!

MODA — O seio alteia-se com almofadas

PAPO-SECO — De algodão!

CORO — Anda o luar,
lá pelos céus,
a namorar
os olhos teus. } **bis**

ZÉ — Sim, Senhora! Aqui está uma boa definição da época. Ai, Moda, Moda, quanto te devemos! **Outro tom**) Não há dúvida! Tu és o terror dos pais, dos maridos, dos noivos e ninguém te pode resistir!

MODA (**Para Papo-Seco**) — Vamos! (**Empurra-o**)
Discutam lá isso sòzinhos, que eu tenho mais que fazer!
(**Sai com Papo-Seco. Entra um estudante**)

*

ESTUDANTE (**Para Pangloss**) — V. Ex.^a é que é o Dr. Pangloss?

PANGLOSS — Yes! Eu mesmo! Que querer?

ESTUDANTE — Eu e vários colegas meus desejamos apresentar-lhe o nosso fado. Não lhes é isso desagradável?

ZÉ — Pelo contrário, senhor académico. Mande lá vir a sua **troupe! E sejam bem-vindos!**

ESTUDANTE (**Para dentro**) — Rapaziada! **Avinça!**
(**Entram estudantes. Escurece a cena, até tomar a tonalidade do luar**)

*

ESTUDANTE (**Canta**)

O fado dos Portugueses
quantas histórias nos narra!
É uma alma que chora
nas cordas duma guitarra.
Que doces são as tentações

CORO — As tentações

ESTUDANTE — Dum coração que sabe amar!

CORO — Que sabe amar!

ESTUDANTE — Ao ouvir-se, no além da noite,
triste, uma guitarra a chorar!

CORO — Ao ouvir-se, etc.

ESTUDANTE — As capas dos estudantes
teceu-as a Mãe de Deus,
para que o amor das mulheres,
ai, pudesse entrar nos céus.

CORO — Que doces são as tentações, etc.

ESTUDANTE — Vamos embora depressa,
— capas, voai, ai que dor! —
pelas nossas namoradas
pedir a Nosso Senhor!

CORO — Que doces são, etc.

(**Havendo bis**)

ESTUDANTE — As nossas capas, Senhores,
são orações de tristeza,
negras dizendo o destino
desta terra portuguesa.

CORO — Que doces são, etc.

ESTUDANTE — Vai subindo para Deus
Portugal, terra bizarra,
nas dobras de cada capa,
nas cordas duma guitarra!

CORO — Que doces são, etc.

(**Vão saindo devagar. A luz reaparece**)

*

PANGLOSS — Curiose! Quando ouvir o fado, ficar sempre muito triste, muito melancolique!

ZÉ — Ouço grande sussurro de vozes. Que será?

PANGLOSS — Revolution?

ZÉ — Nada! Aveiro é a pacatez personificada. Desde 1828 que não há revoltas em Aveiro. Minto! Houve, em 1901, a chamada «Revolta do grelo»! (**Observando**) Ih cos diabos! Que grande manifestação! Querem ver que vão para a Junta? Esperemos. Dirigem-se para aqui. Nem de propósito! (**Entram a Comissão de Defesa e Populares**)

*

POPULAR (**Com grande ênfase**) — Viva a Comissão
missão da Defesa e Propaganda de Aveiro, seu Dis-
trito e mais coisas!

TODOS — Viva, viva!

POPULAR — Viva a nossa salvadora!

TODOS — Viva! (**Cantam**)

Viva a nossa salvadora!
Tchim, tchim, ratatchim!
Comissão piramidal,
Pum, ratapum, pum, pum!

Dragagens,
sondagens,
são tudo
miragens.

TODOS —
Pica pau,
etc.

É uma grave Senhora!
Tchim, tchim, ratatchim!
Outra não se encontra igual,
pum, ratapum, pum, pum!
Pois que comissão assim,
Tchim, tchim, ratatchim!
Todos bons a um por um,
pum, ratapum, pum, pum!
Comissão assim,
tchim, tchim, ratatchim!
só um, só um,
pum, ratapum, pum, pum!
tchim, tchim, ratatchim,
pum, ratapum, pum, pum!

COMISSÃO DE DEFESA (Cantando)

Obrigada, obrigadinha,
por tais manifestações.
Sou de vós tão amiguinha,
que comovo os corações.
A Junta, certos estai,
vosso ninho há-de velar;
será um segundo pai
que vos há-de vigilar.

TODOS — Comissão assim, etc.

COMISSÃO DE DEFESA (Declamando) — Podeis cantar absolutamente comigo. Sem ser preciso que nos macemos, tudo se há-de fazer! Hotéis, estradas, batalhas de flores na ria, festas... eu sei lá! O nosso lema é progresso, progresso sempre progresso! Em resumo: para a frente é que é o caminho! Portanto, meus bons amigos... (Canta)

É esperar,
é descansar;
é pois, deixar
tudo acabar!
É destruir,
é abolir,
é minar,
é arrasar.

TODOS —

Pica pau,
pica pau,
pica pau,
pau pau!

JUNTA —

Interesses
directos
picar tudo
em projectos!

ZÉ — Ó Senhora Comissão, porque é que V. Ex.^a não começa por implantar em Aveiro a filosofia do Dr. Pangloss?

COMISSÃO — O quê! (Para Pangloss) É V. Ex.^a o Sr. Dr. Pangloss, o super-sábio que quer deixar-nos?! Tem graça! Vinhamos precisamente à procura de V. Ex.^a!

PANGLOSS — Que querer de minha persona?

COMISSÃO — Pedir-lhe o favor de ficar em Aveiro, até que a cidade consiga ver realizados os seus sonhos de há um século: a construção do seu porto. Só V. Ex.^a nos pode salvar e valer!

PANGLOSS — Impossível ficar. Tenha paciência! Vou partir! Deixar em Aveiro a minha filosofia. Se Aveirenses a aproveitarem e seguirem, eu regressar e tudo progredirá. Se Aveirenses continuarem indiferentes, dizendo **mala** uns dos outros, e divididos, então nunca mais vir Aveiro. Vou partir. Adeus, amigo ZÉ! Adeus, Amigo Tainha! Sigam minha filosofia!

Os populares juntam-se. Dispõem-se aos lados do palco. Sob o pano do fundo e aparece a fachada da estação da C.P. Todos acenam com lenços. Cantam:

MENINAS — Na hora da despedida
os corações levantemos!

RAPAZES — Sim, levantemos!

MENINAS — Pela nossa própria vida
trabalhar aqui juremos!

RAPAZES — Sim, juremos!

MENINAS — Pangloss vai-se embora;
não o havemos de esquecer!

RAPAZES — De esquecer!

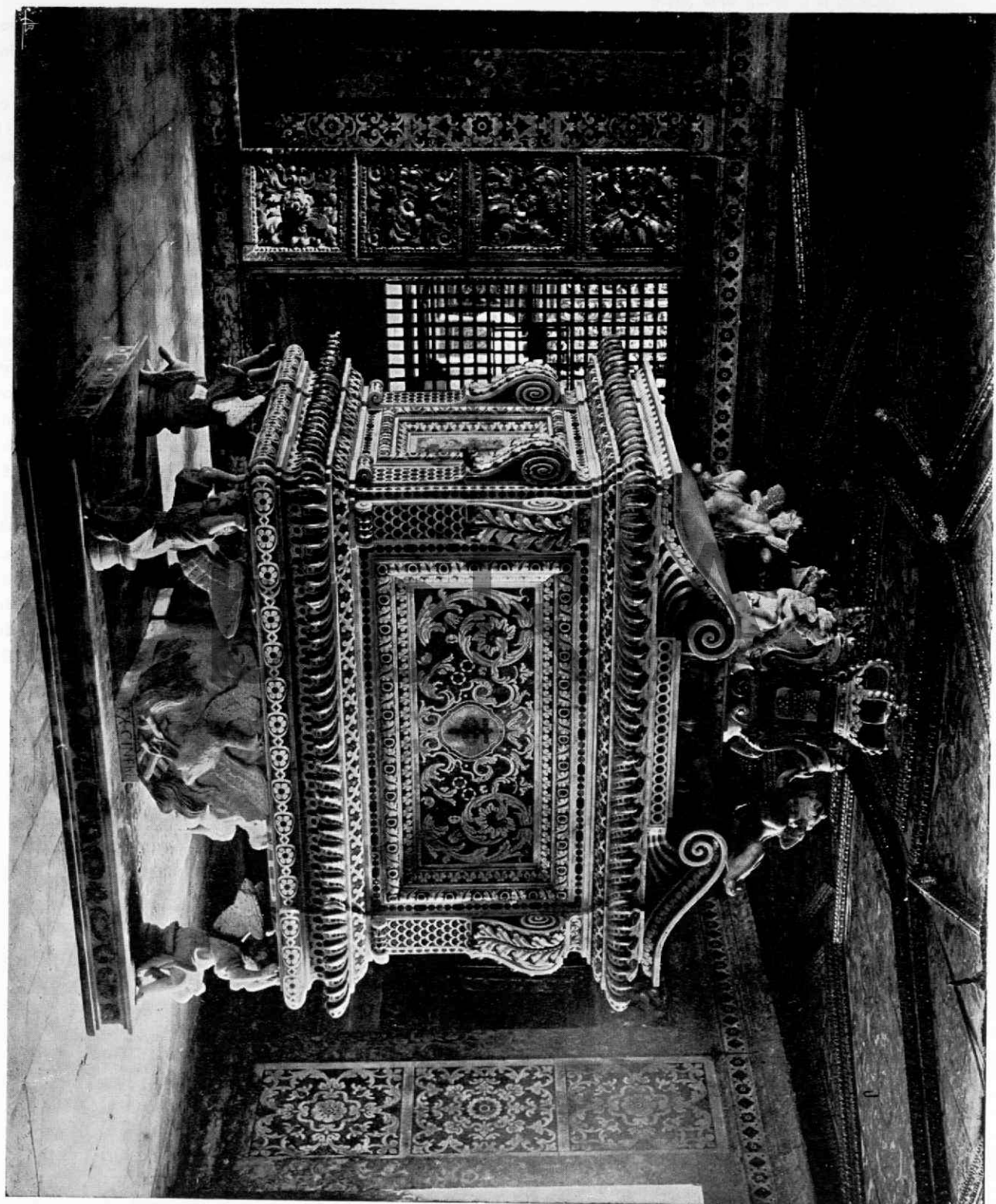
MENINAS — Não esqueceremos, não Senhora,
porque não queremos morrer!

RAPAZES — Não morrer!

TODOS — Sua sã filosofia
nervos dá e alegria!
Viva, viva Pangloss,
para que Aveiro remoce!
Viva o nosso redentor,
que nos dê vida e calor! } bis

Terminado o canto, ouve-se o chefe da estação dar o sinal da partida do comboio.

(Cai o pano)



TUMULO DA PRINCESA SANTA JOANA — Preciosidade de arte que se encontra no Museu de Aveiro

Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira

Capelas — Oratórios — Alminhas — Cruzeiros — Vias Sacras — Passos — Outros Padrões

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras—Secção de
Ciências Histórico-Geográficas—pela Universidade de Coimbra

LUGAR DE JUSTAS

H

CAPELA DE TODOS OS SANTOS

1

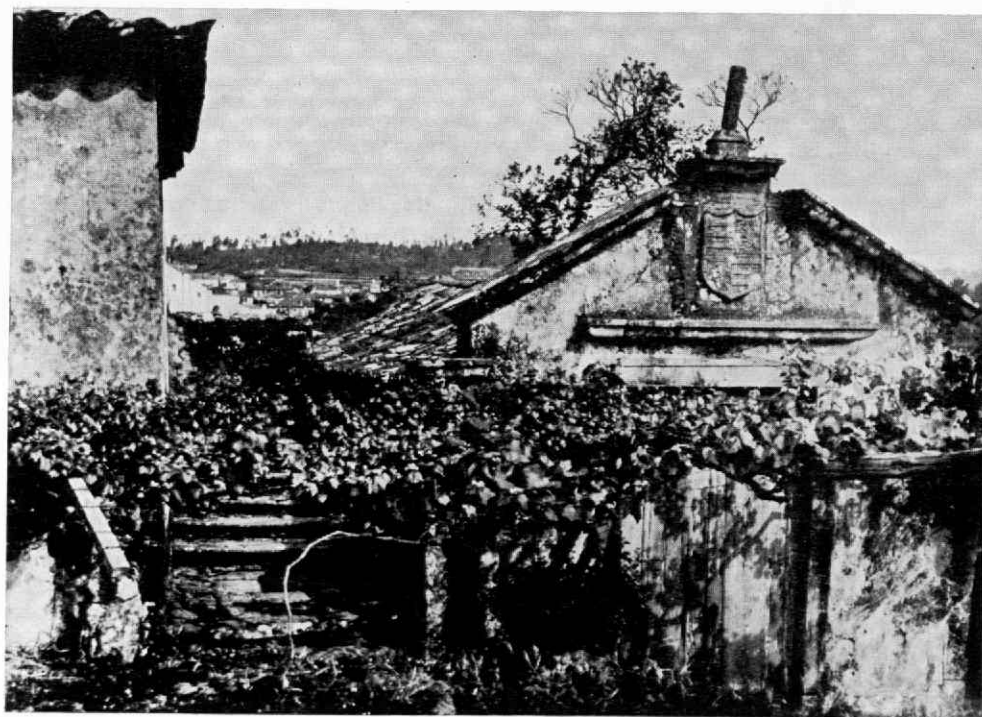
Descrição

Para nascente do terreno onde está implantado o edifício que serviu de cadeia comarcã, há um pequeno caminho que liga a rua do Dr. Santos Carneiro com o lado nascente do cemitério local.

A faceá-lo pelo poente e a pouca distância desta rua existem os restos desta velha capela, que foi convertida em habitação de caseiros e presentemente, serve de arrecadação de produtos agrícolas.

O seu passado está atestado na frontaria.

O portal de entrada está trabalhado ao sabor da cantaria das janelas da casa do capelão, sobre a sacristia da capela de Nossa Senhora da Encarnação, junto ao castelo, reconstruída pela condessa da Feira, D. Joana Forjaz Pereira de Meneses, em 1656 e da janela que se abre na torre sul da igreja matriz, ainda em construção no meado do século XVIII, o que tudo



Capela de Todos os Santos, em Justas

corresponde a um período compreendido entre os meados do século XVII e os meados do século XVIII e convém considerar no estudo da história desta capela e casa de Justas.

O mesmo pormenor foi aproveitado para a cantaria das janelas do edifício do tribunal, quando há anos foram reconstruídas as suas paredes.

Esta capela está encimada por uma cruz, hoje partida, sobre um plinto, na convergência de dois panos de cantaria que descem até às suas paredes laterais.

Sobre aquele portal de entrada está aplicada uma pedra de armas, onde estão representadas, no primeiro e quatro quartéis, as dos Leitões e, no segundo e terceiro, as dos Coelho, motivos de muito interesse para este estudo.

Esta pedra de armas é simples e não tem elmo, nem timbre, terminando, em cima, em ponta formada por duas curvas reentrantes.

Para sul, desenvolve-se a casa, formada de rés-do-chão e primeiro piso, este servido por um portal que deita para uma velha escadaria que a separa da capela.

Está arruinada mas ainda tem sinais da sua antiguidade, como sejam este portal, duas janelas com varandas (hoje transformadas em simples janelas) voltadas para nascente e uma outra voltada para sul, (pre-



Capela de Todos os Santos e casa, em Justas

judicada pelo seu estreitamento), todas do mesmo estilo e trabalhadas como aquele portal de entrada da capela.

Ainda se encontram velhos degraus muito consumidos e um portal a sul que parece ter pertencido ao pátio ou a dependências exteriores da casa, além de outras pedras aparelhadas.

A casa destina-se a habitação e serve terrenos destinados à agricultura, cultivados pelos caseiros que lá vivem.

As fotografias que se publicam dão maior clareza à narração.

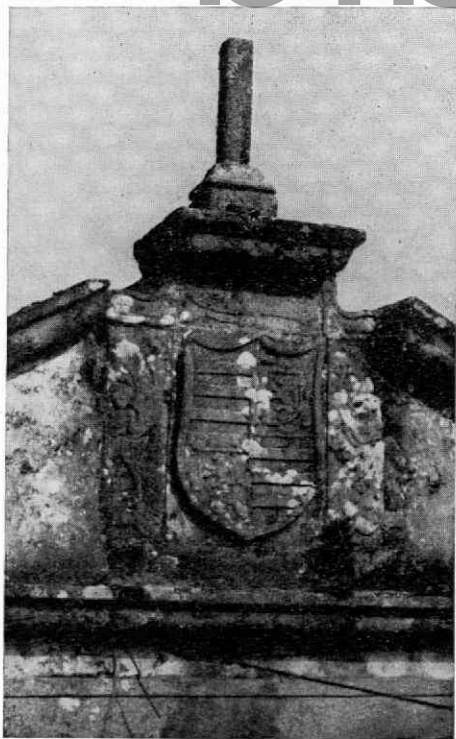
Na parte traseira da capela (para poente) há uma escada para o exterior, que me parece ser relativamente moderna (posterior à profanação da capela), pois o interior da parede, onde está aberta, devia ter sido ocupado pelo altar.

2

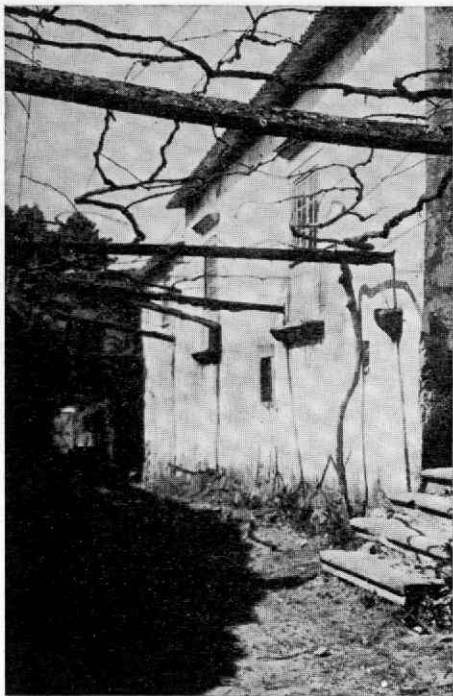
História

Como geralmente sucede, em casos similares, a história desta capela está intimamente ligada à da casa de que faz parte e à da família a que pertencia.

Os conhecimentos que temos dela são escassos, fragmentados e sem a necessária continuidade, pelo que tenho que me socorrer de pequenas notícias, de factos



Capela de Todos os Santos, em Justas
O Brason



Casa de Justas — Frente nascente

ligados à vida dos seus diversos proprietários e outros elementos de diversa ordem, como quem está a recolher cacos de uma peça dismantelada, que se procura reconstituir.

Para isso, passo a destacar pessoas e acontecimentos que interessam a este trabalho, integrado-os, o mais aproximadamente possível, nas épocas a que, respectivamente, respeitem, para depois tirar conclusões que, quando se não possam fundamentar em juízo de certeza, ao menos o possam ser no de uma aproximação e verosimilhança aceitáveis, o que será oferecido à consideração do leitor.

Para o descritivo da linha de sucessão tomo, como ponto de partida, **Gaspar Leitão Coelho (pai)**, filho de Feliciano Coelho Campos e de seu marido João Soares Leitão, por aquele ser o primeiro da família que, em si, reuniu o ramo dos «Coelhos» ao dos «Leitões», cujas armas ornaram o brasão da capela.

Casou, pela primeira vez, com Cecília Pinto de Melo, filha de Pedro Melo Soares, o do púcaro e de sua mulher Briolanja Pereira e, pela segunda vez, em 1586, com Eva Machado, filha de Sebastião Lopes e de Joana Fogaça, conforme data referida pelo Dr. Vaz Ferreira no seu estudo sobre a Feira, ainda inédito, existente na Biblioteca Municipal da Feira.

Por morte deste Sebastião Lopes, em 1590, partilharam-se os seus bens e a viúva doou, à filha Eva e ao genro Gaspar Leitão Coelho (pai), a sua parte nas propriedades em Gaiate e Cesar:

«Casou 2.^a vez com Eva Machado f.^a de Sebastião Lopes Pacheco, com a qual lhe derão em dote a q.^{ta} de Cesar e Gaiate a qual lhe deixou seu sogro pelo t.^o do ano de 1590 com certos encargos e por esta m.^{er} forão seus descendentes Sr.^{es} de Gayate» (Felg. Gaio — cit. ob. tomo XI, pág. 195).

Sobre este Gaspar Leitão Coelho e sua família falou o Dr. Vaz Ferreira não só naquele seu estudo, mas ainda em outros que intitulou «O Marquês de Pombal oriundo da Feira» e «Brasão de Justas, D. Inez de Castro e Calendário Romano», publicados no «Arq. Dist. de Aveiro», respectivamente no vol. XI — pág. 174 e vol. XIII — pág. 114.

Convém esclarecer que, em seu dizer, estes trabalhos, em parte, fundamentam-se em conhecimentos



Casa de Justas — Frente nascente
Antigas sacaadas



Casa de Justas — Escadas

que colheu em detalhe, por notas manuscritas de ignoto informador, à margem do exemplar do «Theatro Genealógico», arquivado na Biblioteca Municipal da Feira.

Este livro, a que adiante me refiro, foi oferecido ao Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso pelo seu primo Carlos Américo de Aguiar, genro do Dr. José Henriques Pinheiro, a quem parece que ele pertenceu.

O Dr. Vaz Ferreira ainda informa que quase todos os exemplares existentes deste livro «se encontram anotados e acrescidos com indicações por vezes muito interessantes».

O que posso não tem qualquer anotação.

Seria conveniente comparar as anotações dos diversos exemplares a fim de se poder alcançar elementos que nos pudessem ajudar na averiguação da veracidade dos seus dizeres e da autenticidade das fontes de onde emanam.

Até lá temos que as olhar com a devida reserva, sempre sujeitas à confirmação por meio de texto ou notícia que, por sua natureza, mereçam confiança.

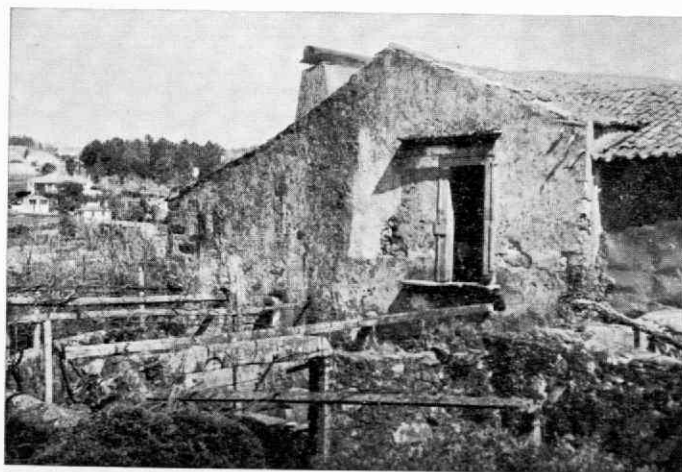
O Dr. Vaz Ferreira, no citado «Arquivo», no artigo «O Marquês de Pombal oriundo da Feira», diz a pág. 174 e 175: «A D. Cecília morreu deixando o viúvo e filho, ambos Gaspar Leitão Coelho, a viverem em Arrifana, freguesia do concelho da Feira, à borda da estrada de Lisboa ao Porto e confinante com S. João da Madeira».

No dizer de Felg. Gaio, cit. ob. tomo IX — pág. 126, este Gaspar Leitão Coelho (pai) era «senhor de Cesar e Gaiate e pessoa de respeito na terra da Feira, acrescentando no tomo XI — pág. 194: «...pelos anos de 1551 e vivia como Fidalgo segundo se mostrou na causa de Monte Alvão que seus descendentes correram com Gonçalo Cristóvão, Sr. da Casa de Sergude, e naquela vila teve um of.º de T.º de Notas q naquele tempo exercião pessoas de qualidade...»

Segundo o Dr. Vaz Ferreira, como adiante me refiro, ele faleceu em 1598.

Foi «enqueredor», contador e escrivão na comarca da Feira.

Para melhor entendimento, publico uma carta genealógica desta família, de onde facilmente se poderão conhecer as relações de parentesco entre as várias pessoas referidas neste estudo, dispensando-me, assim, de fazer referência especial a todos os seus membros.



Casa de Justas — Frente sul
Antiga varanda e portal do pátio

Destacarei, contudo, alguns deles pelo interesse que isso merece.

A autenticidade de alguns desta genealogia está contrariada na «História Genealógica Portuguesa» — Livro 3.º — n.º 22, pág. 10.

A que coligimos neste trabalho merece-nos plena preferência.

*
* *

Quanto aos ascendentes de Gaspar Leitão Coelho (pai), posso esclarecer o que passo a expôr.

Seu pai — **João Gomes Leitão**, foi escrivão da Câmara Municipal de Pinhel, como refere Felg. Gaio, na cit. ob. — tomo XVII — pág. 41 — e sua mãe — Feliciano Coelho Campos — descendia, em linha recta e varonil, de Pedro Coelho, um dos assassinos de Inez de Castro, a quem o rei D. Pedro mandou arrancar o coração pelas costas.

João e Feliciano ainda viviam em 1586 (Arq. Dist. Aveiro — vol. XVI — pág. 211).

Estes tiveram, como filho mais velho, o Dr. Lourenço Coelho Leitão — Desembargador da Relação do Porto (Felg. Gaio — cit. obra — tomo XI — pág. 182).

Pedro Coelho casou com Aldonça Vasques, filha de Vasco Pereira e de Inez Lourenço da Cunha, ele filho de D. Gonçalo Pereira e de Urraca Vasques que, além daquele Vasco, tiveram outro de igual nome, que foi o pai de D. Álvaro Pereira que, por sua vez, foi pai de D. Nuno Álvares Pereira.

Assim, o Vasco — pai de D. Aldonça — era irmão do célebre Gonçalo Pereira, que começou a sua vida pública como prior desta freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, em 1296, sendo, depois, deão da Sé do Porto, bispo eleito de Évora, bispo de Lisboa (em 21 de Agosto de 1322) e arcebispo de Braga.

Morreu a 3 de Março de 1358.

Em 1336 participou na derrota do exército castelhano de D. Fernando Rui de Castro, quando invadiu Portugal, tomou parte na batalha do Salado em 30 de Outubro de 1340 e foi mediano nas pazes feitas entre D. Afonso IV e seu filho D. Pedro I.

Pedro de Melo Soares (pai da primeira mulher de Gaspar Leitão Coelho — pai —, de nome Cecília Pinto de Melo) passou à história com a alcunha de «o do púcaro»: foi Alcaide-Mor de Pinhel, Comendador-Mor de Aviz e instituidor do morgado de S. Paulo e criado de D. João II (Crónica de D. João II — Garcia de Resende — Cap. 86, fls. 58).

O Dr. Vaz Ferreira diz-nos no citado estudo — «Brasão de Justas...» (Arq. vol. XIII — pág. 114), o que o visconde Júlio Castilho refere na sua «Lisboa antiga», tomo III da 2.ª parte, pág. 20, quanto a este Soares:

«Como se sabe, serviam à mesa dos monarcas os primeiros senhores da corte. Estava uma vez de serviço Pedro de Melo (filho do 7.º senhor de Melo, Martim Afonso de Melo e de Brites de Sousa). Quando atravessava a sala desequilibra-se, talvez por dar nalgum tapete, inclina a salva e deixa cair ao chão, fazendo-lhe em estilhas, o malfadado púcaro que el-rei pedira e esperava. Riso geral nos circunstantes: confusão indizível no acabrunhado servidor. Então el-rei (alma grande! nas pequenas coisas é que elas se mostram!) franzindo o sobrolho, com um franzir que ele sabia, que era de fazer estremecer as carnes, exclamou firme e severo com seu modo vagaroso e no tom nasalado que lhe atribui Resende: — A que vem tanto riso? Caiu sim, o púcaro da mão de Pedro de Melo, mas isso que mostra? Nunca lhe caiu do punho a sua valente espada: essa não.

Basta às vezes um dito assim para ressuscitar um morto. Daí avante, ficou ao Melo a invejável alcunha de «o do púcaro» e por ela é conhecido».

Este Pedro Melo Soares foi casado com Briolanja Pereira.

O padre frei João da M.^a de Deus, diz que sua mulher se chamava Briolanja Andorinho, filha de Fernão Pinto, da quinta de Real e de sua mulher Brites Lopes Andorinho. Felg. Gaio, na cit. ob. — tomo XVIII, pág. 152, § 29, n.º 11, remete para t.º de Pintos § 44, mas entende que a filiação mais certa, não é esta mas a que refiro na carta genealógica da «Família Leitão-Coelho».

*
* *

Quanto à descendência do Gaspar Leitão Coelho (pai).

Do seu casamento com Eva Machado não teve filhos, mas de sua primeira mulher Cecília teve, pelo menos dois: um de igual nome que casou com Joana de Mesquita e outro — António Soares Coelho, casado com Brites Viveiros da Costa.

A este Gaspar Leitão Coelho (filho), licenciado em Direito que veio a ser desembargador, o pai Gaspar e sua segunda mulher Eva, deixaram, em «testamento eadem carta» ou de «mão comum», aqueles bens de Gaiate e Cesar, com encargo de missas por alma de ambos na igreja de Arrifana.

Casou com Joana de Mesquita, filha de Sebastião Sucena de Azevedo e de Jerónima de Mesquita.

O Dr. Vaz Ferreira, no seu mencionado artigo «O Marquês de Pombal oriundo da Feira» diz que este Gaspar, depois de casar «passa a residir na Casa de Justas, onde lhes nasceu uma filha D. Luísa».

Não sei onde encontrou esta notícia: por certo foi nas anotações ao citado livro «Theatro Genealógico».

Com respeito a este Gaspar Coelho diz, ainda, em «Brasão de Justas...»:

«Dele só averigui ter sido um dos signatários do acordão de 23 de agosto de 1607, absolvendo uma Antónia da Costa de ter dado uma tremenda bofetada num alcaide que lhe levantara as saias, com o pretexto de verificar qualquer infracção das leis reguladoras do luxo dos vestidos. Conta o caso Ribeiro Guimarães no «Sumário de Vária História».

Comenta, em seguida: «Este segundo Gaspar não posso afirmar que nascesse na Casa de Justas: mas é possível que o pai Gaspar lá vivesse no tempo da primeira mulher e antes de ir morar na freguesia de Arrifana».

Aquela D. Luísa — Luísa de Melo — casou com Sebastião de Carvalho, filho de outro Sebastião de Carvalho, que foi desembargador do Paço em 1554 (Felg. Gaio — cit. obra, tomo IX, pág. 126) e de sua mulher D. Maria de Braga de Figueiredo.

Luísa de Melo trouxe ao casal os referidos bens de Gaiate e de Cesar e, deste modo, o marido, desembargador como o pai, passou a intitular-se senhor da «honra de Gaiate» e da «torre de Cesar», trazidas ao casal por cabeça de sua mulher e acrescentasse o Melo nobilitante ao nome do filho de ambos» (Dr. Vaz Ferreira, cit. artigo sobre o Marquês de Pombal).

«Este filho» diz respeito a Sebastião de Carvalho e Melo que teve de sua mulher D. Leonor Maria de Ataíde — Manuel de Carvalho e Ataíde, que casou com Teresa Luísa de Mendonça e foram os pais do primeiro Marquês de Pombal — Sebastião José de Carvalho e Melo.

O Dr. Vaz Ferreira, depois de supor que aquele Sebastião de Carvalho e Melo tinha nascido na Casa de Justas — afirma, ainda, quanto a ele: «O certo é que ele veio à Feira em 1660 inquirir testemunhas no pleito para haver uns morgados na posse dos herdeiros de Martim Teixeira Coelho de Melo, senhor da vila da Teixeira e Sergude...»

Mais adiante diz: «no articulado que li, impresso, dessa questão se alega — que o Suplicado (Sebastião de Carvalho e Melo) se fazia natural da Vila da Feira, onde foram avaliar os bens que ficaram de D. Luísa

de Melo, e que esta naturalidade tinha o suplicado justificado e que nele se fundava» (cit. trabalho inédito).

E acrescenta, insistindo: «A D. Luísa de Melo não há dúvida de que era da Feira e filha do licenciado Gaspar Leitão Coelho, desembargador e de sua mulher D. Joana de Mesquita. Viviam na casa de Justas e aí teria nascido a D. Luísa e até o filho desta, avô do grande marquês».

O Dr. Vaz Ferreira torna-se peremptório no seu referido artigo sobre o «Brasão de Justas» quando afirma: «A filha do desembargador Gaspar, D. Luísa de Melo e o filho desta, Sebastião de Carvalho e Melo é que com certeza viveram ali naquele solar».

O Sebastião de Carvalho e Melo foi o que iniciou o grande pleito, já referido, que se denominou «demanda de Monte Alvão», contra Martim Teixeira Coelho de Melo, senhor da Vila de Teixeira e de Sergude, para se apossar de certos morgados, com o fundamento de lhe pertencerem na qualidade de bisneto do falado Gaspar Leitão Coelho (pai) para o que dava, falsamente, como filho de Gonçalo Pires Coelho, donatário de Felgueiras e de Vieira e de sua mulher D. Violante de Magalhães.

Este pleito teve um curso prolongado, acabando pela improcedência da acção.

O Carvalho e Melo chegou a esmorecer na sua combatividade e vendeu os bens de Gaiate e Cesar ao fidalgo do Covo — António de Magalhães e Meneses, mas seu filho, o referido Manuel de Carvalho e Ataíde, pai do Marquês, redobrou de energia e deu novo e vigoroso impulso ao pleito.

O procedimento dos Carvalhos foi sempre muito censurado, nomeadamente no tocante a este Ataíde que foi acusado de ser o autor do já mencionado livro «Theatro Genealógico» que contém as «árvores de costados das principais famílias do Reino de Portugal, e suas conquistas» com a inscrição de uma falsa autoria atribuída, em fantasia, a «D. Tivisco de Nasao Zarco, y Colona» e de uma não menos falsa referência ao lugar e data da emissão: «Nápoles. Por Novelo de Bonus. Ano MCXII».

Neste livro já se inclui o nome do Marquês.

Felg. Gaio, na cit. obra — tomo IX — pág. 126 e 127, informa: «Alguns quiseram que estes Carvalhos, como eram muito ardilosos antes de moverem aquela cauza de Monte Alvão andaram por casa de alguns genealógicos mostrando alguns instrumentos em pergaminho antigo por eles mesmos fabricados os quais instrumentos os mesmos genealógicos lançaram em seus livros, de que depois se tiraram certidões, e ainda que eles

juraram que o que tinham escrito fora pelos papéis que aqueles lhe tinham mostrado e que nos seus livros antes de se lhe mostrarem aqueles pergaminhos não constava a tal ascendência da casa de Sergude...

Este autor não alinha pelas falsificações atribuídas a uma e outra parte.

Também se opinou que aquele livro do Carvalho e Ataíde teve por fim—com seus erros—iludir e influenciar a justiça quando a causa já estava—quanto à sua tese—a resvalar por um plano muito inclinado.

Este livro foi apreendido em Agosto de 1703 e não em 1713 como, por equívoco, se afirma no volume quinto do «Dicionário Bibliográfico» de Inocêncio Francisco da Silva.

O Dr. Vaz Ferreira, além de dar esta informação no seu aludido estudo ainda inédito, nele comenta quanto ao desfecho do pleito: «Desenvencilhou-se a meada e veio a pôr-se a claro que o Gaspar Leitão Coelho primitivo em vez de entroncar nessa nobre ascendência (de Diogo de Melo Pereira), era um fidalgo provinciano decaído em escrivão de serventia, enqueredor e distribuidor na comarca da Feira e residente em Arrifana. Devia ser da família da Casa de Justas e talvez tivesse lá nascido porque os senhores dela eram Coelhos, sem dúvida alguma e os descendentes do escrivão aí voltaram a residir. Veio o ex-escrivão a morrer em 1598 e só então os bens de Cesar e Gaiate, provenientes da segunda mulher, dele passaram para o filho da sua primeira esposa. Não era possível, portanto, que os bens de Gaiate e Cesar fossem de outro Gaspar diverso e fidalgo nem que o marido da Eva fosse outra pessoa separada do marido da D. Cecília Pinto: porque do pai da Eva passaram os bens—a honra e a torre, para o filho da D. Cecília.

Lá fidalgo era o escrivão de serventia por porvir da família de Justas e mesmo por ser corrente nesses tempos darem-se os ofícios de Justiça aos filhos segundos de casas nobres e aos fidalgos decaídos de fortuna...

Depois de referir que o Manuel de Carvalho e Ataíde se fez linhagista e escritor «para sustentação do seu inventado direito», esclarece que o Marquês seu neto, «usando o apelido Melo do bisavô feirense ainda por largo tempo continuou os recursos contra os Coelhos de Melo...

Informa ainda: «Res a crónica verbal cá da terra que o Manuel de Carvalho de Ataíde esteve **hospedado** (o sublinhado é meu) na Casa de Justas quando veio assistir a uma inquirição de testemunhas na sua demanda».

Voltando, agora, ao outro ramo que proveio de Gaspar Leitão Coelho: o do outro seu filho.

António Soares Coelho.

Casou com Brites Viveiros da Costa e «justificou na Vila da Feira sendo juiz Pedro Borges, ser irmão de Diogo de Melo (Felg. Gaio—cit. obra—tomo XI—pág. 195)», o que faz crer, com visos de verdade, a sua residência nesta vila.

Daquele casamento nasceu **Estêvão Leitão Coelho**, que foi tabelião na Vila da Feira e casou com Inez Godinho de Andrade Freire.

Conheço escrituras em que ele interveio como tabelião desde 1608 a 1632 (cit. tombo de Huete Bacelar fls. 522, 490 e 523 v.): em 26 de Março deste último ano lavrou a escritura de compra que a «Santa Casa da Misericórdia» fez a Pedro Lopes, (arquivo desta Santa Casa).

Foi um dos ascendentes de Bernardo Moreira de Vasconcelos, senhor e proprietário da «Casa da Praça» que esteve implantada imediatamente para norte do edifício dos Paços do concelho (meu citado estudo—«Quatro Séculos de História...» —, publicado em «Aveiro e o seu Distrito» e divulgado em separata—pág. 295 e árvore genealógica n.º 1).

Estêvão Coelho é referido por Felg. Gaio na sua mencionada obra—tomo XI, pág. 195 e tomo XXI, pág. 56).

Naquele tombo XI esclarece que «Domingos Soares f.º de Lopo Soares—n.º 5—, casou com D. Maria Andre f.ª de Estêvão Leitão Coelho da Feira e D. Ignez Godinho».

D'aqui se vê que ele viveu na Feira.

Não é de admitir que fosse proprietário daquela «Casa da Praça», pois ela veio ao Bernardo pela linha de seu pai—Diogo Moreira de Vasconcelos—e não de sua mãe Inez Andrade de Vasconcelos, que era a descendente do Estêvão.

A sua residência na Vila da Feira deve estar ligada à de proprietário da casa de Justas.

Do casamento de Estêvão Coelho com esta Inez Godinho de Andrade Freire nasceu **Feliciano Leitão Coelho**.

Dele diz o cit. Gaio, no seu referido trabalho—tomo XI—pág. 195: «§ 45 ... 27. Feliciano Leitão Coelho f.º de Estêvão Leitão Coelho—n.º 26—viveu na **qt.ª de Justas no tr.º da Feira** (o sublinhado é meu) casou com D. M.ª Coutinho de Almeida f.ª de Bartolomeu Pinto Gramacho e sua m.ª Franc.ª de Almeida».

É bem manifesta a afirmação da propriedade da Casa de Justas na mão de Feliciano Coelho.

Este, em 20 de Janeiro de 1707, assinou a entrega dum traslado da escritura de 17 de Dezembro de 1566 que titulou o contrato feito entre os fregueses de S. Nicolau da Feira e os religiosos do convento dos Loios, da congregação do Espírito Santo, desta vila, para a transferência da sede da freguesia da antiga igreja, no lugar da Misericórdia, para a do mesmo convento.

Feliciano e Maria Coutinho tiveram uma filha — **Ana Maria de Viveiros** que teve, do último conde — donatário da Feira — D. Fernando Forjaz Pereira, falecido em 1700, os seguintes filhos:

- a) D. Fernando Forjaz Pereira.
- b) Joaquina Maria de Meneses, casada com Jorge Cabedo de Vasconcelos e Cunha.
- c) Maria de Gusmão, casada com António Barreto de Meneses.
- d) Joana e Mécia, ambas freiras em Arouca.

Ana Maria de Viveiros também era conhecida por Ana Vicência Freire (Felg. Gaio — cit. ob. — Tomo XXII — § 2.º — n.º 24, pág. 174).

Nas «Habilitações do Santo Ofício no Distrito de Aveiro», da autoria do Dr. Jorge Hugo Pires de Lima (cit. Arq. Dist. — Aveiro — vol. XXV, pág. 78) a propósito de António Barreto de Meneses, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, diz-se: «ajustado para cazar com D. Maria de Gusmão de Meneses, nascida na Quinta de Justas, freg. de S. Nicolau da Vila da Feira, educanda no Mosteiro de Santa Maria de Celas, filha natural do 8.º Conde da Feira, D. Fernando Maria Forjaz de Meneses Pimentel e de D. Ana Maria Viveiros Freire... e (neta) materna de Feliciano Leitão Coelho e de D. Maria Coutinho, naturais e moradores na Quinta de Justas (1699 — Foram aprovadas estas diligências, mas não consta a data da concessão da Carta de Familiar — António m. 37 n.º 902)».

Desconhece-se a que filho de Ana Maria de Viveiros ficou a pertencer a Casa de Justas se, porventura, não foi alienada por esta.

Feliciano Leitão Coelho e sua dita mulher tiveram, ainda, outro filho — Sebastião Leitão Coelho que ainda vivia em 1717, casado com D. Teresa..., referido no Arq. Dist. Aveiro (vol. XVII — pág. 54), por ter sido demandado, por rendas em dívida, pelo reitor do convento da Feira — Manoel dos Anjos (1715-17 e 1722).

Como já afirmei, o referido Gaspar Leitão Coelho foi senhor de propriedades em Gaiate e Cesar, formando um grande e honroso património, sendo de admitir que tivesse sido senhor da casa de Justas, onde, possivelmente, viveu, o que é de crer, tendo em consideração o exercício da sua profissão nesta vila — «enqueredor, contador e escrivão na Comarca da Feira».

Por sua vez, sabemos que ele deixou dois filhos.

Um, de igual nome — Gaspar Leitão Coelho, a quem coube, em sucessão, o referido património de Gaiate e Cesar que, assim, seguiu a linha deste, até que foi alienada por seu neto Sebastião de Carvalho e Melo.

Outro, de nome António Soares Coelho, que teve como descendentes sucessivos — Estêvão Leitão Coelho, Feliciano Leitão Coelho e Ana Maria Viveiros, todos residentes na Feira, estando bem esclarecido que esta e seu pai Feliciano viveram na quinta de Justas.

Também sabemos, de certeza, quanto à filha de Ana Maria Viveiros, de nome Maria de Gusmão, que nasceu na quinta de Justas, como consta da «Carta de Familiar» do que foi seu marido, António Barreto de Meneses — cujas diligências para a sua concessão tiveram lugar em 1699.

Tudo isto me leva a crer que, do mesmo modo como a casa de Gaiate e Cesar seguiu a linha de Gaspar Leitão Coelho (filho), a de Justas seguiu a de seu irmão António Soares Coelho.

Contraria este raciocínio o facto alegado pelo Dr. Vaz Ferreira de aquele Gaspar (filho) ter vivido na casa de Justas e aí terem nascido a filha D. Luísa e o seu filho Sebastião Carvalho de Melo.

Estas afirmações não criam dificuldades porque não assentam em qualquer facto averiguado.

Como já disse, não sei onde ele se fundamenta para dar como certo o nascimento de Luísa de Melo na Casa de Justas e outrotanto quanto ao nascimento aí do Sebastião Carvalho de Melo.

Por isso, não posso fundamentar qualquer contestação, mas também não me vejo obrigado a aceitar a tese enquanto não me for possível apreciar a verdade da sua fonte.

Admitindo, porém, que seja verdade, assim como a vivência na mesma casa, várias hipóteses se podem dar, que a terem-se verificado não tiram mérito à minha tese: terem, aquelas ocorrências, tido lugar ainda em vida do Gaspar (pai), o que não é provável, ou enquanto

a herança, por morte deste, ainda se encontrava indivisa.

O que é certo é que o próprio Dr. Vaz Ferreira, no seu aludido trabalho inédito diz «na Casa de Justas continuou a família representada por António Soares Coelho, irmão do licenciado e desembargador Gaspar Leitão Coelho e filho, como já disse, do escrivão de serventia e de Cecília Pinto».

*
* *

De todo o exposto convenço-me de que a casa de Justas já devia pertencer à família em vida do Gaspar Leitão Coelho (pai) que «vivía na terra da Feira, pelos anos de 1551, como Fidalgo» (Gaio, cit. obra — tomo XI — pág. 194) e faleceu em 1598 reunindo, em si, os ramos de Leitões e de Coelhos.

Daqui é de concluir que a capela não foi erecta antes desta união de famílias, pelo que nos diz o brasão, embora seja de admitir que este fosse apostado na capela depois de ela construída.

Outro elemento que nos pode elucidar sobre a idade da capela é o já falado ornamento, de pedra lavrada, do seu portal de entrada e nas três sacadas (hoje convertidas em janelas) e portal da casa de habitação que, como já referi, é do mesmo gosto e forma das da casa do capelão junto à capela do Castelo e da janela da torre (lado sul) da igreja matriz, do antigo convento dos Loios, da congregação do Espírito Santo, desta vila, torre que, como também já disse, ainda estava em construção no meado do século XVIII (cit. ob. do p.^o Jorge de S. Paulo, fls. 290 v.).

É natural que os referidos ornatos da casa e capela de Justas se tivessem inspirado em qualquer destes que acabo de mencionar e, presumivelmente, nos da casa do capelão.

Como a capela do Castelo foi reconstruída em 1656 temos em jogo duas datas correspondentes aos meados do século XVII e aos do século XVIII, mas não devemos esquecer que a construção da torre deve ter decorrido por longos anos e que a citada janela está na sua parte inferior.

Do «Catálogo dos Bispos do Porto» — de D. Rodrigo da Cunha, de 1623, não consta, na relação das ermidas desta vila, a de «Todos os Santos».

Não é para estranhar que na edição de 1742, que se lhe seguiu, adicionada por António Cerqueira Pinto, ainda ela não seja referida pois, como já disse, nesta edição a segunda parte (de onde consta aquela relação) não recebeu novas adições, por este Cerqueira

Pinto, como afirmou no prólogo, reserva-las para «tomo à parte».

Ajuda-nos, para o fim desejado, o facto de no «Episcopologio» de Pereira de Novais, concluído em 1690, se não incluir, entre as ermidas da vila da Feira, a de «Todos os Santos» e o de o padre Francisco de Santa Maria, no seu já falado «O Céu Aberto na Terra» (L. II, Cap. XLI — pág. 533-537), de 1697, já a incluir entre as mesmas ermidas: «a quarta é a de todos os Santos»

Podemos, assim, situar a construção da capela entre 1690 e 1697 e, dada a semelhança dos referidos ornatos de pedra que se verificam entre esta e a casa, também se pode admitir que a casa tivesse sido reconstruída ou recebido grandes modificações nesta data.

Isto é, tudo se deve ter passado no tempo da Ana Maria de Viveiros, hipótese que se ajusta às suposições atrás apontadas e justifica a aposição da referida pedra de armas, o que deveria ser muito grato aos sentimentos de nobreza do conde D. Fernando que talvez tivesse suportado, em grande parte, se não na totalidade, o custo das obras.

É este o nosso conhecimento até ao fim do século XVII.

BIBLIOTHECA

Vejamos, agora, o que consegui apurar desde então até hoje, que possa interessar à história desta casa e capela.

Dois autores a ela se referem:

a) O padre António Carvalho da Costa, na «Corografia Portuguesa», 1707 (Vol. II, pág. 107), onde afirma existir, entre as ermidas que enuncia: «e outra de todos os Santos»;

b) O vigário Quintela, já várias vezes citado, em 1758, nas «respostas ao questionário para a formação do «Dicionário Geográfico», onde diz, referindo-se às capelas da vila: «A quarta é de todos os Santos sita no lugar de Justas, foi vínculo que finalizou e hoje pertence, por comprar o dito vínculo, a Dionísio Ferreira, desta freguesia».

Este deve ser o tabelião da Feira — Dionísio Ferreira da Silva.

Em 28 de Setembro de 1738 deu posse, a António José Saraiva Castelo Branco, da quinta das Ribas, no lugar do Castelo e de outras fazendas desta Vila da Feira.

Entre outras escrituras lavrou uma em 24 de Fevereiro e outra em 4 de Junho de 1739 (cit. tombo de Huete Bacelar — fls. 82 e 231 v.).

Do já citado tombo da «Casa e Estado do Infanzado» tomados conhecimento da residência do Dionísio Ferreira da Silva em Justas e mesmo do seu direito de propriedade sobre a quinta:

a) A fls. 41 v., referido a 23 de Julho de 1753, no auto de medição de quinta do Castelo;

b) A fls. 630, com data de 2 de Novembro de 1754 consta o «Reconhecimento do portado de uma galinha sem ovos que fez Dionísio Ferreira da Silva e sua mulher, moradores na sua quinta de Justas (o sublinhado é meu);

b) em 15 de Dezembro de 1755 assina, como testemunha, no reconhecimento feito por Aires José Leitão de Andrade da obrigação de pagamento por possuir propriedade em terras de Senhorinha Anes, em Fijô; é dado como «de Justas».

Ficamos, assim, a saber que já em 1753 ele era senhor da casa de Justas.

Do já citado livro de visitas à Igreja de S. Nicolau da Feira, do convento dos Lóios, consta:

a) **23 de Junho de 1754:** «Mandamos que o Administrador da Capela de todos os Santos no tempo de seis meses para reformar o tecto da dita Capela que está ameaçando ruína o qual mandara engessar e revocar, e cair as paredes, e mandara fazer uma vestimenta branca com sebartes vermelhos, dourar a copa do calix pela p.^{te} de dentro e também a patena e encaixar no altar a pedra de Ara, e se assim o não fizer o R.^{do} Parocho debaixo da pena de suspensão passado o dito termo por sequestro nos bens hipotecados e pertencentes a fabrica dela»;

b) **24 de Junho 1762** — «A capela de Todos os Santos fique suspensa ate que se reforme decentemente o que se fara no termo de dous meses passados os quais o Rev.^{do} Paroco fara sequestro nos bens aonde esta a Capela e nela, anexos que remetera a Juizo com a relação do que lhe e m.^o, e todas as mais obras se farão no mesmo termo de tres mezes dando o Rev.^{do} Paroco parte a quem respeitarem do que passara p.^a Juizo Certidão e ele mesmo podera proceder contra quem lhes impedir alguma acção paroquial e propria do seu officio nas mesmas Capelas com a multa de cem reis».

São estas as notícias que tenho referentes ao século XVIII.

Estou convencido de que, quando a capela foi construída ou pouco tempo depois, foi instituído nela um vínculo, possivelmente pela Ana Maria de Viveiros,

ou algum dos seus descendentes que, porventura, tivesse ficado herdeiro da casa e da capela.

Tomando em consideração o que nos diz o vigário Quintela e sabendo-se que o Dionísio Ferreira já era proprietário da quinta de Justas em 1753, concluo que o vínculo se extinguiu neste ano ou anteriormente por falta de quem lhe podesse suceder legalmente.

Dos dizeres daquela Visitação de 1754 destaca-se o estado ruinoso em que se encontrava o tecto da capela e o desgaste dos seus ornamentos, o que justifica, pelo tempo decorrido, que ela tivesse sido construída há mais de meio século e faz supor a falta de uso, talvez por ausência dos seus donos, o que deve ter motivado a venda.

Em 1762 ainda a capela se mantinha em péssimas condições de conservação pois nesse ano ficou suspensa, «ate que se reforme decentemente».

Isto denota que, passados 8 anos sobre aquela anterior visita, a capela ainda não tinha recebido os necessários reparos.

O padre Quintela, ao mencionar — em 1758 — a extinção do vínculo, parece que quis referir-se a ocorrência que, então se afigurava relativamente recente, outrotanto sucedendo quanto à venda ao Dionísio Ferreira.

Este facto deve estar intimamente relacionado com aquele, pois os administradores dum vínculo não podiam vender os bens a ele sujeitos enquanto ele subsistisse, o que pode explicar a indiferença com que encaravam o estado ruinoso da capela e, porventura, da casa.

Não lhes interessava fazer obras e não podiam livrar-se do encargo da administração; uma vez vencido este obstáculo estava aberto o caminho para a venda desfazendo-se, assim, de um património que não lhes convinha possuir, dada a sua residência fora desta vila e a dificuldade de administração.

Tomo, agora, como ponto de partida, 1758, sabendo que a capela, então, pertencia aquele Dionísio Ferreira.

*
* *

A primeira notícia que tenho, do século XIX, reporta-se ao testamento de 12 de Janeiro de 1849, com que faleceu a senhora da casa de Justas, D. Brízida Barbosa de Magalhães, pelo qual legou, aos seus sobrinhos, filhos de sua irmã D. Maria Ana de Magalhães e a seu marido, da casa de Paçô, em S. João de Vêr, 400 000 réis

e a sua sobrinha D. Brízida Benedita Augusta de Magalhães 6000 cruzados e a propriedade dos Gavinhos, na Vila da Feira (hoje agregada à quinta de Fijô, dos condes do mesmo nome) e instituiu universal herdeira, do remanescente da sua herança, sua sobrinha D. Emília Eleana de Magalhães, no qual se compreendeu a casa de Justas.

A D. Brízida Benedita ainda vivia em 25 de Julho de 1888, pois o Dr. António de Castro (que veio a ser o primeiro Conde de Fijô), quando fez descrever, nessa data, a sua quinta de Fijô, na Conservatória do registo predial desta comarca, indicou-a como confrontante pelo poente.

Aquela D. Emília Eleana era filha do Dr. José Maria Gomes de Magalhães Souto, da casa do Buraco e de sua mulher Ana Miquelina Gomes de Magalhães Souto, ele filho de João Ferreira Souto e de sua mulher, de quem a D. Emília herdou aquela casa do Buraco, em Couto de Cucujães, por seu pai haver falecido antes de seus avós.

Uma irmã deste Dr. José Maria, de nome D. Maria Ana de Magalhães casou, na casa de Paço, com Romão José da Silva Varela Falcão Soutomaior, ligando-se, assim, às casas de Paço e de Justas.

Na já mencionada matriz provisória de 1854, actualizada até 1859, está registada, como sendo da D. Emília Heleana de Magalhães, uma propriedade formada de casa com sua quinta pegada, sita em Justas, composta de terra de lavradio, devesas, mato e árvores de vinho e fruta (8-3), o que deve corresponder à casa e quinta de Justas.

Em nome de José Joaquim de Oliveira (que era da família dos do Monte, a que pertenceu Alfredo Machado de Oliveira, do Cavaco e Joaquim Pinto de Oliveira, de Sanfins), figura um prédio formado de «uma morada de casas de sobrado com quintal chamado da capela» (número 145): é de crer que este quintal tenha pertencido à antiga casa de Justas.

D. Emília casou-se, a 25 de Outubro de 1824, com Alexandre Luciano Soares de Albergaria, de quem teve três filhos:

a) D. Maria José Soares de Albergaria Tavares, que foi casada com o Dr. José Pessoa da Silva Pinheiro Arnaut, que foram os pais de D. Maria da Assunção Soares de Albergaria Tavares, casada com o Dr. José de Castro Falcão Pinto Guedes Corte Real (conde de Fijô);

b) Dr. Alexandre Soares de Albergaria;

c) Padre João Maria Soares de Albergaria, que foi o senhor da casa com capela, da Velha, como adiante se verá.

Aquele Alexandre Luciano de Albergaria Tavares, que foi senhor da casa de Refojos, em Vale de Cambra, alcançou brasão de armas por carta de 10 de Setembro de 1827.

Nela se diz ser filho de Manoel Bernardo Soares de Albergaria, monteiro mór do concelho de Cambra e senhor daquela casa de Refojos e de sua mulher D. Luísa Clara Soares de Albergaria, neto paterno do capitão-mor Alexandre Bernardo Soares de Albergaria e materno do capitão Manoel Soares Homem e de sua mulher D. Maria Tavares.

Sobre a genealogia desta família ver — «Soares de Albergaria (subsídios para a sua história) por Manuel Soares de Albergaria Paes de Melo — pág. 259.

*
* *

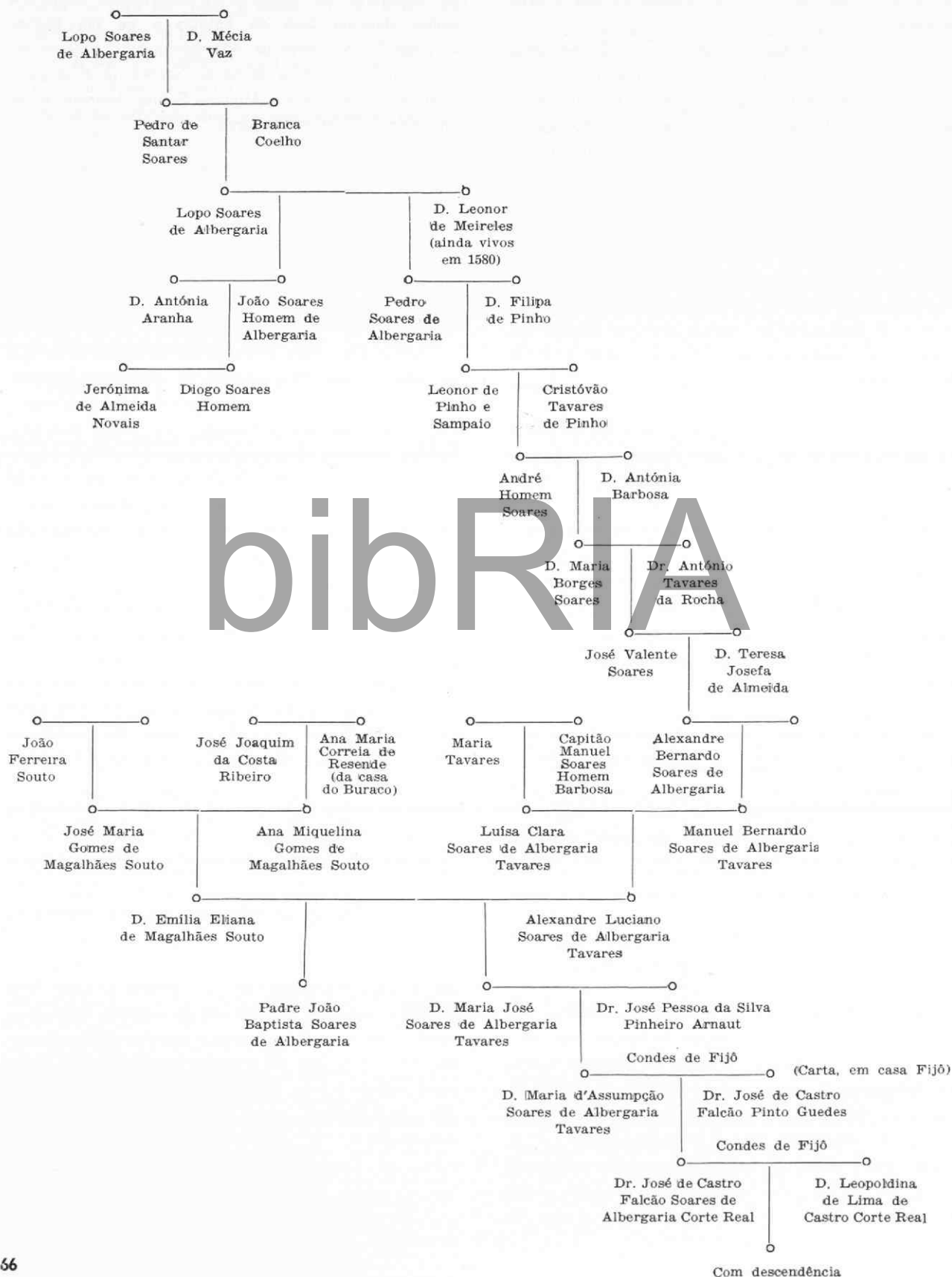
Anoto que, como se vê da árvore genealógica que se junta, o Alexandre Luciano de Albergaria Tavares, era descendente do já falado Lopo Soares de Albergaria e de João Soares Homem, que foram ascendentes dos senhores de uma das casas «da Praça» desta vila e senhores da casa de Tarei, em Travanca, deste concelho. (Ver o meu livro, já citado, «Quatro Séculos de História...» e «ainda a Praça Velha», separatas da revista «Aveiro e o seu distrito».

Ainda quanto a estes João Soares Homem de Albergaria e Pedro Soares de Albergaria, que damos como filhos de Lopo Soares de Albergaria e de sua primeira mulher Leonor de Meireles, assim o confirma o já citado Manuel Soares de Albergaria Paes de Melo, no seu livro «Soares de Albergaria» quando diz a pág. 252, depois de lhes dar esta maternidade: «de quem teve os filhos que aqui lhe damos depois de termos feito um aturado estudo comparativo dos documentos dos arquivos particulares da Casa Soares de Albergaria, de vila do Mato e do nosso próprio arquivo e outros, com o caos genealógico em que nos lançam os diversos genealogistas nos seus nobiliários».

Felg. Gaio, no seu cit. Nob. (tomo XXVII — pág. 110), dá o João Soares Homem de Albergaria, como filho do Lopo Soares de Albergaria e de Branca Coelho e, no mesmo livro e tomo a pág. 113, menciona o Pedro Soares de Albergaria, que foi casado com Felipa de Pinho, como bisneto e não como irmão, daquele João Soares (ver citados livros, onde se desenvolve a respectiva genealogia).

*
* *

CARTA GENEALÓGICA DA FAMÍLIA SOARES DE ALBERGARIA



Do casamento da D. Maria José com o Dr. José Pessoa, nasceram duas filhas:

a) D. Maria Emília Soares de Albergaria Pessoa, que casou com o Dr. Carlos Sacadura Bote Pinto de Mascarenhas Castelo Branco, senhor da casa da Rua Nova, na Lousã;

b) D. Maria da Assumpção Soares de Albergaria Tavares, que casou com o conde de Fijó, Dr. José de Castro Falcão Pinto Guedes Corte Real.

D. Maria José deixou a casa e capela de Justas, em usufruto a esta sua filha D. Maria da Assumpção e, em propriedade, a seu neto mais velho, filho deste conde de Fijó, de nome Dr. José de Castro Falcão Soares de Albergaria Corte Real, que casou com D. Leopoldina de Lemos Teixeira de Lima, já falados na história da casa e capela de S. Bento, em Fijó, desta vila.

Por morte deste Dr. José de Castro ficou a pertencer a seus filhos, aí mencionados, que são hoje seus proprietários.

Por escritura de 31 de Dezembro de 1941, os Condes de Fijó (Dr. José de Castro Falcão Pinto Guedes Corte Real e mulher) venderam, à Câmara Municipal, uma parte da quinta de Justas, a facear com a estrada nacional (rua Dr. José Carneiro) para a construção da cadeia (como de facto aí se construiu) e respectivo logradouro, inscrito na matriz rústica no artigo 1370.

Em 16 de Agosto de 1971, a parte rústica foi registada, na Conservatória do registo predial desta comarca da Feira, a favor daquele Dr. José de Castro Falcão Soares de Albergaria Corte Real como «prédio rústico composto pelos campos da Cerejeira, da Ribeira, Lameiro, Carrapateira, Devesa, Ameia, Matos de Cima da linha férrea, denominado Quinta de Justas, sito no lugar de Justas, freguesia da Feira, a confrontar do nascente com o Dr. José de Castro Falcão Soares de Albergaria Corte Real, do poente com a avenida Dr. Santos Carneiro e caminho, do norte com Cândido Gomes de Lima, Paulo Grau e caminho e do sul com o Dr. Vasco Tavares Pereira de Castro Corte Real» (número 73 495, a folhas 157 v do L. B. 188, com inscrição, na matriz, nos artigos 1244, 1247, 1249 e 1250).

LUGAR DA MISERICÓRDIA

I

ERMIDA DE S. NICOLAU

Havia, no outeiro onde hoje está construída a Igreja da Misericórdia, uma ermida que julgo ter-se chamado de S. Nicolau, pelo que passo a expor.

Por escritura de 17 de Dezembro de 1566, celebrada entre os procuradores dos **fregueses** da freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira e em representação desta — Diogo Tavares e Amador Nunes —, por um lado e os «Reverendos Padres Loios da Congregação de São João Evangelista desta Vila da Feira», por outro lado, foi contratada a transferência da freguesia, da velha igreja que estava naquele outeiro da Misericórdia, para a igreja deste «Mosteiro Novo», onde ainda hoje se encontra, como matriz.

Estipulou-se, entre as suas cláusulas: «que por bem desta escritura ficaria trespassada na dita Igreja nova e Mosteiro e Ordem e Religião todos os encargos que athe qui carregavão sobre os fregueses e carregariam ao diante acerca do Repairo da dita Igreja e todos os outros encargos e vezitações e gastos que os fregueses costumavão a fazer nela como atraz fica declarado sem serem obrigados os ditos fregueses a pôr sera em tempo algum na dita Igreja sem se fintarem pera Couza que pertença a dita sera e lume da dita Igreja como a couza nenhuma que a ela pertença por resão deste contrato os ditos fregueses se obrigavão eles em seus nomes como de todos assim dos presentes como dos vindouros em nome de toda a freguezia de dar ao dito Mosteiro Igreja nova e Religiam sessenta mil reis em dinheiro pagos em três anos os quaes se gastarão no forro e cobertura da dita Igreja nova que ora se faz eles fregueses ordenarão pessoas que tera o dito dinheiro pelos freguezes aos tempos ordenados e o entregarão a ele Reitor e Mosteiro e mais disserão que avião por bem dar e entregar ao dito mosteiro e Religião todo o ouro prata e ornamentos e signos de pedra madeira e telha que hora tem a dita Igreja de S. Nicolao assim e de maneira que pertence aos ditos fregueses para se mudar ao dito Mosteiro novo salvo porem o que pertencer às confrarias que ora estão Instituidas na dita Igreja ou se ao diante instituirem no dito mosteiro pelos fregueses usarão delas como até aqui uzarão e he costume de se uzar **na Igreja Velha ficara huma ermida pequena per resão dos defuntos que ahi estão que o dito Mosteiro sera obrigado a ter sempre reparada de tudo que fôr necessário** (o sublinhado é meu) sem os fregueses em tempo algum serem obrigados a ela por via nenhuma e quanto

às missas ordinárias dos fregueses...»: (existe traslado desta escritura, em avulso, no já mencionado livro das «Visitações» da Igreja de S. Nicolau da Vila da Feira).

O que motivou respeitar-se «a ermida», pelos motivos invocados foi, certamente, por aí estarem sepultados os pais do fundador do convento (D. Diogo Forjaz Pereira—4.º Conde da Feira)—, D. Manuel Pereira (3.º Conde da Feira, falecido em 4 de Outubro de 1552) e sua primeira mulher D. Isabel de Castro (pais daquele conde fundador), cujos restos mortais foram trasladados para a igreja do mesmo convento, quando foi construída a capela-mor, onde jazem do lado do Evangelho.

No já referido «Livro memorial da Fazenda deste Convento (o da Feira)...» do padre mestre Jorge de São Paulo, cujo início deve remontar a 1636-38, anos em que foi reitor do nosso convento, com o título de administrador das obras e foi concluído em 1649, como ele afirma a fls. 41 verso daquele trabalho, diz-se quanto a esta ermida (fls. 34):

«§ 7.º Disseram mais que deixariam uma ermida na igreja velha por respeito dos defuntos que lá estavam e fabricaríamos à nossa custa;

No ano de 1638 a Senhora Condessa D. Maria de Gusmão (viúva do 5.º Conde da Feira—D. João Forjaz Pereira) por sua devoção e por fazer esmola a este convento a mandou reparar e custou alguns dez ou doze mil reis, de modo que os 60\$ que os fregueses deram nos três anos entendo que nem para a fábrica da ermida bastavam quanto mais para ficarem livres e isentos de concorrerem para os encargos da igreja velha. Enfim ainda naquele tempo reinava a bondade do título dos homens bons de Vilar. Tudo isto consta do contrato que está na gaveta 4.ª n.º 8».

«§ 9.º. A ermida acima e § 20 (deve ler-se 7.º) mandou derrubar o licenciado Rui Nogueira vigário geral do Porto por muitos e justos respeitos, estando informado que nela se cometiam graves insultos de pouco serviço de Deus; e se pôs em seu lugar um padrão: esta visita foi no ano de 1581. Depois visitando o bispo D. Marcos a mandou alevantar outra vez: vieram os padres com embargos, mas parece que não pegaram (no verso da folha 34) pois está outra vez alevantada: tudo consta do maço que está na gaveta n.º 6 e 7. Esta ermida esta de novo concertada por mandado da senhora condessa por sua devoção (palavras riscadas, tendo em cima na estrelinha e com diversa letra): «e por ver que estava já caindo, e dizem gastou nela alguns doze mil escudos no ano de 1638» («O Convento da Feira» por Dr. Vaz Ferreira—Arq. Dist. Av.—Vol XVI—fls. 267 e 268).

Pelo que transcrevi, vê-se que o padre mestre, assim como os demais do convento, não se conformava

com os termos do referido contrato, que levou a diversas confrontações entre o convento e os fregueses.

Assim aconteceu quando os frades deduziram embargos às determinações feitas em «Visitações» à Igreja de S. Nicolau, para que se fizesse, de novo, a cruz da freguesia, por estar incapaz a que estava a ser usada:

«da dita cruz de que mandava aos ditos religiosos fizessem de novo provimento sendo de bastante grandeza e de bona prata que não desmerecesse as das freguesias vizinhas em razão de aquela Igreja ser a principal e a cruz nas procissões ter o primeiro lugar»,

pleito que acabou por transacção, em 1711, da qual resultou os frades assumirem a obrigação de dar a cruz (o traslado está, em avulso, no citado livro das «Visitações»).

Esclareço que D. Marcos foi Bispo do Porto de 1581 a 1591 e, assim, se encontra o período dentro do qual ele mandou levantar a ermida, em substituição da antiga.

Verifica-se, pelo exposto, que a ermida ainda existia em 1649, o que é confirmado no referido «Catálogo dos Bispos do Porto»—de D. Rodrigo da Cunha, atribuído a 1623.

Aí menciona-se, entre as ermidas, então existentes, a de S. Nicolau.

Esta ermida que subsistiu, através de todas aquelas vicissitudes, perto (ou junto) da antiga igreja de S. Nicolau, foi decerto a que manteve a invocação deste santo, depois desta igreja ser demolida, no todo ou em parte.

Como já anotei e procurei justificar no princípio deste trabalho, a coexistência, durante muitas dezenas de anos, de uma ermida de S. Nicolau e da capela de S. Francisco construída, ou instalada com maior ou menor reformas, naquela antiga igreja de S. Nicolau, justifica a minha tese e a classificação, como autónomas dentro de si—aquela ermida e esta capela.

Na verdade, aquela coexistência deduz-se do que se diz naquele «Catálogo» (1623), do «Episcopologio» (1690) e da «Corografia Portuguesa» (1707) e até se confirma pelo facto de a condessa da Feira D. Maria de Gusmão **ter reparado a ermida e reformado a capela** (cit. livro do padre mestre Jorge de S. Paulo).

Esclareço que a referência à reparação da ermida e à reforma da capela reportam-se a 1638 (cit. Arq. Dist. Av.—respectivamente vol. XVI—pág. 267 e vol. XVII—pág. 48).

Como já disse e comentei, o autor daquela «Corografia» ao referir-se à ermida de S. Nicolau diz «que era antigamente a Matriz».

Possivelmente assim se exprimiu por a ermida ter feito parte do conjunto de edificações que formava a velha igreja de S. Nicolau, como parece deduzir dos termos do contrato de 17 de Dezembro de 1566, atrás transcrito.

Pelo exposto e em resumo, a ermida de S. Nicolau:

a) existia em 1566 e, já então, era muito antiga; foi

b) demolida em 1581;

c) reconstruída entre 1581-1591;

d) reparada em 1638, por estar a cair;

e

e) coexistiu com a vizinha capela de S. Francisco, conforme referências atribuídas, pelo menos, a 1623, 1638, 1690 e 1707.

LUGAR DA MISERICÓRDIA

J

CAPELA DE S. FRANCISCO

Já era falada em 1623 no «Catálogo dos Bispos do Porto», sabendo-se que em 1638 foi reparada pela condessa da Feira — D. Maria de Gusmão.

No citado livro do padre Jorge de São Paulo, a fls. 51 v diz-se que a senhora condessa D. Maria de Gusmão «...§ 3.º reformou a ermida de São Francisco e estofou o mesmo santo que custou tudo alguns doze mil reis» (Arq. Dist. Av., vol. XVII, pág. 47).

Ainda no mesmo livro se informa, quando se apreciam as dúvidas levantadas sobre o local onde se devia construir o convento: os padres (da congregação) sempre forão de parecer que se fundasse na mesma Igreja Velha de São Nicolau (que agora ficou com o título de Sam Francisco) por ter largos passais para a cerca e ser sítio largo fora da vila e mais acomodado para os fregueses continuarem os ofícios divinos que com menos fabrico se podia principiar» (cit. Arq. e vol. XVI — pág. 196).

Em seguida, diz ainda: «§ 10 — Da ermida de S. Francisco e do Santo custou a reparação mais de dez mil reis; e reformou-se no meu 3.º ano de 1638 (à margem e por outra letra) «à custa da senhora condessa» — (citado trabalho no Arq. vol. XVII, pág. 48).

Aquela expressão — «que agora ficou com o título de Sam Francisco» convence que a velha igreja de S. Nicolau não chegou a ser demolida (pelo menos,

não totalmente), tomando o templo o nome de capela de S. Francisco.

O padre Quintela repetiu-o em 1758, nas já aludidas respostas para o grande «Dicionário Geográfico de Portugal», dizendo que a antiga igreja de S. Nicolau «ficou sendo Capela de São Francisco e hoje e a Misericórdia d'esta vila estava eminente a ela da parte do norte...».

Aceitando estas informações, que não repugna admitir, temos que concluir que ou a antiga igreja de S. Nicolau não chegou a ser demolida totalmente, o que me parece ter sucedido, ou que sobre as suas ruínas foi reconstruído o edifício que recebeu o nome de capela de S. Francisco: em qualquer caso, esta capela situava-se no local da igreja velha de S. Nicolau.

Ainda vemos esta capela mencionada em 1697, no «Ceo Aberto na Terra»: — «a quinta (ermida), a do patriarca S. Francisco, que se edificou no lugar onde esteve a matriz» (o sublinhado é meu).

Em 1707, a «Corografia Portuguesa» do padre António Carvalho da Costa também se refere à ermida de «São Francisco».

Não conheço qualquer menção à sua existência depois desta data pelo que, até melhor informação em futuras investigações, não posso afirmar que ela se tivesse mantido após aquela época.

O mesmo padre Quintela informou ainda, nas suas mencionadas respostas, referindo-se à Igreja da Misericórdia, que «Pelos anos de 1689 ou de 90 se começou a fundar a nova Igreja por estar a antiga incapaz na Capela de São Francisco a qual tinha sido freguesia como dissemos».

Conseguí colher alguns elementos esclarecedores no citado tomo do nosso convento.

Assim sucede nos de 8 de Maio de 1679 (livro 7 — fls. 177 e 8 — fls. 146); 7 de Agosto de 1679 (livro 7, fls. 182 e 9 — fls. 146); outro de 1679 (livro 8 — fls. 170) e 8 de Janeiro de 1680 (livro 7 — fls. 193 e 8 — fls. 350).

Porém, no de 25 de Novembro de 1726 (livro 8, fls. 355) já se diz — «junta a Sam Francisco e aonde hoje esta a Misericórdia».

Do mesmo modo se diz no prazo feito pelo convento a Francisco Gomes, em 1767, de «umas casas e campos sitos nesta vila junto à ermida de S. Francisco que hoje é Misericórdia (livro 9.º — fls. 146).

A referida condessa D. Maria de Gusmão, como já disse, foi casada com o 5.º Conde da Feira — D. João

Forjaz Pereira e, por isso, era mãe da 6.^a condessa D. Joana Forjaz Pereira.

Morreu em 17 de Novembro de 1649.

D. João faleceu em 15 de Maio de 1618 quando demandava a Índia para onde partira em 29 de Março anterior para ocupar aí o lugar de Vice-Rei, cargo para que fora nomeado nesse ano.

De todo o exposto é de concluir que em 1623 já existia a capela de S. Francisco, que foi edificada onde existia a antiga igreja de S. Nicolau, talvez demolida, total ou parcialmente, em 1566, quando a sede da freguesia foi transferida para a igreja conventual — e é de presumir que a igreja da Misericórdia chegou a estar instalada na capela que ainda existia em 1707 e já estava demolida ou com outro fim em 1726.

Assim se pode encontrar o período dentro do qual ela ruíu, ou foi inutilizada, 1707-1726.

Houve, nesta vila, uma quinta muito falada, que se denominou de S. Francisco, «ao pé da Misericórdia da Vila da Feira», como diz Felg. Gaio — cit. ob. vol. 22, § 82, n.º 5 —, ao referir-se a D. Maria Lobato Godinho, herdeira do Morgado de S. Martinho de Argoncilhe, dona desta quinta, que foi casada com Francisco Tavares Pinto da Rocha — que vivia no Porto em 26 de Abril daquele ano de 1659.

Sucedeu-lhe, como senhor da dita quinta, seu filho António Tavares Pinto da Rocha, que vivia na Vila da Feira em 7 de Maio de 1709 (cit. ob. idem n.º 6) e depois e sucessivamente seu filho único António Pinto Tavares da Rocha (que obteve carta de brasão em 1727) — (idem n.º 7), José Pereira Tavares (idem n.º 8), D. Ana Victória de Sá Pereira Coutinho Tavares (idem n.º 9 — única herdeira Sr.^a do Morgado e Torre de Roge e q.^{tas} de S. Francisco e Arganil, que casou em 28 de Abril de 1763).

De seus filhos apenas um poderia suceder na casa: — Manuel Pedro de Vabo Pereira Machado (idem n.º 10) que foi vereador em Barcelos no ano de 1799, mas Gaio não o indica como senhor da quinta de S. Francisco nem de outros bens da casa de seus pais.

Aquela Maria Lobato Godinho era filha de Manuel Godinho Homem e de sua mulher Victória Pinto Lobato, sendo ele filho de Isabel de Carvalhais (filha de Aires Ferreira e de seu marido Domingos Godinho ou Domingos Godinho Ferreira, da Feira, instituidor do Morgado de S. Martinho de Argoncilhe (F. Gaio cit. ob. tomo XII — pág. 42) — (ver meu citado livro «Quatro Séculos de História...», designadamente a árvore genealógica n.º 3 e correspondente índice antroponímico).

Noto, ainda, que o Francisco Tavares Pinto da Rocha, casado com aquela Maria Lobato, era terceiro neto de Brás Pereira, parente no 4.º grau do 2.º Conde da Feira, D. Diogo Pereira.

Não consegui apurar referência à quinta de S. Francisco na ascendência daquela Maria Lobato Pinto, ou Maria Lobato Godinho.

É possível que haja relação, em vista do nome escolhido, entre a capela e a quinta, embora aquela fosse pública e esta particular, sendo até verosímil que a família dos morgados de Argoncilhe tivesse concorrido, em maior ou menor amplitude, para a construção da capela a quem, porventura, teriam dado o nome da sua quinta.

Também é possível que a capela tivesse entrado em decadência, até à sua total ruína, quando deixou de ser amparada por aquela família.

Sou levado estas suposições pela comparação das datas atrás referidas.

Hipóteses estas que se levantam no intuito de abrir caminho a investigações que nos possam trazer elementos mais concretos e precisos.

Lembrando que o padre Jorge de São Paulo, ao referir-se às dúvidas levantadas na escolha do local para a construção do convento, disse que os padres da congregação desejavam que ela se fizesse no local da antiga igreja de S. Nicolau por aí haver largos passais para a cerca, parece-me legítimo supor que dizia respeito aos da quinta de S. Francisco.

Como a ermida deste nome foi construída onde estivera aquela antiga igreja de S. Nicolau é de supor que foi a ermida que deu o nome à quinta.

No caminho que se segue para a «Casa do Alto», do Dr. Eduardo Sebastião Vaz de Oliveira, lado esquerdo para quem sobe, há um portal que dá acesso a terra hoje pertencente à Santa Casa da Misericórdia, desta vila, em cuja padieira se encontra a seguinte inscrição «IMI—1751 A» que interpreto como — «Jesus Maria José — 1751 Anos».

É muito provável que este portão, assim como outro que estava construído a vedar uma propriedade particular, a facear com um pequeno largo fronteiro à Igreja da Misericórdia, retirado para aí dar lugar a um arruamento, tivessem pertencido à falada Quinta de S. Francisco, o que me convenço pelo espírito religioso que determinou aquela inscrição e pela relativa proximidade do local onde está implantado o referido portal e a cerca da mesma Igreja.

Devo o conhecimento desta pedra e a sua inscrição ao ilustre advogado desta vila senhor Dr. Fer-

nando Ferreira Soares, o que muito me apraz registar aqui, com o meu agradecimento.

Penso que devo concluir que:

a) a antiga igreja matriz, no lugar da Misericórdia, recebeu o nome de ermida ou capela de S. Francisco, que nela se instalou, como se vê do livro do padre mestre Jorge de São Paulo, em meados do século XVII e das respostas dadas pelo vigário padre Quintela, para o «Grande Dicionário Geográfico», em 1758;

b) o edifício da capela de S. Francisco ainda existia em 1679 e 1680 e ainda é referido como ermida em 1707;

c) em 1689 ou 90, se fundou a igreja da Misericórdia por «estar a **antiga** (o sublinhado é meu) incapaz na capela de S. Francisco»;

d) em 1726 já não existia esta capela que fora substituída pela nova igreja «junto a S. Francisco, aonde hoje é Misericórdia», dizeres que se repetiram em 1767, o que tudo se vê através do tombo do nosso convento.

LUGAR DA PIEDADE

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE

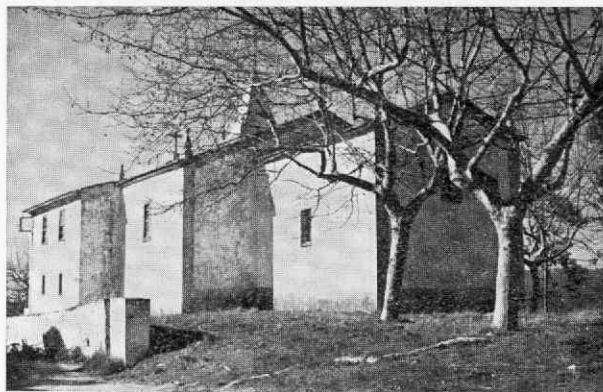
Descrição

Esta capela está construída numa linda colina sobranceira à vila, perto da estação do Caminho de Ferro do Vale do Vouga, de onde se disfruta uma maravilhosa vista sobre a vila, castelo e terras que se prolongam até à orla marítima.

É uma das maiores desta vila e encontra-se em bom estado de conservação.



Capela de Nossa Senhora da Piedade — Poente



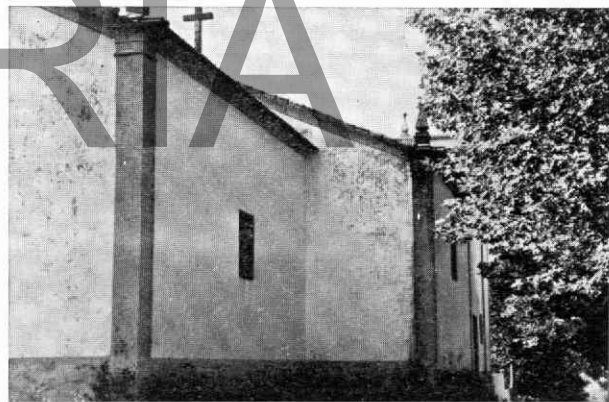
Capela de Nossa Senhora da Piedade — Sul e nascente

A sua arquitectura é simples, como se vê da fotografia que se reproduz: toda a edificação comporta três corpos.

Quanto ao exterior

No do nascente, correspondente à cabeça da cruz, tem três janelas.

Uma para norte e outra para sul, que alumiam a capela, onde está o altar central e ainda outra para nascente que não se vê do interior por estar detrás



Capela de Nossa Senhora da Piedade — Norte

deste altar, dando luz ao espaço que dá acesso ao trono.

No do centro, transepto (correspondente aos braços da cruz), tem duas janelas, uma para o norte e outra para o sul.

No do poente tem, do lado norte, uma porta que serve a sacristia beneficiando, também, de uma janela e, do lado sul, quatro janelas, que facilitam a luz aos compartimentos destinados à irmandade, duas no rés-do-chão e duas no primeiro andar.

A face poente deste corpo corresponde à frente da capela, que deita para o adro.



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Altar-mor e os dois laterais, do transepto

No seu centro, está a porta principal de entrada, encimada por uma janela, com gradeamento de ferro que deita para o coro que, por sua vez, está sobreposta por um motivo triangular com uma cruz no seu vértice superior e um pilar sobre o seu vértice esquerdo.

O espaço formado por aquele triângulo está revestido por azulejo azul, com flores tendo, no seu centro, um óculo de pedra que está tapado e deita para o forro.

A cada lado da porta principal está praticada uma janela com gradeamento de ferro.

Do seu lado direito tem a torre sineira, encimada pela cruz luminosa, tendo pilares nos quatro cantos da faixa de pedra que fica superior aos dois sinos, colocados em dois dos seus quatro nichos.



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Altar-mor

Ao nível desta faixa assentava uma calote de alvenaria que, há umas dezenas de anos, foi substituída pela torre que hoje aí se encontra.

À parte esquerda, encosta a edificação reservada à confraria com uma porta de entrada pelo adro, sobreposta por uma janela com varanda.

No exterior de todos estes corpos da capela existem vários pilares, de diversos tamanhos.

Quanto ao interior

Não é rico.

O **corpo nascente** (cabeça da cruz) é formado por uma capela onde está o altar principal, com uma ima-



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Altar-mor. Imagem de Santo António

gem de Nossa Senhora de Fátima, ladeada por dois nichos, um, o da sua direita, com a antiga imagem de Santo António, de madeira (com sinais de ter sido protegida por uma redoma de vidro) e outro, o da sua esquerda, com a imagem do Sagrado Coração de Jesus.

Este altar é relativamente recente.

Por detrás dele estão arrecadados: parte de um antigo altar mor, e o seu presumível sacrário um nicho de madeira que tudo leva a crer ser o da imagem de Santo António, da capela da Praça Velha, referido no auto de arrematação de 21 de Abril de 1880 e a porta



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Altar de Nossa Senhora de Lourdes
Parede norte do transepto

de vidro que fechava o nicho onde hoje está a imagem do Cristo Crucificado, de madeira e em cruz também de madeira que, primeiramente, esteve no altar mor e daí foi retirado para este nicho, para dar lugar à imagem de Nossa Senhora de Fátima, que hoje centra o altar mor.

A mudança teve lugar há cerca de 45 anos.

O corpo central (transepto) tem, na sua face norte, um altar reproduzindo a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, revestido a cortiça, com a imagem desta Nossa Senhora e a figura da vidente Bernardete.

Na sua origem, teve ovelhas e carneiros (ainda existem arrecadados um carneiro e duas ovelhas, em mau estado de conservação) e um dispositivo para fazer correr a água que era recebida num pipo colocado por detrás do altar; no cimo também existiam uns troncos de sobreiro, cobertos de cortiça, com reprodução de canários e de ninhos.

Na face nascente, ladeando aquele altar, há um outro com a imagem de Santo António, conhecido pelo da Praça por ter estado naquela capela da Praça Velha (hoje do Dr. Gaspar Moreira) e, do outro lado do transepto, há um altar que tem, no centro, a imagem de Nossa Senhora da Piedade, no seu lado direito a de Nossa Senhora da Luz com o Menino ao colo (que presentemente não tem a coroa, nem o resplen-

dor de prata deste Menino, inventariados em 1878) e, no seu lado esquerdo, a imagem do Mártir S. Sebastião.

Em plano inferior a estas imagens há uma outra pequena, da mesma invocação de Nossa Senhora da Piedade.

Todas estas imagens são de madeira, estando os altares com douramento recente.

Naquele transepto há uma porta que liga com a sacristia que, como já disse, tem porta e janela voltada à parte norte do adro.

Desta sacristia parte uma escada que dá acesso ao púlpito e, continuando, atinge a torre.

Por sua vez, na parte oposta do mesmo transepto (lado sul), há uma outra porta que dá acesso a uma sala onde se guardam as alfaias da irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que também é servida pela já referida porta que deita para a frente da capela.

Esta sala dá acesso, por uma estreita escada de madeira, a uma outra que lhe fica imediatamente por cima (onde está a já mencionada janela com sacada aberta para a frente da capela): destina-se às reuniões da mesma irmandade e nela expõem-se os retratos dos benfeitores.

Desta sala passa-se ao coro e, deste, por uma porta, à escada referida que vai para a torre.



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Presumível sacristia do antigo altar mor



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Altar de Santo António da Praça
Lado norte do transepto

O corpo poente (correspondente ao pé da cruz) está separado do transepto por um arco abatido e por uma balaustrada de madeira, tendo do lado esquerdo, para quem está voltado para o altar mor, um púlpito com balaustrada e docel tudo de madeira e incrustado na parede, do mesmo lado um nicho com a referida imagem de Cristo crucificado que esteve no altar mor: até então, o nicho — defendido pela já aludida porta de vidro, guardava uma cruz de madeira, preta, com um pano branco e uma coroa de espinhos.

Neste corpo da capela existem dois quadros que, há cerca de um século e a pedido de António Vicente da Costa Neves, juiz da referida irmandade, foram oferecidos por uma tia de sua mulher, Maria Pinto Alves Brandão, que viveu junto à capela do Castelo.

Este corpo termina, na porta principal de entrada, por um catavento encimado pelo coro com balaustrada de madeira.

A capela está envolvida por um extenso adro, ou arraial, que termina, no seu lado nascente, em ponta aguda, junto ao caminho que segue para Casal de Matos, de Fornos.

Pelo sul é marginado por um arruamento onde se desenvolvem algumas cruzes da via sacra, que se completa com as três que estão na parte poente do adro e as demais implantadas na parte nascente, num ambiente encantador, o que será objecto de estudo particular no respectivo capítulo.

Do norte confina com terras já da freguesia de Sanfins, sobranceiras à linha do referido caminho de ferro, das quais está, em parte, separada por um paredão.

A parte da frente do adro, a que deita para poente, é formada por dois planos.

Um junto à frontaria da capela, pequeno, com acesso por escadas de pedra e o outro, que se lhe segue imediatamente para poente, com escadas para o exterior e que dá continuidade à restante parte do adro.

Esta parte é cercada por muro, assim como está, em parte, o restante adro, no espaço confinante com o já mencionado arruamento.

No muro exterior, que separa o adro do terreno público que lhe fica para poente, ao lado direito das escadas que dão acesso àquele segundo plano do adro, há uma inscrição que diz = Esta Obra Foi F. Em 1846 a 1848.

Deve referir-se ao muro que veda o adro na sua frente poente e em parte da do norte e da do sul.

Desde o termo deste muro, do lado norte, em direcção ao nascente, o limite foi assinalado por quatro marcos; o primeiro, que desapareceu, esteve colocado um pouco além do fim do muro e os outros três que ainda existem, sucedem-se em linha recta, sendo de salientar que os dois últimos têm, respectivamente, as



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Lado sul do transepto



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Púlpito e nicho com a imagem de Cristo
crucificado

datas de 1847 e 1848, enquadrando-se, assim, entre aqueles limites de 1846-1848.

Publicam-se as suas fotografias.

2

História

A primeira memória desta capela remonta a 1697 por, nesta data, ser indicada como ermida desta vila, no já mencionado «Ceo aberto na terra» do padre Francisco de Santa Maria.

Não figura, porém, na relação das ermidas referidas em 1690, pelo «Episcopologio» de Pereira de Novais, o que me leva a concluir que deve ter sido levantada entre estes anos de 1690—1697, a não ser que também correspondesse à que, com outra invocação, foi conhecida por Santa Margarida, como adiante se estuda.

É curioso notar que não vem relacionada entre as arroladas pela «Corografia Portuguesa» de António Carvalho da Costa, 1707, o que se deve interpretar como lapso, se não se verificar aquela dupla invocação.

Isto motivou a anotação a que já me referi e que se encontra, marginalmente, num exemplar datado de 6 de Junho de 1742—«E outra da Piedade...».

O vigário Quintela, nas suas respostas para o «Dicionário Geográfico de Portugal», de 1758, indica: «A quinta he de Nossa Senhora da Piedade, Imagem muito milagrosa, porém sem romagem, pertence ao povo».

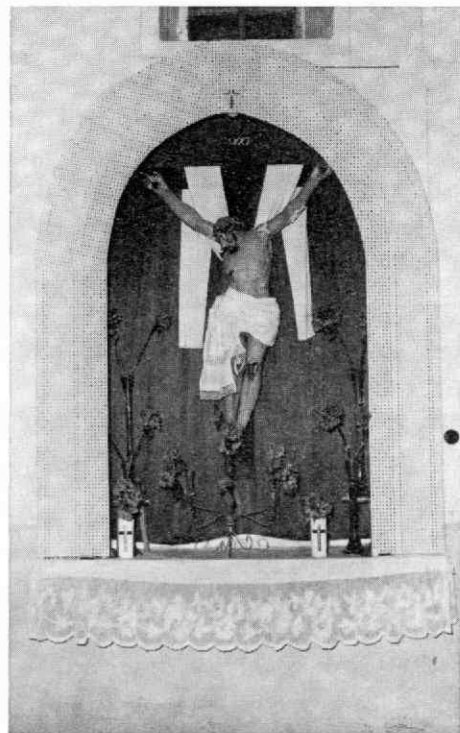
No falado livro das Visitações à Igreja de S. Nicolau da Vila da Feira, encontrei referências a esta capela no decurso dos anos de 1746 a 1824.

10 de Maio de 1746: «E como por ele fui informado de que a Capela de Nossa Senhora da Piedade não tem pintadas as placas que estão junto à imagem da Sr.^a mando que logo se pintem e em quanto se não pintarem nela se não diga missa»;

23 de Junho de 1754—«Mandamos que as copas dos cálices assim da Capela da Snr.^a da Piedade como das mais Capelas da freg.^a se dourem as copas pela pte de dentro e também as patenas no tr.^o de seis meses e passados eles se assim se não fizer co isso ficara suspenso todo o sacerdote que com eles celebrar e também se encaixarão nas taboas dos altares todas as pedras de Ara, que o não estiverem»;

1794—«A Capela da Senhora da Piedade carece muito de um paramento de seda branca, um roxo e outro vermelho com seus veos e burços das mesmas cores e o solho consentado o que tudo se fara no espaço de quatro meses aliás fique suspensa»;

2 de Novembro de 1813—«Da mesma sorte suspendo a Capela de Nossa Senhora da Piedade pela



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Nicho com Cristo crucificado



Capela de Nossa Senhora da Piedade
Pedra do Adro

falta de paramentos a excepção dos dias que pelo Calendário deste bispado e permitido a cor branca ou para sacramentar algum enfermo indo competente paramento da Igreja na forma sobredita»;

17 de Janeiro de 1824 — «Visto que na Capela da Piedade se não achão satisfeitas as obras preceituadas na visitaçã passada mando que elas se fação na forma determinada no mesmo Capitulo o que encarego ao cuidado do Reverendo Parocho».

Como a visita imediatamente anterior a esta foi aquela de 2 de Novembro de 1813, deve-se entender por «obras» o arranjo dos ornamentos mencionados nesta visitaçã.

3

Património

A capela pertence à Corporaçã do Culto, ou seja à Fábrica da Igreja e é administrada pela Irmandade do mesmo nome que nela está erecta.

O seu arquivo antigo está perdido.

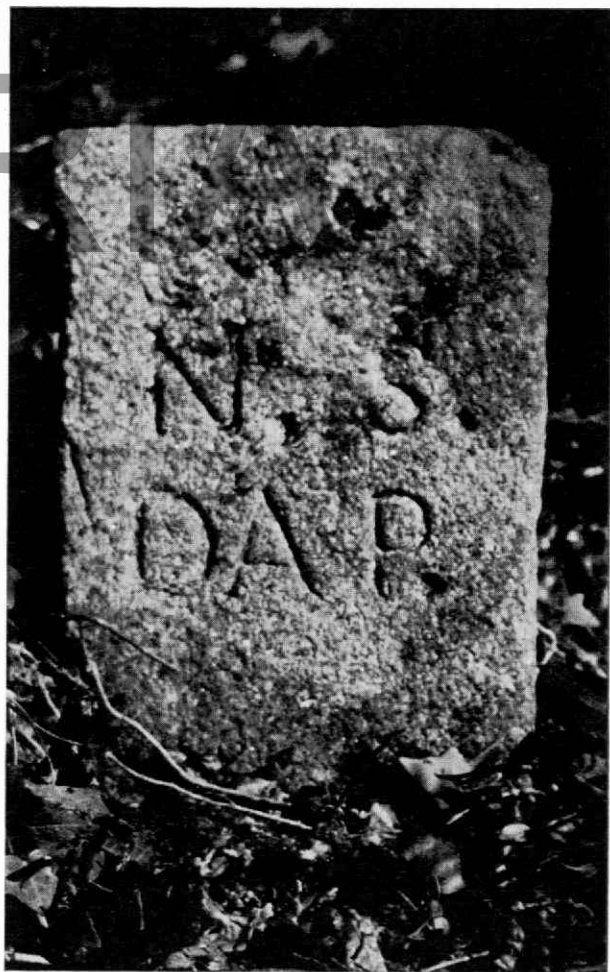
Apenas encontrei, como de época mais remota, um livro com falta de algumas folhas (5 a 8), do qual consta o seguinte termo de abertura: «Serve este caderno para se inventariarem todos os moveis e mais alfaia que actualmente tem a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade desta e que de futuro venhão a

possuir por compra ou por oferecimento de devotos, o qual vai por mim numerado e rubricado. Feira 16 de Setembro de 1878 — O Juiz da Irmandade, António Vicente da Costa Neves».

Embora este livro diga respeito à Irmandade, como os seus, em parte, se confundem com os da capela, passo a transcrever o que julgo ser, de interesse divulgar.

O inventário mais antigo que nele se regista de «todos os moveis, objectos e mais alfaia» da mesma Irmandade, que estavam em poder do respectivo tesoureiro, reporta-se a 1878 e dele consta a seguinte existência:

- N.º 1 — Um cálix de prata com patena e colarinho.
- N.º 2 — Um diadema de prata de Nossa Senhora da Piedade.
- N.º 3 — Uma coroa de prata de N. S.ª da Luz.
- N.º 4 — Um resplendor de prata do seu menino.
- N.º 5 — Um resplendor de prata de Sam Sebastião.



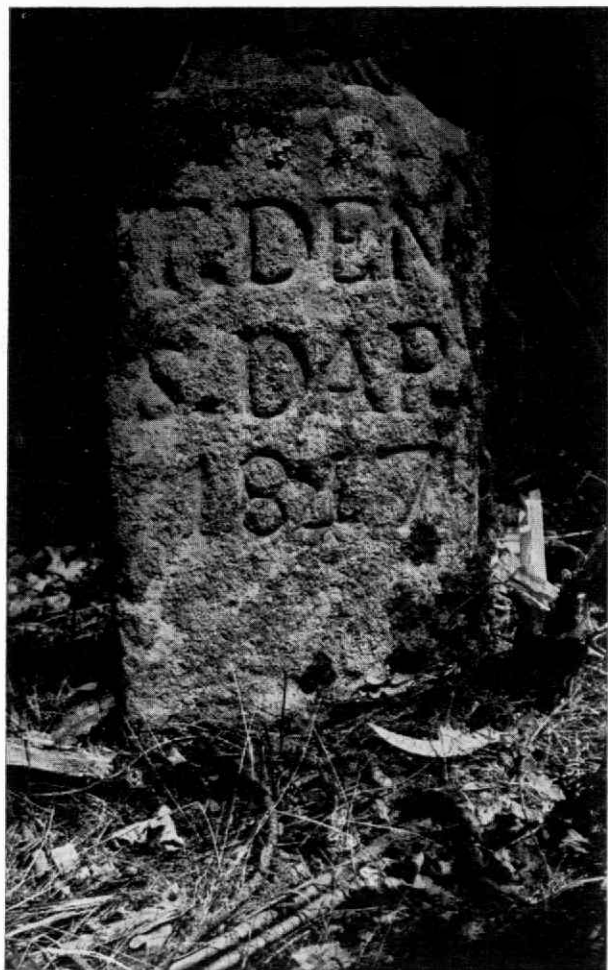
Adro da capela de Nossa Senhora da Piedade
Marco divisório, do norte

«Que tudo pesa vinte e oito onças e meia oitava».

- N.º 6 — Uma gargantilha de ouro.
- N.º 7 — Um resplendor de prata de St.º António.
- N.º 8 — Um dito de prata pequeno do menino do mesmo Santo.
- N.º 9 — Uma cruz de prata do mesmo Santo.
- N.º 10 — Uma patena de prata pequena.

Imagens

- N.º 11 — Duas imagens de Nossa Senhora da Piedade, uma pequena e outra grande.
- N.º 12 — Uma dita de Nossa Senhora da Luz com o menino nos braços.
- N.º 13 — Uma dita de S. Sebastião.
- N.º 14 — Uma dita de S. António.
- N.º 14 — Um crucifixo e banqueta composta com 6 castiçais.
- N.º 15 — Três castiçais de metal branco.
- N.º 16 — Três sacras, uma grande e duas pequenas.
- N.º 17 — Uma campainha de metal.



Adro da capela de Nossa Senhora da Piedade
Marco divisório, do norte

- N.º 18 — Uma sineta.
- N.º 19 — Uma alâmpada de metal amarelo.
- N.º 20 — Uma campainha (repetido).
- N.º 21 — Dois missais de dizer missa.
- N.º 22 — Duas escadas.
- N.º 23 — Dois andores.
- N.º 24 — Vinte e oito bandeiras.
- N.º 25 — Onze toalhas brancas.
- N.º 26 — Uma dita vermelha.
- N.º 27 — Dois mantos, um da Senhora e outro da S.ª da Luz.
- N.º 28 — Dois paramentos, de missa, brancos esmaltados, completos.
- N.º 29 — Um dito roxo usado completo.
- N.º 30 — Um dito preto muito velho — completo.
- N.º 31 — Três véus de cobrir o cálix.
- N.º 32 — Quatro bolsas corporaes.
- N.º 33 — Uma alva e amito e cordão.
- N.º 34 — Nove bancos de pinho, velhos.
- N.º 35 — Duas mesas de pinho.
- N.º 36 — Dois títulos particulares de compra de terreno.
- N.º 37 — Uma certidão passada.
- N.º 38 — Uma dita passada pelo Ex.º Joaquim Vaz de Oliveira Júnior.
- N.º 39 — Uma escr.ª de doação feita pela T.ªm que foi nesta vila Bernardo Pereira de Campos em 20 de Setembro de 1738.
- N.º 40 — Quatro jarras douradas.
- N.º 41 — Quatro jarras verdes ordinárias.
- N.º 42 — Uma banqueta de cera nova.
- N.º 43 — Mais duas jarras azuis iguais às 4 de cima que também são azuis e não verdes como por equívoco se disse.

Declara-se que o número vinte (uma campainha) foi demais pois que é somente uma que é a de número dezassete. Feira, dezasseis de Setembro de mil oitocentos e setenta e oito...».

Tem a assinatura de António Vicente da Costa Neves, do Juiz, Tesoureiro e Mesários da Confraria.

Nesse livro, com data de 14 de Novembro de 1963, há um novo inventário, onde se registam os seguintes bens:

De ouro: duas gargantilhas, um par de brincos grandes sem argolas, uma volta, três pares de brincos pequenos, um anel partido.

De prata: um cálice com patena, caixa de Nossa Senhora da Luz, resplendores de Nossa Senhora da Piedade, do Senhor dos Aflitos, do Santo António e do mártir e mais quatro pequenos, uma palma e uma cruz, uma cruz partida e uma caixinha de Santo António.

Uma cruz processional de metal, nove varas para irmãos (de metal) trinta e duas opas, uma cruz de ferro, duas gravuras, livros, documentos antigos da confraria, um estandarte e uma bandeira nova de cotim de Nossa Senhora da Piedade.

Em 17 de Julho de 1967 acresceu um par de brincos oferecidos a Nossa Senhora da Piedade.

Em referência aos altares e imagens apontadas, posso esclarecer:

a) a construção do altar dedicado a N.^a Senhora de Lourdes, revestido de cortiça, foi orientada por Manuel José Ribeiro que, em 20 de Agosto de 1882, fez publicar, nesta vila, o primeiro jornal do nosso concelho, intitulado «Jornal da Feira» (ver meu estudo sobre a «Imprensa periódica da vila e concelho da Feira», publicado na citada revista «Aveiro e o seu distrito», número oito, e ainda em separata).

A sua execução é atribuída a Manuel Pereira dos Santos (o Manuel do Juiz), Joaquim Ferreira Cardoso (Joaquim da Mariquinhas do sacristão), Francisco e Eurico de Freitas (filhos de João de Freitas), o que me foi informado por Francisco Vicente da Costa Neves.

b) a actual imagem de N.^a Senhora de Lourdes, que se encontra na capela, foi comprada em 1907, tendo-se realizado no Teatro de D. Fernando II, desta vila, récitas (31 de Março e 7 de Abril do mesmo ano — oratória Santo António) para angariar fundos para essa compra.

No dia 2 de Fevereiro deste ano, a nova imagem foi benzida pela pároco — reverendo Manuel André Boturão, na Igreja da Misericórdia, seguindo depois, em procissão, para a Igreja Matriz de onde foi para a capela da Piedade, também em procissão, rezando-se aí missa a grande instrumental pela música de Souto.

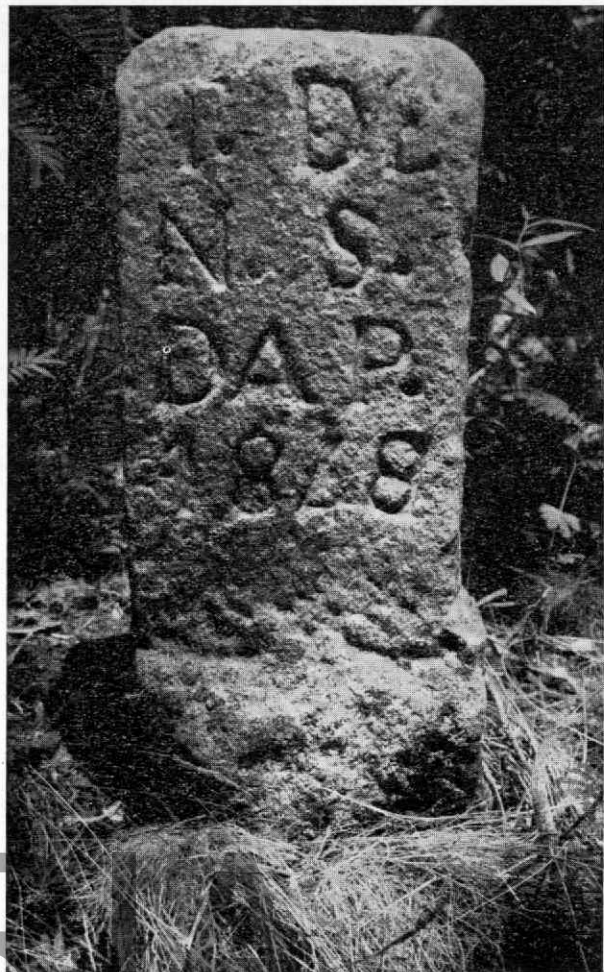
Foi pregador o célebre orador sagrado, abade de Anta.

A tarde, a virgem foi colocada no altar, revestido de cortiça, que para ela foi feito, representando um rochedo, onde ainda hoje se encontra.

c) a imagem de S. António, que está no meio do altar esquerdo do corpo central, pertenceu à capela deste nome, que existiu na Praça Velha (hoje do Dr. Gaspar Moreira). para nela se realizar missa para os presos da cadeia.

Quando esta capela foi demolida, a imagem e o seu nicho, depois de inventariados (11 de Julho de 1876), foram vendidos em hasta pública (21 de Abril de 1880).

António Vicente da Costa Neves, juiz daquela confraria, arrematou-os bem como outros objectos da capela por 60 000 réis.



Adro da capela de Nossa Senhora da Piedade
Marco divisorio, do norte

Como ele não era abonado é de supor que tivesse feito a compra da imagem para a capela ou para a irmandade.

O que é certo é que ela está exposta naquele altar da capela — sendo conhecida por «S. António da Praça», tudo levando a crer que o seu nicho é o que está arrecadado atrás do altar mor.

Completarei esta informação no capítulo referente à «Capela de Santo António».

d) consta que a imagem de Nossa Senhora da Piedade, que está no centro do altar da direita do transepto, veio de uma capela dos Carvalhos, do concelho de Gaia.

e) na capela há várias colecções de sacras: duas (uma grande e outra pequena), correspondentes ao altar mor, sem nome do impressor e sem data; três do altar de Nossa Senhora da Piedade, impressas por Gebr C. & N. Bensieger In Emsiedele, sem data; uma do altar de Santo António, impressa em Paris L. Turgis & Fils Imp. Edit. r des Ecoles 60 n.º 412 — New York

Banlay St. 41, sem data; outra do altar de Nossa Senhora de Lourdes, impressão Typis et sumptibus Ben-zeger et souviux in Helvetia 12005, sem data.

Todas estão encaixilhadas, sendo o desta última sacra, de cortiça, da mesma forma que o altar.

f) Guarda-se, em casa particular, como pertença da capela, um missal que, provavelmente é o que foi arrematado, em 1880, entre os bens da antiga capela de Santo António da Praça.

Está em bom estado de conservação e com boa encadernação.

Do seu rosto consta Venetüs — Apud Nicolaum Pez-zano MDCCXLI, com apêndices de MDCCXXI e MDCCXL, datas que se enquadram dentro do período que atribuo à existência da capela.

4

Diversos

a

Festividades

Em vários anos, embora nem sempre seguidos e desde tempos muito antigos, tem-se realizado a festividade a Nossa Senhora da Piedade, com procissão.

No livro do padre Jorge de S. Paulo, já muitas vezes mencionado, lê-se, em referência à igreja do nosso convento: «Dia da nacementa da Sr.^a faz a condessa por sua devoção com toda a solenidade a dita festa e manda cera para o altar e todo o mais necessário».

Tem escrito com letra miúda «faz a festa na Snr.^a da Piedade agora» (§ 16 — fls. 37 v).

Sabemos que o padre Jorge escreveu o livro em 1649, como ele diz a fls. 41, § 5.º (cit. Ar. Dist. Av., Vol. XVI — fls. 209), mas o que não sabemos é em que data foi lançada aquela nota em «letra mais meuda».

O padre Quintela nas suas «respostas» disse, como referi, que a romagem à capela não era notável, o que denota, porém, a sua existência, notícia que nos faz remontar a 1758.

Segundo os estatutos da «Real Irmandade de Nossa Senhora da Piedade», já referida, aprovados pelo Governador Civil de Aveiro em 1 de Abril de 1882, esta foi erecta na sua capela da Piedade da Vila da Feira.

Consigna no seu artigo 45: «No segundo domingo do mes de Julho se solemnizará a festividade de

Nossa Senhora da Piedade com toda a pompa e decência sendo a Imagem levada da sua capela em procissão até à Igreja matriz, com a solemnidade respeitante a tal facto.

§ único. No caso que em qualquer ano a meza não possa, por qualquer circunstância, fazer a festividade nos termos em que é expresso n'este artigo será a mesma Imagem conduzida em procissão à volta da capela, ou exposta na mesma à veneração dos fieis e devotos».

Hoje, a procissão realiza-se no terceiro domingo de Julho.

Sai da capela pela porta de frente e, depois de alcançar a estrada que segue do lugar de Pombos para a estação do C.F. do Vale do Vouga, vai até ao encontro desta estrada com a nacional que liga a Vila da Feira a Mosteirô, voltando de novo à capela, entrando no adro, pelo sul, circuitando-a pelo nascente e norte, até entrar nela de novo.

É presidida pelo pároco desta freguesia de S. Nicolau da Feira e nela se incorporam andores com as imagens de Nossa Senhora da Piedade, de Nossa Senhora de Lourdes e do Santo António da Praça, além de diversas irmandades, a que não falta a referida de Senhora da Piedade e muito povo.

No vasto adro da capela, aproveitando a sombra do seu arvoredor, formado principalmente por plátanos (que substituíram carvalhos e austrálias) e velhos carvalhos e o belo horizonte que dela se disfruta, fizeram-se, em tempos, merendas memoráveis, entre as quais se destacou a de 1 de Agosto de 1896, com a assistência e colaboração da melhor sociedade feirense.

Da ementa destacamos uma das suas páginas com versos da «Comissão», feitos pelo Dr. Roberto Alves de Sousa Ferreira, o que se reproduz em fotografia.

Nela, podemos ver a cruz mais representativa da via sacra (12.^a — Cristo crucificado) e o velho carvalho que a acompanha, ainda existentes, o que merecerá melhor referência no capítulo dedicado às «Vias Sacras».

b

Obras

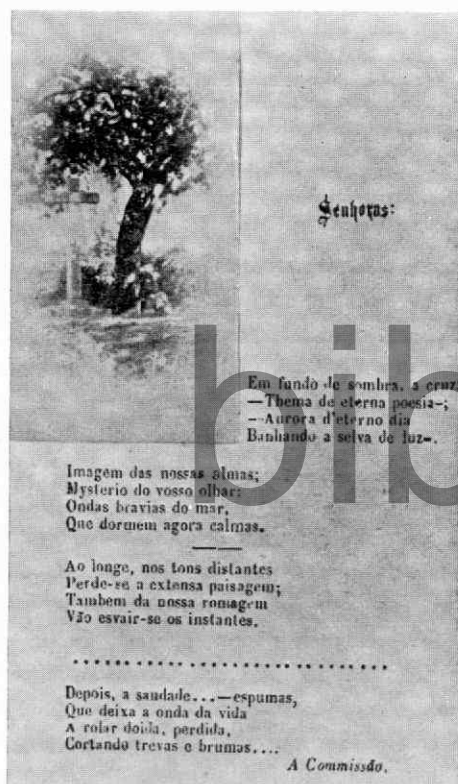
Há cerca, ou mais, de século a capela recebeu grandes melhoramentos por iniciativa de um mesário da Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, de nome Francisco Pereira de Matos, conhecido pelo «Tintureira»,

que foi proprietário da casa que hoje é de Francisco Vicente da Costa Neves, perto da capela.

A mulher daquele Francisco Pereira — Maria Soares (a Marquinhas da Piedade) faleceu há 65 anos, com mais de 80 anos.

Sucederam-se outras de que resultou a substituição do tecto sobre o coro até ao trasepto, que era de madeira pintada a azul, por outro e estuque.

Em 28 de Junho de 1962 foi inaugurada a cruz luminosa que encima a torre da capela, tendo procedido à ligação da corrente o vigário desta vila,



Versos que acompanharam a ementa da merenda que se realizou no arrabal da capela de Nossa Senhora da Piedade, em 1 de Agosto de 1896

padre Manuel Soares dos Reis que, nesse acto, também procedeu à bênção da mesma cruz.

Em 1971 outras e importantes obras se fizeram, sendo, então, colocado o sino que hoje lá se encontra: outras se fizeram em 1973.

Estas informações, na sua maior parte, foram-me dadas por aquele muito dedicado feirense Francisco Vicente da Costa Neves.

PRAÇA VELHA

L

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

1

Descrição

Na antiga Praça Velha, hoje do Dr. Gaspar Moreira existiu, na sua face norte, uma capela da invocação de Santo António, destinada a nela se rezar missa para os presos da cadeia, então instalada no edifício dos Paços do Concelho, a poente da mesma praça.

a

Localização

Huete Bacelar, no tombo que escreveu da sua casa, datado de 1774 (mas que pelos seus dizeres parece que já estava escrito em 1768), quando alude às casas que formavam a ala norte da praça, hoje unificadas na mão de Francisco Plácido Resende, diz a fls. 187 v: «é aquela corrente de casas, que fica entre a rua direita, da dita vila e a travessa que vai p.^a a Lavandeira, e estão pegadas à Capela de St.^o António».

Nos meados do século XVIII, aquele friso de casas considerado do poente para nascente, era formado, sucessiva e imediatamente, a partir da rua Direita, pelas denominadas por «da Sisa», ou «da Almotaçaria», «do Meio», ou «grande casa do Estrado» e por outra que, com esta, alinhava para nascente, o que tudo era continuado e na mesma direcção, por terreno lavradio.

Seguia-se, marginando pelo poente, a congosta da Lavandeira, a propriedade dos morgados do mesmo nome.

Em 1720, data em que presumo ter sido construída a capela, este vínculo e propriedade estava na mão da morgada D. Joana Leite Pereira, casada com Fernando Campelo que, segundo me parece, mandou construir a pequena capela para os presos.

Se a sua propriedade, de qualquer modo, atingiu a praça é de crer que ele a implantou no seu topo poente: de contrário, construiu-a, de acordo com o município, já na praça, em terreno público.

São bem claras as referências à implantação da capela na Praça Velha, em diversos textos, entre os quais posso destacar:

— as já mencionadas respostas do vigário padre José de S. Pedro Quintela, em 1758, ao questionário

feito para a elaboração do «Grande Dicionário Geographico Portuguez»: «Ha mais na **praça d'esta vila** defronte da Cadeia e Casa da Câmara dela um oratório da invocação de Santo António para se diser missa aos presos».

— A provisão de 20 de Fevereiro de 1823 em que se mandou pagar, em primeiro lugar, do Cabeção das Sizas, ao capelão dos presos da cadeia desta vila, aos médicos e cirurgião mais antigos os seus ordenados (registo na Câmara Municipal em 3 de Março de 1823—Livro de 1811—1827—fls. 308): «Capela que fica na praça...».

— as actas das sessões da Câmara Municipal e, nomeadamente, na de 24 de Julho de 1858: «Capela para esse fim edificada na praça pública».

— no auto de arrematação dos bens da capela, de 21 de Abril de 1880: «pertencentes à extinta capela de Santo António da Praça».

— no livro das «Visitações» à igreja de S. Nicolau da Vila da Feira.

— **V** no artigo que escreveu no «Povo Feirense» de 3 de Dezembro de 1938, quando diz «...outra de Santo António na Praça da vila».

tigo...», convenço-me de que, depois de construída a capela, foi aumentada, para nascente, aquela casa que veio a ser do Ribeiro e que por este, ou outro, foi feita construção urbana por detrás da capela.

Também devo salientar outros períodos do auto da mesma visitação onde se esclarece: «portanto mando os possuidores das ditas casas tapem logo de pedra e cal o dito postigo ou buraco que abrirão na parede das ditas casas tapem logo de pedra e cal o dito postigo ou buraco que abrirão na parede das ditas casas e que o postigo do retabolo se tape e pregue...» e «...achei mais que sendo a d.^a Cap.^a feita defronte da d.^a Cadeia».

Conclui-se, assim, que o postigo estava na parede divisória comum ao prédio e à capela, onde encostava o retábulo de madeira.

Na citada provisão de 20 de Fevereiro de 1823 falava-se em «Capela... fronteira à cadeia».

c

b

Orientação

Devia ser a de nascente a poente para poder ficar fronteira à cadeia, como é natural e está claramente dito na visitação à igreja de S. Nicolau desta vila, de 10 de Maio de 1746—«...outro si achei mais que sendo a d.^a Cap.^a feita defronte da d.^a Cadeia para os presos somente ouvirem missa».

O padre José Quintela, nas referidas respostas de 1758, diz que ela estava «defronte da Cadeia e Casa da Camara».

Posso ainda citar a escritura de empréstimo outorgada em 11 de Janeiro de 1850, entre Manuel José da Silva Ribeiro e o padre António Joaquim Pereira (este como credor), onde ao prédio, que aquele hipotecou, foi dada a seguinte confrontação: «do poente (deve ler-se do sul) com a Praça e Capela de Santo António», o que só se pode compreender situando-se este imóvel a barrar, pelo seu lado esquerdo, parte da sua frente para a praça.

Comparando esta passagem com outra da visitação à mesma igreja, em 10 de Maio de 1746, onde se diz «e achei que no retabolo dela que e taboas tem um postigo e que os moradores das Casas que ficam por detrás da d.^a Capela ouvem missa pelo d.^o pos-

Dimensão

A capela era muito pequena: por isso, o referido vigário Quintela, naquelas «respostas» lhe chamou «pequena» e a classificou de «oratório».

Também o citado **V**, no seu artigo no «Povo Feirense» a indica como «pequena».

Poucas pesosas lá cabiam, além do celebrante, assim como, praticamente, não tinha mobiliário: por isso, na já mencionada visitação se diz que a capela fora feita «para os presos somente ouvirem missa».

Uma velhinha (Maria Rosa de Jesus Ferreira), disse-me que os fiéis ouviam a missa de fora da capela e para nos dar uma ideia da sua capacidade classificou-a de nicho.

Esta mulher foi a única que me deu informações sobre a capela, firmando-se em conhecimento pessoal.

Disse-me, ao tempo da nossa conversa (8 de Dezembro de 1966), em sua casa, no lugar da Piedade, desta vila, que tinha 92 ou 93 anos, o que foi confirmado pela família.

Assim, teria 2 ou 3 anos quando foi, presumivelmente, extinta a capela, o que tira a credibilidade ao seu depoimento.

Verifiquei, através do registo do seu baptismo nesta freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, que ela

(Rosa de Jesus) nasceu em Setembro de 1878 e assim depois da provável data da demolição da capela, sendo filha de Domingos Pereira e de Engrácia de Jesus.

É certo que isto não é argumento decisivo, embora seja para considerar seriamente, porque pode-se admitir erro na data do registo do baptismo dado o mau hábito de, na época, se retardar o lançamento, em registo, por muito tempo, levando assim, à confusão e até à perca dos elementos necessários para um registo verdadeiro.

Uma sua irmã de leite, de nome Elvira Ferreira, que residia em casa do Dr. Horácio Alvim, na rua Dr. Eduardo Vaz, desta vila, que em Novembro do mesmo ano de 1966 fez 94 anos, afirmou-me que a Maria Rosa pouco mais nova era do que ela e que já se não lembrava da capela.

Não me foi possível recolher outros depoimentos.

d

Forma

A capela devia ter a forma rectangular, senão quadrada e estava coberta de telha, como se infere da provisão de 22 de Fevereiro de 1797 em que a rainha D. Maria I atende um pedido feito pelo capelão da mesma capela, padre Bernardo José Ferreira da Silva Brandão.

Sobre a porta de entrada devia estar colocada a padieira, em pedra, que reproduz em fotografia, de onde consta a data de 1720 que julgo ser a da sua fundação, conjugada com a de 1876, que deve corresponder á da reconstrução da casa daquele Manuel-Ribeiro coincidente com a da demolição da capela.

No auto da visitação feita em 1794 à igreja de S. Nicolau, foi determinado: «nesta mesma capela (a de Santo António) ponha uma cruz de pedra sobre o seu frontespício», o que nos esclarece sobre este importante pormenor da sua fachada principal.

A história desta capela e das casas que faziam a praça pelo norte, já foi objecto dos dois estudos já citados que publiquei na revista «Aveiro e seu Distrito» intitulados «Quatro Séculos de História...» e «Ainda a Praça Velha...», que foram divulgados em separatas.

2

História

Creio não ser ousado afirmar que a capela foi mandada construir pelo Fernando Campelo em 1720.

Fundamento esta suposição no facto de V (que julgo ser o padre Augusto de Oliveira Pinto), no citado artigo que publicou no «Povo Feirense», de 3 de Dezembro de 1938, informar que viu num exemplar da «Corografia Portuguesa» de Carvalho da Costa (1707) uma nota marginal, acrescentando às capelas por ele referidas «...outra de Santo António na Praça da Vila, pequena para os presos ouvirem missa, a qual mandou fazer o Campelo», anotação que estava datada de «Hoje, 6 de Junho de 1742».

Durante muito tempo estive sem saber quem era o Campelo, que tanto podia ser quem a mandou construir, como o mestre que a fez.

Do que não resta dúvida é que se tratava de pessoa bem conhecida na época, pela desnecessidade encontrada de lhe dar mais completa identificação.

Como já disse, a capela foi construída já no espaço da Praça Velha, à entrada da rua da Lavandeira, que lhe dava acesso pelo nascente, junto a um prédio que veio a pertencer a Manuel José da Silva Ribeiro.

Marginando esta rua, até este prédio, ou a perto dele, desenvolvia-se o lavradio do prédio pertencente aos morgados da Lavandeira.

Aquele padre Augusto de Oliveira Pinto, no seu estudo intitulado «Resenha Histórica das Freguesias de Souto — S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra», que publicou em folhetim no jornal, que foi desta vila, «Tradição», folhetim que teve princípio em Maio de 1935, diz que foi Manuel Roque de Miranda quem instituiu aquele «vínculo da Lavandeira, no século XVII, do qual foi primeiro administrador seu sobrinho, o Dr. Manuel Pereira Berredo, filho do Desembargador Gaspar Leite Cabral, vínculo que foi acrescentado por doações do abade de Arrifana, João Cardoso de Miranda e de Rui Lourenço de Carvalho».

Aquele Dr. Manuel faleceu na referida quinta em 1662, sendo sepultado na igreja desta vila (do antigo convento).

Do seu casamento com D. Luísa Lemos nasceu um filho de nome José Leite Pereira de Berredo (2.º morgado da Lavandeira), que morava habitualmente no Porto.

Este, por sua vez, teve uma filha — D. Joana Leite Pereira, que casou com o referido Fernando Campelo.

Como faleceram sem sucessão, o morgadio enca-beçou-se na irmã, seguinte na idade, de D. Joana, de nome D. Mécia de Berredo Tendeiro, que casou com o morgado de Eiriz, António Cabral, para o solar de quem ela foi viver.

Não sei determinar, ao certo, a época em que

aquele Campelo se manteve na administração do vínculo, como marido da morgada.

Mas, levando em apreço aquela data de 1662, em que faleceu o avô da sua mulher, ele devia ser proprietário da quinta da Lavandeira na segunda década do século XVIII e anos seguintes.

Do exposto julgo, como verosímil, que foi este Campelo que, por qualquer motivo, mandou fazer a capela em 1720 (data que justificarei), utilizando parte da sua propriedade, ou já em terreno público (o que é mais provável), para nela se rezar a missa para os presos.

Averigui que, por aquela época, em 22 de Março de 1723, tomou posse de Juiz de fora desta vila e seu termo, por carta do Sereníssimo Infante D. Francisco, o Dr. Roiz Campelo que, em razão de apelido tão pouco vulgar, devia ser parente do Fernando Campelo. (Livro dos registos da Câmara Municipal de 1714-1767 — fls. 86 v).

A respectiva carta de mercê, datada de 22 de Fevereiro do mesmo ano, foi transcrita no citado livro — a fls. 87.

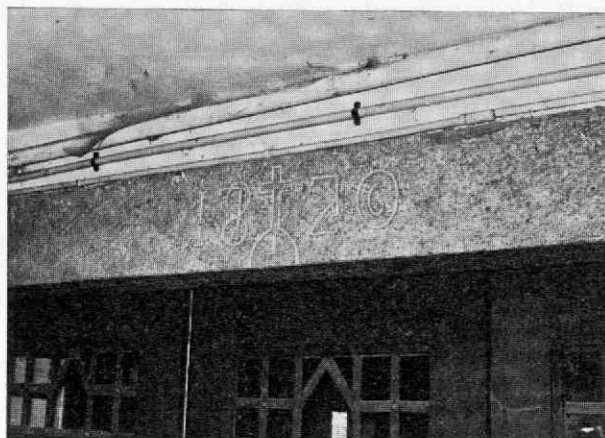
Quanto à data da sua construção, socorro-me do que está gravado numa pedra que serve de padieira de um portal (que deita para um pátio) da casa hoje de Francisco Plácido Resende, na parte em que esteve implantada a de Manuel José da Silva Ribeiro, que devia marginalizar a capela de S. António.

Devia ser a da porta de entrada desta capela, o que também convence a gravação, nela feita, de uma cruz.

Esta encontra-se ladeada por duas datas sobrepostas que, como disse, devem corresponder à da sua construção e à da sua inutilização: como parece que esta precedeu ou coincidiu com a reconstrução da casa do Ribeiro, é provável que fosse esta a circunstância que motivou esta segunda inscrição.

Como facilmente se consegue ler nas fotografias que se publicam desta padieira, as datas aí gravadas são, como disse, 1720 (a da construção) e 1876 (a da reconstrução da casa do Ribeiro, que corresponde à da demolição da capela).

Um meu velho primo José Adriano de Meneses da Silva Canedo, que nasceu nesta vila (onde viveu muitos anos) em 14 de Janeiro de 1853 e muito bem conheceu a capela disse-me (e até ficou escrito numa fotografia



Capela de Santo António
A padieira do portal interior da casa de Francisco Plácido de Resende

que possuo no meu arquivo) que quando o aludido Manuel Ribeiro fez a sua casa (ou a reconstruiu) deitou-se abaixo a capela, o que não podia deixar de ser antes de 8 de Setembro de 1877, data em que faleceu este Ribeiro.

Na referida casa do Ribeiro, hoje de Francisco Plácido de Resende existe, a fazer de padieira de uma pequena janela interior, uma pedra com uma inscrição que só poderá ser lida quando for tirada da parede onde está incrustada, o que já sugeri ao seu proprietário.

Em nenhum livro ou documento anterior a 1720 encontrei qualquer menção à capela.

Posteriormente já a vemos referida na provisão de D. João V — de 12 de Junho de 1726, transcrita a fls. 221 do Livro de registos da Câmara, correspondente a 26 de Julho desse ano e nos mesmos livros, respeitantes a 26 de Julho e 21 de Agosto do referido ano.

Mais tarde, em 1758, nas «respostas» dadas pelo padre Quintela, no tocante às capelas desta freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira: «...Ha mais na praça d'esta, defronte da Cadeia e Casa da Camara dela um oratorio da invocação de Santo António para se diser missa aos presos. Todas as sobreditas capelas e **oratorio** (o sublinhado é meu) estão subordinadas a jurisdição paroquial do vigario desta freguesia».

Depois, em 1774, no tombo da casa de Huete Bacelar, manuscrito em meu poder a que muito me tenho referido e, em 1775, a provisão de 28 de Março dada por D. José I (livro de registos da Câmara Municipal, correspondente a 1768-1778, com data de 13 de Junho de 1775 e em 22 de Fevereiro de 1797 a provisão

de D. Maria I (fls. 60v e 61 do livro de registos da Câmara — na parte referente a 1794-1805).

Do século XVIII ainda podemos consultar os autos de visitação à nossa igreja matriz.

Do século XIX podem-se consultar:

a) os livros dos registos e das actas das conferências e das sessões da Câmara Municipal;

b) os livros da escrituração diária do tesoureiro da Câmara, os do mesmo tesoureiro, os cadernos B da escrituração diária da receita e despesa e os livros dos registos dos mandados de pagamento;

c) diversas escrituras, entre as quais a outorgada em 11 de Janeiro de 1850 entre Manuel José da Silva Ribeiro e o padre António Joaquim Pereira;

d) autos de arrematação de 21 de Abril de 1880 e inventário dos bens da capela de 11 de Julho de 1876;

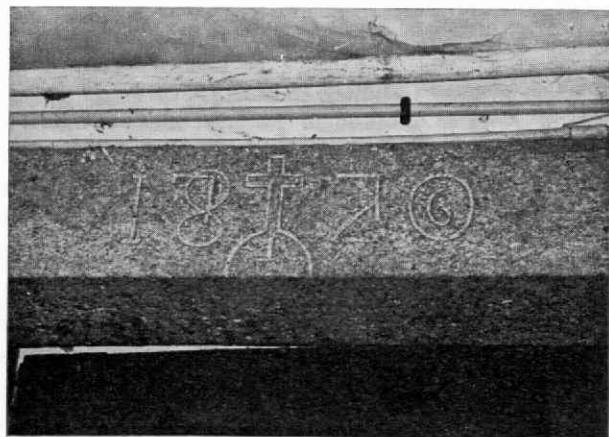
e) diversos jornais desta vila.

No decorrer deste estudo sobre a capela de Santo António terei ocasião de me referir propositada e detalhadamente a cada uma destas citações evitando, assim, repetições inúteis.

Pelo interesse que tem para a história desta capela, pela sua curiosidade e conforme o critério adoptado no estudo de outras capelas, transcrevo o texto dos autos de visitação à Igreja de S. Nicolau da Vila da Feira, já referidos neste estudo.

São três — 1746, 1762 e 1794.

a) **10 de Maio de 1746:** «Também visitei pessoalmente a Capela de Santo Antonio filial tambem desta Igr.^a aonde se diz missa aos prezos da Cadeia da vila e achei que no retabolo dela que e taboas tem um postigo e que os moradores das Casas que ficam por detraz da d.^a Capela ouvem missa pelo d.^o postigo



Capela de Santo António
Outro aspecto da mesma padieira

nos dias de preceito o que se lhe não pode permitir não só pelo prejuizo e inquietação que podem causar aos celebrantes de se divertirem vendo as pessoas que pelo referido postigo ouvem missa maximamente sendo mulheres que podem causar inquietação maior a sacerdotes mas tambem por ser opinião seguida que as pessoas que ouvem a missa por detraz do altar ou de outras partes improprias não satisfazem ao preceito da Igr.^a portanto mando os possuidores das ditas casas tapem logo de pedra e cal o dito postigo ou buraco que abriram na parede das ditas casas e que o postigo do retabolo se tape e pague o que tudo se cumprira no termo de tres meses e não se fazendo assim passado o dito termo de tres meses mando que nenhum sacerdote de qualquer qualidade que seja diga missa na dita Capela sob pena de suspensão de suas ordens ipso facto incorrendo outro si achei mais que sendo a d.^a Cap.^a feita **defronte** da d.^a Cadeia para os presos somente ouvirem missa pelo impedimento que tem de a ouvirem com o que satisfazem ao preceito por privilégio especial e moral os moradores vizinhos da mesma Cadeia ouvem tambem missa de suas casas nos dias de preceito para a sobred.^a Capela e tambem de logeas falando e conversando uns com os outros no mesmo tempo e causando escandalo grave entendendo satisfazerem ao dito preceito de ouvirem missa nos Domingos e dias Santos, por tanto lhe declaro não satisfazerem ao preceito todas as vezes que não sairem das suas casas e ouvila com toda a atenção e o R.^{do} Paroco constando lhe se não emendam procedera contra aqueles que com efeito obrarem em o contr.^o salvo ouvindo a por devoção ou com necessidade urgente».

b) **24 de Junho de 1762:** «na capela de St.^o António se pora crucifixo na Cruz».

c) **1794:** «O R.^o capelão da Capela da Praça exorte os fiéis que assistem à Missa a fazerem aquela moral união que se pratica nos sagrados templos para se não exporem ao perigo de não cumprirem com o preceito da S. Igreja. Nesta mesma Capela ponha uma cruz de pedra sobre o seu frontespicio e se dore o calix da mesma, tudo com a brevidade possível».

O ano de 1876, em que se fez o inventário dos bens existentes na capela 11 de Julho) deve coincidir, aproximadamente, com a sua demolição.

Nos seus primeiros meses trocaram-se officios entre a Câmara Municipal e o Ministério das Obras Públicas, satisfazendo a formalidades e garantias necessarias para se proceder à abertura e construção do lanço da estrada Municipal de 1.^a classe da Feira a Arouca, compreendido entre a Praça e a Lavandeira, conforme

autorização dada pelo alvará de 15 de Setembro do ano anterior.

Sabe-se pela acta da sessão da Câmara Municipal de 8 de Fevereiro de 1876 que ela deliberou solicitar ao Governo um subsídio para a construção daquele lanço de estrada, tornando-se bem conclusivo, em apoio da tese que formulou de a capela ter sido demolida em 1876, a seguinte deliberação tomada, pela mesma Câmara, em sessão de 18 de Março seguinte: que se respondesse que, no orçamento daquele ano económico, já estava lançada «uma verba com aplicação à referida estrada, e com a qual se satisfizeram algumas expropriações e se deu princípio aos trabalhos de abertura da mesma estrada e que no próximo orçamento tencionava lançar no mesmo a quantia precisa para completar o pagamento dos terrenos e dois terços da construção e que em atenção a tudo isto espera que o Governo de Sua Magestade deferira ao pedido da concessão do subsídio».

E na verdade, no livro da escrituração diária de receita e despesa da mesma Câmara figura o pagamento feito, em 30 de Dezembro de 1875, ao Silva Pereira, de 26\$750 réis, valor do terreno do seu quintal e respectivo muro de vedação que amigavelmente se expropriou para a passagem do lanço de estrada da Praça à Lavandeira na estrada da Feira a Cebeçais e da acta da sessão da Câmara Municipal de 9 de Junho de 1876, consta a deliberação para a expropriação, a Duarte Huete Bacelar, do terreno da «sua propriedade da Lavandeira desta vila para a passagem da estrada Feira-Arouca no seu lanço da Praça à Lavandeira».

Comparando os dizeres destes trechos, convençome de que a propriedade da Lavandeira não chegava à Praça.

Esta abertura, que levou ao alargamento da congosta da Lavandeira, é que deve ter originado a demolição da capela em 1876, que estava à entrada desta congosta, embora ainda localizada na praça.

Ao mesmo tempo e pelo mesmo motivo, o Silva Ribeiro deve ter recuado a sua casa confirmando-se, assim, a informação que me foi dada por José Canedo.

Em virtude desta obra, a frente da casa ficou recuada em relação à linha da das demais que corriam, face à praça, até à rua Direita.

D'aqui originou-se uma janela, voltada para nascente, na esquina da casa, correspondente ao prédio que foi emprazado, em Maio de 1745, por José de Sá Pereira Brandão e mulher Bernarda Caetano de Almeida, a já falada «casa do Meio, chamada grande casa do Estrado».

A essa época deve também remontar a obra da reconstrução da casa hoje do Dr. Belchior Cardoso da Costa.

É de estranhar que nas actas da Câmara não conste qualquer deliberação sobre a demolição da capela: quanto ao terreno compreende-se o silêncio naquelas actas, pois ele pertencia à Câmara e deve ter sido absorvido pelo leito da estrada o que mais convence que a capela foi construída em terreno público.

Por qualquer motivo o Silva Ribeiro colocou, na sua nova casa, a velha padieira da porta de entrada da demolida capela de S. António e para memorar a data da obra que fizera mandou gravar, envolvida na já falada data de 1720, aquela de 1876.

Assim, creio que bem interpreto o significado das datas que aquela padieira nos oferece.

Mas, o que não merece dúvida é que a capela já não existia em 1880, pois no caderno B da escrituração diária da receita e despesa, com data de 21 de Abril de 1880 e no livro da conta da mesma Câmara com o tesoureiro há referência, com a mesma data, à Capela «inutilizada».

O auto de arrematação de 21 de Abril de 1880 é mais expresso quando consigna «extinta capela de Santo António».

A capela foi pertença da Câmara não sei a que título, nem desde quando.

É provável que o Campelo lha entregasse logo que a construiu, desobrigando-se, assim, dos encargos inerentes e possivelmente já a construiu em terreno público, como disse.

A Câmara, em conformidade, praticou os necessários actos de administração, fazendo obras de reparação (acta da sessão de 19 de Agosto de 1842), comprando, para ela, paramentos e outros objectos (actas das sessões de 22 de Dezembro de 1842, 28 de Março de 1849, 26 de Junho de 1850 e citados pagamentos de 10 de Agosto de 1868 e de 18 de Junho de 1869).

Sempre pagou aos capelães e mandou fazer, à sua custa, obras na capela (acta da sessão de 17 de Agosto de 1842), dispondo dos seus bens aquando da sua extinção, vendendo-os, em hasta pública, como consta do já referido auto de arrematação de 21 de Abril de 1880.

Também afirmou expressamente o seu direito de propriedade: assim consta da acta da sessão de 26 de Junho de 1850 e do seu livro de registo de mandados de pagamento com o lançamento, em 10 de Agosto de

1868, da despesa com a compra de um paramento vermelho para uso «na Capela dos presos propriedade da Câmara».

Houve tempos em que o encargo da compra dos paramentos coube ao capelão (Provisão de 22 de Fevereiro de 1797).

O mesmo sucedia ainda em 1823, pois na citada provisão de 22 de Fevereiro de 1823, claramente se disse: — «Hei por bem que do saldo existente deles (cabeção das sisas) seja pago inteiramente e em primeiro lugar o Padre Capelão dos presos da Cadeia da mesma Vila porque além de perigarem os deveres religiosos dos mesmos presos acresce ter o dito Capelão em virtude de Provisões antigas os concertos a sua custa a Capela que fica na Praça fronteira a mesma Cadeia, ornala de todos os paramentos para o culto, dar cera, vinho, ostias para a Missa que deve celebrar nela todos os Domingos e dias santos e fazer anualmente uma Festa a Santo António Padroeiro dela...».

Da acta da sessão da Câmara Municipal de 12 de Novembro de 1857, vê-se que o capelão já estava aliviado de muitos destes encargos que, em consequência, foram transferidos para o município: «dizer missa todos os Domingos e dias santos aos presos das Cadeias desta vila, dar cera, vinho e hostias para a missa, de abrir a capela e tratar da lavagem das roupas e fazer todos os anos uma Festa a Santo António no seu dia...».

E ainda provou e exerceu o seu direito de propriedade e de administração quando do conflito que opôs os padres António José Gomes da Silva e Bernardo José Ferreira da Silva Brandão, na posse das chaves e fruição da capelania em 1786, como adiante referirei.

DIVERSOS

a

Património

Bens mobiliários

Como já disse, a capela era muito pequena, de capacidade muito limitada.

Além do altar, com seu retábulo feito de tábuas e suas imagens, mais alguma coisa se sabe do seu reduzido recheio.

A primeira e principal notícia sobre ele, colhi-a através do referido litígio entre os dois mencionados

pretendentes à sua capelania; da acta da conferência da Câmara Municipal de 29 de Julho de 1786 (fls. 181 v do respectivo livro), consta:

«Convocaram os Reverendos Doutores João de Oliveira Dias e Sebastião José Peixoto para com eles oficiais da Câmara irem a capela da Praça desta vila onde com efeito foram averiguar o estado dos paramentos e o que se precisava neles e na mesma capela para a decencia necessaria com que se devia praticar o culto divino na forma que tinham determinado e indo os ditos Reverendos Doutores nesta conferencia declararam em suas consciencias atestaram depois de verem e examinarem o calix e patena estavam nos termos de se poder celebrar e da mesma forma o paramento de seda branco e suposto haviam mais dois de damasquillo de lã em bom uso e outro verde contudo na forma das pastorais deviam ser de seda e de uma só cor cada um deles e assim também o de cor encarnada por se não achar o que existe em termos. Que a alva precisava de uma renda com seu remate, mas que o melhor seria comprar uma de pano mais fino aparelhada mas que a renda nas margens fosse sobreposta e não saída. Quanto as bolsas e corporais se devia vestir a de lã com seda das mesmas cores com que se acha a de lã. Que se carecia de um cordão novo por se achar quebrado o que examinamos com o qual se não podia nem devia dizer missa. E que o Missal necessitava de nova encadernação com o aditamento dos santos novos e que se carecia de uma caldeirinha ou pia para agua benta e que não podem dourar-se as sombras do douramento que aparece no calix e assinaram».

Da acta da sessão da Câmara Municipal de 22 de Dezembro de 1842, consta que foi vendida uma mesa para ajudar à compra de uma alva e na da sessão de 26 de Junho de 1850, fala-se de uma deliberação tomada para a compra de dois lampiões para a capela da Praça «pertencente a esta Câmara».

Sabemos, como já informei, que a mesma Câmara, em sessão de 21 de Abril de 1880, deliberou mandar proceder à «arrematação dos paramentos e mais objectos da extinta Capela de Santo António» e que, do respectivo auto, consta que, nesse dia, nos Paços do Concelho e na presença do presidente e vereadores da Câmara Municipal e escrivão da Câmara «foi mandado ao official de diligencias Antonio José das Neves metesse a pregão os paramentos e mais objectos pertencentes a extinta Capela de Santo Antonio da Praça que foi propriedade da Câmara e constantes do respectivo inventário, com data de onze de Julho de 1876, o que o official cumpriu e passando a lançar pregoens por espaço de tempo, afinal deo fé, que o maior lançou que achava fora o que oferecera o Reverendo Abade

de Paços de Brandão José Henriques da Silva da quantia de vinte e quatro mil e duzentos reis por duas casulas, uma vermelha e branca, uma pedra de ara, uma alva, um cerigelo, e amito, um calix, patena e colher de prata e o de sessenta mil reis que ofereceu António Vicente da Costa Neves, da Lavandeira desta vila por um nicho de madeira com a imagem de Santo António e um Santo Christo e uma cruz tudo de madeira, tres casulas com as suas pertenças, um missal usado, tres sacras em mau estado, umas toalhas ordinarias, uma campanula e uma lamparina e um par de galhetas de vidro, muito usados e sendo afrontado o lanço e não havendo quem mais aparecesse, por ordem da Câmara entreguei o ramo aos ditos dous licitantes, que o receberam e tomaram entrega cada um deles dos objectos que licitaram, obrigando-se cada um deles por suas pessoas e bens, a entrar no cofre com as quantias porque licitaram...» (Livro dos autos de arrematação com início em 10 de Setembro de 1879 e seu termo em 25 de Janeiro de 1888 — fls. 28).

Este auto foi assinado pelo presidente da Câmara, Manuel Pinto de Almeida e pelos vereadores Roberto Alves de Sousa Ferreira, António da Mota Valente e José Corrêa Marques.

Vê-se, assim, que na capela não existiam móveis e que os seus paramentos e objectos do culto eram muito pobres, o que tudo denota quanto ela era de reduzidas dimensões.

É para estranhar, porém, que não se faça qual-



Imagem de Santo António da Praça.
Exposta na capela de Nossa Senhora
da Piedade



Capela de Santo António
Presumível nicho da imagem do seu
padroeiro

quer referência ao altar e seu retábulo, naturalmente porque tudo isto se reduziu a madeira para queimar.

Aquela imagem de Santo António, arrematada pelo António Vicente da Costa Neves, está hoje num altar da capela de Nossa Senhora da Piedade, e o seu nicho está por detrás do seu altar mor, como já tive ocasião de referir.

Em 1878 ele era o juiz da Irmandade deste nome e é de presumir que ainda o fosse em 1880: por isso, ou por encargo recebido pelos mesários desta Irmandade, interveio nesta compra que não se pode compreender ter sido feita em proveito próprio, pois não tinha capela ou oratório, nem era abonado.

No mencionado livro de inventário daquela Irmandade apenas se encontra registada (sob número quatro) uma imagem de Santo António, que deve ser a que se encontra no nicho junto ao altar-mor.

A da capela de Santo António deve ser a que está, em altar próprio, no transepto.

A já falada velhinha Maria Rosa de Jesus Ferreira confirmou dizendo-me que ela era conhecida por a do «Santo António da Praça» e que fora levada para a capela de N. Senhora da Piedade por seu pai e outros mesários da referida Irmandade.

Pode-se admitir que o «Santo Christo e uma cruz tudo de madeira», referidos naquele arrolamento de

21 de Abril de 1880, sejam os que estão na capela de Nossa Senhora da Piedade, num nicho praticado na parede norte do seu primeiro corpo (o do poente).

D. Maria Júlia Rifa de Araújo possuía uma imagem de Santo António de proporções mais reduzidas do que aquela, que pertenceu a sua avó materna, D. Maria José Rodrigues da Graça, casada que foi com Bernardo José da Costa Rifa, antigo farmacêutico nesta vila, que dizia ter vindo, essa imagem, da capela de Santo António.

Não é fácil averiguar a veracidade desta tradição de família: se por um lado causa estranheza que a imagem, sendo de barro, pertencesse à capela, é de considerar que, em regra, nas capelas da época, era costume haver duas imagens do seu padroeiro: a principal que, quando das festas anuais, saía em procissão e a outra que, nestas ocasiões, ficava na capela a atestar a invocação.

Demais, naquele tempo (século XVIII), era muito vulgar o uso de imagens de barro.

Como, em 1797, foi imposto ao sacerdote da capela fazer a festa anual ao Santo António, o que foi confirmado em 1857, conforme já foi dito, é possível que esta imagem de barro se destinasse a ser conduzida na aludida procissão ou que ficasse na Capela a



Capela de Santo António
Outro aspecto do presumível nicho da imagem do seu padroeiro



Imagem de Santo António
Pertença de D. Maria Júlia Rifa de Araújo

substituir a de madeira que seria utilizada nessa procissão.

O erudito padre A. Nogueira Gonçalves teve a gentileza de me dar o seu parecer sobre as referidas imagens, o que já referi no meu estudo sobre a «Praça Velha...» e passo a transcrever:

a) A escultura de madeira de Santo António, pertencera aos começos do século XVIII, executada por artista bastante corrente. Representa o vestido de franciscano e com a capa curta, de agasalho, que poucas vezes aparece. O hábito está levantado, isto é, apanhado sobre o braço esquerdo, deixando ver a sub-veste, fórmula que vem do século anterior, para se obterem efeitos de pregueado, isto é, de mero fim artístico. O Menino, voltado para a frente e com pequeno globo na mão esquerda, senta-se no livro que o Santo sustenta horizontalmente.

b) A escultura de barro será já do meado do século XVIII, tendo saído da mão de artista de maior categoria que a de madeira; o movimento da figura bem como o do Menino, bastante graciosa, manifesta essa categoria superior.

A escultura de madeira é naturalmente de altar. A pequena, de barro, é mais propriamente de oratório doméstico, podendo ser usada nas procissões breves, em volta da Igreja ou da Capela, levada nas mãos do Sacerdote, que pequeno véu protege e que dava distinção ao acto; procissões habituais outrora, aos Domingos, no fim da Missa».

Este douto parecer vem ao encontro da tese que defendo, atribuindo a fundação da capela a 1720.

b

Capelães

O fim a que se destinava a capela impunha a contínua assistência de um sacerdote para rezar, pelo menos, as missas dominicais e em dias santos.

O mais antigo capelão, de meu conhecimento, foi o padre Joaquim Soares de Melo que, possivelmente, foi o primeiro, o que averigui no livro dos registos da Câmara Municipal da Feira, correspondente ao de 26 de Julho de 1726 (fls. 221), onde se lavrou o da provisão datada de 12 de Junho imediatamente anterior, em que D. João V autorizou que no cabeção das sisas se lançassem quinze mil réis em cada ano para côngrua do sacerdote que dissesse as missas aos presos.

Deste modo se deu atenção a um pedido feito pelos vereadores e o procurador da comarca em virtude de os presos não ouvirem missa, por não haver sacerdote que as quisesse rezar sem que lhe «fizessem congrua e a Câmara ser tam pobre que nam tinha rendimento algum para poder conservar o dito sacerdote no que padecião os ditos povos grande inconveniencia com a falta de uma tam pia obra que se podia satisfazer repartindo-se do cabeção das sisas quinze mil reis para congruas do sacerdote que dissesse as ditas missas».

A fls. 223 do citado livro está exarado o registo da mercê concedida pelo mesmo rei, em 21 de Agosto do mesmo ano de 1726, confirmando a nomeação feita pelos «oficiais da comarca da Vila da Feira», do padre Joaquim Soares de Melo para aquela capelania com a congrua de quinze mil réis em cada ano — «pagos no Cabeção das Sizas».

Destes dizeres conclui-se que, até então, o cargo de capelão era gratuito e que, verificando-se não ser possível manter-se essa situação (que penso durava há seis anos, atribuindo-se a fundação da capela a 1720), foi necessário remunerá-lo e nomear aquele sacerdote.

Aquele padre Joaquim Soares de Melo devia ser aparentado, muito de perto, com o José Soares de Melo (filho do licenciado Matias Soares) que, em 1708, emprazou ao convento desta vila, a já referida casa das «Sizas» ou da «Almotaçaria».

Em 6 de Julho de 1742 era capelão o padre Baltazar Joaquim Pereira: por isso é de presumir que este tenha sucedido àquele J. Soares de Melo.

A fls. 254 do livro dos mencionados registos, correspondente a 1775, com data de 13 de Junho desse ano, consta o da provisão que alcançou do rei D. José, em 28 de Março anterior, o padre Fernando Botelho Pinho Pereira e Lacerda, confirmando a nomeação com que o «Senado da Câmara» o beneficiara de «capelão dos presos da Cadeia da dita vila com obrigação de lhes dizer Missa todos os Domingos e dias Santos por falecimento do padre Baltazar Joaquim Pereira, com o mesmo ordenado de quinze mil réis que seu antecessor tinha».

Este padre Fernando Botelho, quando foi nomeado capelão, vivia nesta vila, pois em 15 de Julho de 1773 já assinava o auto de posse dada ao doutor Luís António Vaz da Silva e Sousa, de ouvidor da comarca da Feira.

Deve ser o que Felg. Gaio, no seu citado Nobiliário, tomo XXI, pág. 56, designa por Fernão Botelho, Clérigo, dando-o como filho de Bernardo Moreira de Vasconcelos e de sua mulher D. Bernarda Sofia de Leão e, assim, tio de D. Vitória de Lacerda, senhora que foi de uma das Casas da Praça (ver o meu citado estudo sobre a «Praça Velha...»).

Das actas das conferências da Câmara de 22-2-1786 (fls. 134 a 135), 8-7-1786 (fls. 177), 15-7-1786 (fls. 178 v e 179), 19-7-1786 (fls. 180), 27-7-1786 (fls. 180 v e 181), 29-7-1786 (fls. 181 v a 182 v), 2-8-1786 (fls. 184 v e 185), 12-8-1786 fls. 185 v a 186 v), das quais extracto o principal, verifiquei que, quando este padre Fernão Botelho desistiu do seu cargo de capelão iniciou-se um grande pleito entre os padres António José Gomes da Silva e Bernardo José Ferreira da Silva Brandão, pois ambos se arrogavam ao direito da capelania na capela de Santo António.

O primeiro, com o fundamento de ter sido designado pelo padre desistente e o segundo por ter sido nomeado pela Câmara.

O certo é que o padre António José, antes de as chaves da capela serem entregues ao padre Bernardo, como foi ordenado na conferência da Câmara Municipal de 2 de Agosto de 1786, embora este dissesse, na conferência de 22 de Fevereiro deste ano, que ele «so interinamente era substituto do caplão desistente (referido padre Fernão Botelho) e por intervenção e vontade deste», a Câmara não deixou de lhe chamar «capelão actual» na acta de conferência de 19 de Julho do mesmo ano.

Não conheço, detalhadamente, as razões com que cada um deles fundamentou o seu direito, mas creio que nos elucida suficientemente o que consta da acta da conferência da Câmara de 22 de Fevereiro de 1786 (fls. 134 a 135 do respectivo livro) e demais a que me refiro:

«Requeriu o Procurador do concelho que para se deferir ao requerimento que se propoem do Reverendo Bernardo José Ferreira da Silva Brandão com atenção a diversidade deste Senado viesse um vereador imediato e juntamente o procurador do concelho seu antecessor por certas rasões que tem para não votar aquele respeito o que sendo necessario jurava ser suspeito. Deferindo mandaram fosse chamado o verificador Dr. Luiz Pereira de Andrade e Araujo e o procurador do concelho imediato Antonio Soares da Silva Ferreira na forma requerida. Propondo-se a votos a decisão do requerimento do reverendo Bernardo José Ferreira da Silva Brandão pela diversidade que ha neste Senado para ser capelão da capela da praça desta vila votou o procurador do concelho imediato Antonio Soares da Silva Ferreira no mesmo Rev.^{do} Bernardo Ferreira da Silva Brandão ratificando a nomeação nele feita no ano de mil setecentos e oitenta e quatro a trez de Março por ser primeira e não se mostrar impedimento no nomiado por onde fica excluido o direito adquirido pela dita primeira nomiação não sendo a desistencia do impedido capelão o R.^{do} Fernando Botelho prejudicial ao primeiro nomiado por so depender a nomiação e ratificação dela desta Camara e não do arbitrio do desistente e não constar que o segundo nomiado o Reverendo Antonio José Gomes da Silva exercesse por nomiação ou despacho desta Camara e so interinamente era substituto do capelão desistente e por intervenção e vontade deste» (o sublinhado é meu).

O vereador imediato Dr. Luiz Pereira de Andrade e Araújo e o vereador Capitão Fernando José de Sousa votaram, em conformidade, com o procurador do concelho.

Contudo: «Disse votando o verificador Dr. José Justino da Assumpção que a vista que pedia o segundo nomiado se lhe devia dar para deduzir o direito que lhe assistia e que não era deferivel ainda a decisão do requerimento tanto pela razão da dita vista que fazia suspender como por que a nomiação ou demissão do capelão Fernando Botelho constava ser aprovada por Sua Magestade sem cuja resolução se não deva rescindir esta aprovação na vida do dito demittente ou este praticar a mesma demissão expressa e sem condição que se verificou no segundo nomiação com a aprovação do senado».

Continua dizendo a acta da mesma conferência: «E disserão os primeiros votantes que visto a nomiação ser da Camara e o desistente suposto tivesse Provisão de confirmação era para vencer o ordenado e se não duvidar dele no Cabeção se desse a vista ao segundo nomiado sem prejuizo da retificação da nomiação feita no primeiro nomiado».

O padre António José, por intermédio de seu irmão e procurador Dr. Manuel José da Silva, pediu vista da decisão para embargos; suspenderam-se os efeitos de todo o procedimento, sendo deferida a vista pedida.

Em conferência de 8 de Julho de 1786 (fls. 177) não foi aceite a suspeição do procurador do concelho para não votar «nesta pendência de eleição em que deve votar por não haver suspeição legal mandou o mesmo Ministro Presidente que o dito procurador votasse na dita eleição como entendesse».

Em conferência de 19 de Julho de 1786 (fls. 180) levanta-se novo incidente, que julgo ter sido motivado por um pretexto para alcançar as chaves da capela que estavam na mão do padre António José Gomes da Silva: — «nesta por informação que tiveram de que os paramentos e mais peças e ornamentos da capela da Praça desta vila precisavam de alguns concertos mandaram vir a chave da mesma capela e vindo pedi-la o official Bernardo Carneiro ao **capelão actual** (o sublinhado é meu) deu fe que ele lhe respondera que os mesmos paramentos estavam vistos e não dava a dita chave depois do que veio a esta conferencia seu irmão Bacharel Manuel José da Silva declarar estava pronto o dito seu irmão capelão a vir abrir a mesma capela para a inspecção desta Camara sem que o viesse fazer o dito capelão» (fls. 180 v).

Na conferência de 27 do mesmo mês e ano (a que chamaram «de providência») foi deliberado que «...por se precisar de concerto os paramentos da capela da praça desta vila, dourar o calix e outras mais rasões que haviam e se mandar pedir a chave ao Reverendo António José Gomes da Silva para averiguação do preciso na conferência de 19 do corrente mez que a negou na forma da fe prestada na mesma conferência por isso e por não ter até ao presente satisfeito e em tais circunstâncias pertencer à inspecção da Camara a necessaria providencia não so pela necessidade dos concertos mas pelo vilipendio com que assim o praticou injuriosamente mandaram que o alcaide, com pena de suspensão, com um carpinteiro, fizesse arrancar a fechadura da porta da mesma Capela, pregar-lhe outra e trazer a chave fazendo da mesma entrega ao procurador do concelho que diligenciara um Reverendo padre para interinamente satisfazer com as missas da obrigação ate a decisão do litigio que pende sobre quem ha de ser legitimo capelão não entregando a nenhum dos nomidados litigantes nem sendo eles os que satisfaçam por ora a dita obrigação sendo obrigado o dito alcaide ou um official de seu mandado ir abrir e fechar a mesma capela para a satisfação das ditas missas e recolher as chaves ao dito procurador

sobre o que na primeira conferencia se dariam as providencias que mais fossem necessarias».

Seguiu-se a conferencia de onde consta, como já referi, o resultado da inspecção feita, com data de 29 de Julho (fls. 181 v).

Desta conferencia consta ainda «Apareceu o Bacharel Silva como procurador do Reverendo Padre Antonio Jose Gomes da Silva e requereu se lhe madasse entregar a chave da capela da praça desta vila conservada assim na posse em que estava ate decisão dos requerimentos que traz com o Reverendo padre Bernardo Jose Ferreira da Silva Brandão e muito mais tendo cessado o motivo porque se procedeu na conferencia de providencia que se fez neste senado. Deferindo mandaram, que autuado na forma determinada no requerimento ou petição do requerimento fosse concluso» (seguem-se os termos em que foram recebidos os recursos interpostos).

Da acta da conferencia de 2 de Agosto seguinte (fls. 184) consta o que se deve considerar o desfecho do incidente: «Mandaram que visto se não ter apresentado neste Senado a decisão do agravo que interpos o Reverendo padre Antonio Jose Gomes da Silva sobre o recebimento de apelação antes sim constar dos mesmos autos que este lhe juntou uns documentos que de nada valem so a fim de querer fazer eterna a mesma causa querendo disfrutar as regalias deste Senado **se entregasse as chaves da capela respectiva ao Reverendo padre Bernardo Jose Ferreira da Silva Brandão capelão nomeado por este Senado** (o sublinhado é meu) como lhe e permitido para cumprir com as obrigações da mesma capela sendo desnecessario o estar-se pagando pelos bens do concelho sendo o mesmo capelão pago pelos bens de raiz ao qual determinaram que logo se entregassem as chaves e paramentos ainda em atenção a ser filho do tesoureiro deste Senado, lavrando de tudo o escrivão termo e fazendo-se do que se achar na mesma capela e sendo chamado pelo alcaide compareceu e disse aceitava obrigando-se a cumprir tudo o determinado e mandaram se procedesse aprontar os paramentos na forma necessaria e declarada na conferencia precedente e assinou».

Na conferencia seguinte, de 12 de Agosto (fls. 185 v) appareceu o bacharel Silva, como procurador de seu irmão — o padre António José Gomes da Silva, a interpor recurso da deliberação tomada na conferencia anterior ao que «disse o Bacharel Conceição (?) procurador do padre Capelão da mesma capela Bernardo José Ferreira da Silva Brandão que o padre agravante não exercia a occupação de capelão por razão de nomiação que tivesse deste nobre Senado, nem mesmo por confirmação de Sua Magestade pois que esta lhe

desatendera seu requerimento como se mostrava em uma certidão que se achava junta aos autos e requereu...» (segue-se controvérsia processual com protestos e contra-protestos).

Não encontrei os livros das actas das conferencias da Câmara a partir da de 16 de Agosto de 1786 até à de 4 de Abril de 1829 e assim, quanto a esta matéria, e em relação a este período de tempo socorri-me do que consta dos livros dos registos da Câmara.

Destes livros, no tocante aos anos de 1794 a 1805, consta a fls. 60 v e 61, a transcrição da provisão já citada, por meio da qual o padre Bernardo José Ferreira da Silva Brandão — «alcançou de acresceto ao ordenado de capelão dos presos cinquenta mil reis».

Por ela sabemos que, em 22 de Fevereiro de 1797, D. Maria I tomou em consideração um pedido feito por aquele padre, que então era «Capelão da capela de Santo Antonio da mesma Vila provisão minha», aumentando para cem mil reis a anuidade que, então, era de cinquenta mil reis, nos seguintes termos:

«Tendo a tudo consideração: Hey por bem faser ao suplicante Mercê de lhe acrescentar mais cincoenta mil reis a outra tanta quantia que já tem ficando percebendo anualmente de seu ordenado cem mil reis pagos pelos sobejos ao Cabeção da dita vila, havendo-os com a obrigação mais alem que tem de fazer uma festa anual a Santo Antonio Padroeiro da dita Capela».

Considerava-se nesta provisão «que percebendo de ordenado a quantia de quinze mil reis fora Eu servida acrescentarlho com mais trinta e cinco em rasão de ser o suplicante obrigado a celebrar o Santo Sacrificio da Missa aos Domingos e Dias Santos impreterivelmente per si proprio aos prezos dos carceres da dita vila comprando sera, vinho, hostia e fazendo lavar e engomar a roupa da referida capela, tudo a sua custa havendo-se lhe imposto de novo na provisão do mesmo acresceto a obrigação da fazer concertar os telhados, forro e solho da sobredita capela, de alvala barrela, e de comprar a sua custa paramentos de vestir o altar e sacerdote, a cujos encargos se obrigara, prestando fiança nos livros da respectiva Câmara, como contava da dita provisão que juntava: cujas obrigações estava cumprindo exactissimamente, conservando a capela com a decencia devida, paramentando-a com paramentos de damasco e de ceda de todas as cores, na forma das pastorais e capitulos de visita dos prelados tudo com o tenue ordenado de cinquenta mil reis; porem como todas as couzas que se fazião necessarias para satisfazer os ditos encargos subião cada vez mais a preço extraordinario; recebia o suplicante gravissimo prejuizo nesta consideração, e de todo o exposto se conside-

rava merecedor de maior ordenado. Pedindo-me fosse servida acrescentar lho ao que já tinha, mais setenta mil reis para perceber a quantia de cento e vinte mil reis anuais pagos pelos sobejos dos bens de Raiz do mesmo concelho, havendo os, visto que sempre havia acréscimos como mostrava pela certidão que oferecia».

Foi concedido o aumento de cinquenta mil réis com a informação do corregedor desta vila, depois de ouvidos «os oficiais da Camara e Nobresa e Povo dele» que reconheceram «ser o suplicante merecedor do acréscimo no dito ordenado com o que se conformou o procurador da minha Coroa na sua resposta».

Por ser oportuno, transcrevo o que já disse no meu estudo, já mencionado. — «A Praça Velha...» pág. 230 e seguintes da separata) quando dei notícia dos capelães que se sucederam na capela desde 1839 a partir daquele padre Bernardo da Silva Brandão.

[«Nos mesmos livros de actas e ainda nos das contas do tesoureiro da mesma Camara encontram-se muitas referências à capela desde 1839, apurando-se que era ela quem nomeava e pagava aos seus capelães.

Na de 30 de Janeiro de 1839 consta que, nessa sessão, foi nomeado capelão, com posse nesse dia, o padre José Máximo Corrêa de Sá, com o ordenado de 60 000 réis anuais e a obrigação de rezar missa para os presos, todos os domingos e dias santos, lugar vago pelo falecimento do padre Bernardo José Ferreira da Silva Bradão (que havia sido nomeado para o mesmo fim e com o ordenado de 50 000 réis anuais, em sessão de 16 de Dezembro de 1835) e na sessão de 12 de Novembro de 1857 que, por falecimento daquele padre José Máximo foi nomeado capelão, da mesma capela, o padre Dom António do Patrocínio Peixoto, mas logo, em sessão de 16 de Outubro de 1858, era nomeado capelão, por falecimento deste, o padre José Caetano Corrêa de Sá, da freguesia de Sanfins.

Já em 1849, como se vê da acta da sessão de 28 de Março, o nome deste padre se encontra ligado à capela, pois dela consta a autorização de pagamento, a ele feito, de 8 705 réis, importe da despesa feita com o «concerto da Capela de Santo Antonio e compra de alguns paramentos para a mesma capela segundo conta apresentada pelo mesmo padre». Então era dado como sendo da «vila».

Nos livros de registo dos nascimentos, da paróquia da Feira, entre 5 e 12 de Dezembro de 1852, o dito padre José Caetano assina, nos respectivos actos de registo, por comissão do Rev. Reitor padre Thomaz Máximo de Aquino Corrêa de Sá e, em 8 de Setembro de 1856, volta a assinar tais actos, então como vigário encomendado da freguesia de Sanfins, por comissão

do padre Joaquim Celestino Albano Pereira, então pároco da vila.

Na referida acta da sessão da Câmara de 12 de Novembro de 1857 foram, mais uma vez, definidas as obrigações do capelão — «dizer missa todos os domingos e dias Santos aos presos das cadeas desta vila, dar cera, vinho e hosteas para a Missa, de abrir a capela e tratar de lavagem das roupas e fazer todos os anos uma festa a Santo Antonio, no seu dia, vendendo o ordenado anual de cincoenta mil reis pagos pelo cofre desta Camara e sendo lhe entregue os paramentos e mais utensilios da dita capela obrigando-se por termo a sua boa guarda e conservação».

Em sua sessão de 24 de Julho de 1858 e reagindo contra o parecer do Conselho do Distrito sobre o orçamento para 1858-1859, a Câmara respondeu «que a supressão da verba de cincoenta mil reis de ordenado para um Capelão dos presos se torna inadmissivel, porquanto, desde que existe a Vila da Feira, sempre houve um Capelão para dizer Missa aos presos da Cadeia em Capela para esse fim edificada na praça publica d'esta vila de cuja missa se utilisão tambem centenas de pessoas das freguesias deste municipio que concorrem ao mercado que se costuma celebrar todos os Domingos nesta mesma Vila, tendo o respectivo Capelão antigamente o ordenado de cento e vinte mil reis, que hoje se acha reduzido a cincoenta mil reis, cativa a decimas e as despesas inerentes a mesma Capela não aparecendo Eclesiastico algum que por menor quantia se encarregue da administração da Capela, atenta a falta de eclesiasticos que ha neste Concelho».

Afora o exagero, que parece verificar-se quanto à antiguidade attribuída à Capela, este trecho é bem elucidativo sobre a veneração que era dedicada à capela de Santo António da Praça.

Pelo livro de escrituração diária do tesoureiro da Câmara, que teve o seu início em Julho de 1853 e seu termo em 1859, consegui apurar que, em 11 de Março deste ano, foi feito o pagamento de 11\$919 réis ao Rev. Padre Manuel Carlos Peixoto, de Fornos — como herdeiro de seu irmão, o aludido D. António Patrocínio Peixoto «imposto do ordenado que se ficou devendo ao falecido como capelão dos presos desde 1 de Julho até 9 de Outubro de 1858».

Do mesmo livro consta que, em 5 de Fevereiro de 1859, a Câmara pagou ao capelão dos presos, padre José Caetano Corrêa de Sá, do seu ordenado de 17 de Outubro de 1858 até 31 de Janeiro de 1859, a quantia de 12\$650 réis.

No livro das contas do tesoureiro da Câmara (de 31 de Agosto de 1860 a 30 de Junho de 1862) ainda

encontrei uns registos de pagamentos, especificadamente referidos ao capelão dos presos — José Caetano Corrêa de Sá, com data de 19 de Fevereiro e de 3 de Abril de 1861, este último de importe dos seus ordenados dos meses de Setembro a Fevereiro deste ano — 30\$010 réis»].

Foi este o último pagamento que encontrei registado.

Se outros se fizeram posteriormente, como é natural, devem ter sido incluídos na folha do pagamento dos empregados da Câmara que, no livro da receita e da despesa do município tem esta designação, sem discriminação (como sucedeu na folha de 19 de Fevereiro de 1861): por isso, só vendo tais folhas, que ainda não se encontraram, se pode, com certeza, fixar a data do último pagamento feito ao capelão.

Não sei se o José Caetano Corrêa de Sá se manteve na capelania até à extinção da capela em 1876, ou se algum sacerdote lhe sucedeu neste cargo: é certo, porém, que ele ainda era capelão da referida Capela em 1869, porque do livro de registo de mandados de pagamento da Câmara Municipal consta que em 18 de Junho deste ano foi pago a este «Capelão da Capela da Praça» a quantia de 1 400 reis — «importancia da despesa com paramentos da mesma Capela».

Quanto ao padre Bernardo José Ferreira da Silva Brandão notamos que é dado como capelão em 1797 (citado livro dos registos da Câmara Municipal correspondente aos anos de 1794 a 1806 — fls. 60 v e 61), com o ordenado de cem mil réis anuais e que em 1835 é nomeado para o mesmo cargo com o ordenado de cinquenta mil réis anualmente.

Deve tratar-se da mesma pessoa dada a absoluta identidade do seu nome e apelidos e, assim, ou esteve capelão desde aquele ano de 1797, motivando a sua nova nomeação em 1835, a diferença de ordenado, ou ocupou o cargo por mais de uma vez, interpolando-se um ou outros, cujos nomes não me foi possível averiguar.

Este padre Brandão era filho de José Ferreira Brandão (já falado na história da capela de Nossa Senhora de Monserrate) que foi senhor, como enfiteuta, do mato do Bitá, hoje incorporado na Quinta do Castelo, pertencente à Federação das Caixas de Previdência e era cunhado do advogado, que foi desta vila, Dr. Apolinário José da Costa.

Assim, podemos seriar os capelães da capela de S. António, pela ordem de sucessão, talvez completamente, pela ordem seguinte: — Joaquim Soares de Melo, Baltazar Joaquim Pereira, Fernando Botelho Pinho Pereira de Lacerda, António José Gomes da Silva (com as restrições atrás apontadas), Bernardo José Ferreira da Silva Brandão, José Máximo Corrêa de Sá, Dom António do Patrocínio Peixoto e José Caetano Corrêa de Sá.

Cobriram o período de tempo da existência da Capela — pouco mais de século e meio.

c

Festividades

Pelo que consta da mencionada provisão de D. Maria I, de 22 de Fevereiro de 1797, foi então imposta, ao capelão, a obrigação de «fazer a festa anual ao Santo António, padroeiro da capela», obrigação que, neste documento, aparece pela primeira vez e se repete na provisão, já falada, de 20 de Fevereiro de 1823.

Isto veio a dizer-se na acta da sessão da Câmara Municipal de 12 de Novembro de 1857, ao definirem-se os deveres do capelão, onde se enuncia o de «fazer todos os anos uma festa a Santo António no seu dia».

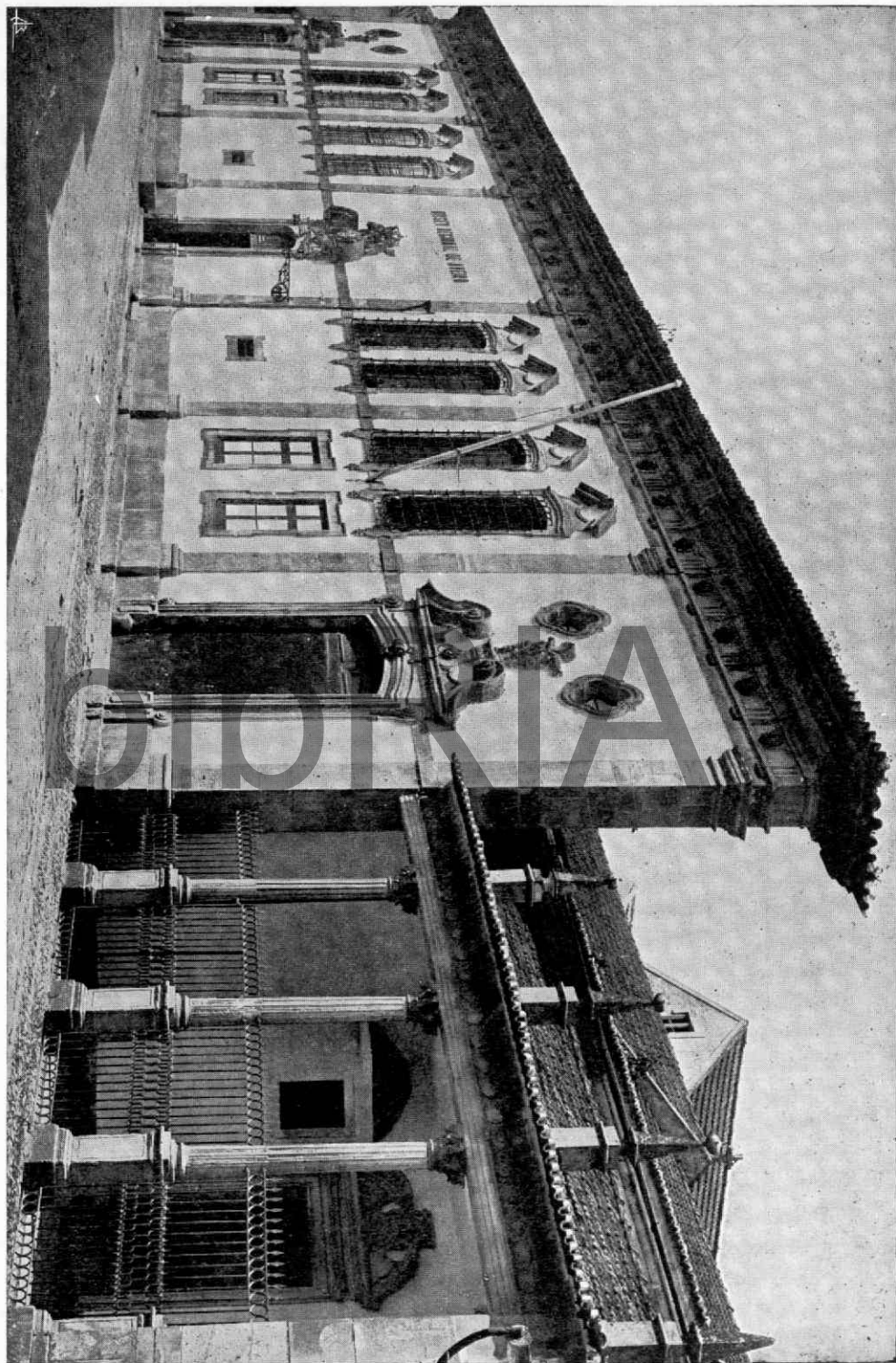
Ficamos, assim, a saber que entrava nas obrigações dos capelães, fazer esta festa e, possivelmente, com procissão, desde 1797 a 1857 (pelo menos 60 anos).

d

Santo António Padroeiro

Tenho encontrado este santo como padroeiro de algumas capelas destinadas à assistência religiosa aos presos.

Assim, posso citar, além da que estudo, a de Aveiro, referida pelo ilustre escritor e historiador Eduardo Cerqueira, no seu artigo «Um irmão de José Estevão, esquecido», no Arq. Dist. Av. n.º 150, fls. 83: — «Capela de Santo António dos Presos, defronte da cadeia».



Fachada principal do Museu Regional de Aveiro, um dos mais ricos do país no seu género

CONSELHO DO DISTRITO

Teve lugar em 12 de Março, passado, a sessão ordinária do Conselho do Distrito, destinada à discussão e votação do RELATÓRIO DA GERÊNCIA referente ao ano de 1973.

A mesma sessão presidiu o Sr. Eng.º José Gamelas Júnior, Presidente da Junta Distrital.

Aquele importante documento foi aprovado por unanimidade.

A receita cobrada em 1973 ascendeu a 10 722 957\$10, cifrando-se em 9 558 747\$00 a respectiva despesa. O saldo para o ano em curso foi de 1 551 548\$40, o qual inclui a importância de 387 338\$30, derivante do saldo de gerência do ano de 1972.

Aos Serviços Técnicos de Fomento e ao Internato Distrital de Aveiro continuou a ser dedicada especial atenção, tendo em consideração a importância de tão úteis sectores, cuja actividade se dirige a toda a circunscrição distrital.

Atingiu 1 922 831\$70 a despesa respeitante à manutenção dos Serviços Técnicos de Fomento, ou seja, mais 845 652\$70 que no ano de 1972.

O quadro do pessoal, ao terminar o ano de 1973, era assim constituído:

- 1 engenheiro-chefe
- 4 engenheiros de 1.ª classe
- 2 arquitectos de 1.ª classe
- 1 chefe de secção (agente técnico)
- 1 agente técnico de 2.ª classe
- 1 topógrafo-chefe
- 2 topógrafos de 1.ª classe
- 1 desenhador-chefe
- 2 desenhadores de 1.ª classe
- 3 desenhadores de 2.ª classe
- 4 desenhadores de 3.ª classe
- 4 praticantes de desenhador

Foi de 3 010 235\$20 a importância gasta com a administração do Internato Distrital de Aveiro, no ano de 1973, sendo 2 088 287 correspondente a manutenção e

educação e 921 948\$20 referente à aquisição de mobiliário, máquinas, aparelhos e utensílios, conservação, reparação e ampliação das instalações, seguros de móveis e imóveis, etc.

Nas atribuições de cultura, continuou a merecer, na medida das respectivas disponibilidades, a melhor atenção o auxílio às Associações e Institutos Culturais. Assim, ascendeu a 355 000\$00 a importância distribuída, ou seja, mais 115 contos do que no ano anterior.

A Revista «Aveiro e o seu Distrito» continuou a ser publicada, tendo-se procedido à reedição dos n.ºs 5, 6 e 7, já esgotados.

biblioteca

FUNCIONALISMO

ENGENHEIRO

LUIS MANUEL NOGUEIRA DIAS DA SILVA

Últimado por doença súbita, faleceu no passado dia 27 de Maio, o engenheiro Dias da Silva, que em 22 de Julho de 1971 havia assumido as funções de engenheiro de 1.ª classe dos Serviços Técnicos de Fomento e que interrompeu de seguida, a fim de cumprir o serviço militar.

Regressado de Angola onde concluiu o cumprimento dos deveres militares, reassumiu as funções em 2 de Janeiro do ano em curso.

Contava 31 anos de idade.

Estimado por todos os companheiros de trabalho e seus superiores, cedo grangeou a sua estima e consideração.

No funeral incorporaram-se os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Junta Distrital e todos os camaradas de trabalho.

A família do Saudoso Eng.º Dias da Silva apresenta a Direcção da Revista «Aveiro e o seu Distrito» as suas expressivas condolências.

bibRIA

NA CAPA:

1 — Cruzeiro junto à Igreja Matriz
de Sever do Vouga

2 — Brasão da Casa da Fonte

Sumário

	Página
* Página Heráldica	3
* General António De Spínola — Presidente da República Portuguesa	5
* Sever do Vouga — Um pouco da sua história Por Fernando Soares Ramos	7
* Demografia Vareira Pelo Dr. Lamy Laranjeira	28
* Antologia Aveirense	31
* Crepúsculo de Pangloss Pelos Drs. José Tavares e Álvaro Sampaio	37
* Freguesia de S. Nicolau de Vila da Feira Pelo Dr. Roberto Vaz de Oliveira	55
* Vária	95

CARTA GENEALÓGICA
DA
FAMÍLIA LEITÃO-COELHO

